

The image features the national flag of Timor-Leste, which is divided into four quadrants: red (top-left), green (top-right), black (bottom-left), and yellow (bottom-right). A white star is in the center, containing a black silhouette of a traditional Timorese house and a white silhouette of a traditional Timorese boat. The flag is flying on a silver pole against a blue sky with white clouds and several black birds in flight. A semi-transparent blue box is overlaid at the bottom of the image, containing the text 'ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO(ENDE) 2025-2044' in bold black letters.

**ESTRATÉGIA NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO(ENDE)**

2025-2044



**ESTRATÉGIA NACIONAL
DE DESENVOLVIMENTO (ENDE)
2025-2044**

**Versão Aprovada Pelo Conselho de Ministros
(18ª Sessão Ordinária)**

FICHA TÉCNICA

Propriedade:

Governo de Moçambique

Edição:

Ministério da Economia e Finanças

Coordenação: Ministério da Economia e Finanças

Redacção: Ministério da Economia e Finanças

Colaboração: Ministérios sectoriais, Provincias, Secretarias do Estado, Sociedade Civil, Parceiros de Cooperação, Académia, Partidos Políticos, Comunidade religiosa, Líderes comunitários, Jovens, adolescentes e crianças, entre outros.

Periodicidade: 20 anos

Endereço:

Ministério da Economia e Finanças
Direcção Nacional de Políticas Económicas e Desenvolvimento
Av. Julius Nyerere N° 449, 15° Andar.
Tel: +258 823058247
Maputo-Moçambique

Índice

Índice de tabelas	6
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	6
Abreviaturas e acrónimos.....	7
Prefácio	8
Sumário executivo.....	9
I. Introdução.....	15
II. LIÇÕES APRENDIDAS DA ESTRATÉGIA 2015-2035	17
III. Fundamentação da revisão da estratégia Nacional de Desenvolvimento. 26	
3.2 Enquadramento no âmbito das questões conjunturais e estruturais do País	27
3.3 Enquadramento no âmbito do Sistema Nacional de Planificação	27
3.4 Enquadramento no âmbito dos Compromissos Internacionais	28
IV. Processo Participativo da Revisão da Estratégia	28
V. SITUAÇÃO ACTUAL e desafios de Desenvolvimento.....	31
5.1 Situação Económica	31
5.1.1 <i>Evolução da Estrutura Económica, Emprego e Produtividade Laboral Média por Sector (em USD)</i>	32
5.2 Situação Social.....	33
5.2.1 <i>Tendências Demográficas</i>	33
5.2.2 Tendência dos Serviços Sociais Básicos	34
5.2.2.1 Saúde e Nutrição	34
5.2.2.2 Educação.....	35
5.2.2.3 Renda e Emprego.....	37
8.1.1.1 Habitação e Infraestruturas	37
8.1.1.1.1 <i>Habitação</i>	37
8.1.1.1.2 <i>Água</i>	38
8.1.1.1.3 <i>Saneamento</i>	38
8.1.1.1.4 <i>Energia</i>	39
8.1.1.1.5 <i>Género</i>	39

8.1.1.1.6	<i>Protecção Social</i>	39
8.1.2	Tendências na Pobreza	40
8.2	Análise de Forças Oportunidades Fraquezas e Ameaças (FOFA)	41
8.3	Desafios e Oportunidades para o desenvolvimento	48
8.4	Factores Críticos de Sucesso da Estratégia Nacional de Desenvolvimento.....	49
VI.	Estratégia Nacional DE DESENVOLVIMENTO.....	51
6.1	Orientação Estratégica	51
6.1.1	Visão	51
6.1.2	Missão.....	52
6.1.3	Valores	52
6.1.4	Princípios	53
6.2	Objectivo Central.....	54
6.3	Objectivos Específicos.....	54
VII.	Modelo de Desenvolvimento Nacional e O Cenário Macroeconómico	55
7.1	Modelo de Desenvolvimento	55
7.1.1	Fundamentos do Modelo	55
7.1.2	Sectores Estratégicos Principais.....	56
7.1.3	Sectores Estratégicos de Suporte	60
7.2	Cenários Macroeconómicos.....	62
7.2.1	Crescimento Económico	63
7.2.2	Transformação Estrutural.....	64
7.2.3	Participação da Força de Trabalho	65
4.2.5	Riscos no Cenário Macroeconómico.....	66
VIII.	PRIORIDADES e Pilares de Implementação da ENDE.....	67
8.1	Prioridades da ENDE.....	67
8.2	Pilares de Implementação da Estratégia.....	68
3.1	Objectivos do Pilar	83
3.2	Resultados Esperados	86
3.3	Principais Indicadores e Metas:.....	86
3.4	Programas prioritários:.....	87

4.1 Objectivos do Pilar	90
4.2 Resultados Esperados	92
4.3 Principais Indicadores e Metas.....	92
4.4 Programas prioritários:.....	93
IX. Mecanismo de Implementação da Estratégia.....	103
9.1. Operacionalização	103
9.2 Órgãos e Responsabilidades	104
9.4. Monitoria e Avaliação	112
X. METODOLOGIA RESUMIDA DA REVISÃO DA ENDE	116
XI. Matriz de Indicadores de Desenvolvimento Nacional (2025-2044).....	117
10.1 Matriz do PILAR I TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DA ECONOMIA... 117	
10.3: PILAR III INFRAESTRUTURAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	120
Glossário	123

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da Estrutura Económica e Proporção de Empregos por sector.....	32
---	----

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produtividade laboral média por sector (USD).....	33
Gráfico 1: Tendência da Participação da Força de Trabalho (%).....	65
Gráfico 2: Pilares de Implementação da ENDE 2025-2044.....	68
Gráfico 3: Articulação entre os principais Instrumentos de Planificação e Orçamentação.....	103
Gráfico 4: Órgãos e responsabilidades	105

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento
ES	Estratégia Sectorial
ET	Estratégia Territorial
ES1	Ensino Secundário do 1º Ciclo
ES2	Ensino Secundário do 2º Ciclo
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IOF	Inquérito ao Orçamento Familiar
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MEF	Ministério da Economia e Finanças
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PEA	População Economicamente Activa
PNUD	Programa das Nações Unidas
PEE	Plano Estratégico da Educação
PQM	Programa Quinquenal dos Municípios
PESOE	Plano Económico e Social e Orçamento do Estado
PESOM	Plano Económico e Social e Orçamento Municipal
PO-OGDP	Plano de Orçamento dos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial
SPO	Sistema de Planificação e Orçamentação
SISTAFE	Sistema da Administração Financeira do Estado
WGI	Indicadores Mundiais de Governação
USD	Dólar Norte-americano

PREFÁCIO

É com grande entusiasmo que o Governo de Moçambique apresenta a Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2025-2044, um documento essencial que traça o caminho para um futuro de renda média, próspero, onde a equidade, a segurança e o bem-estar da população são garantidas e a sustentabilidade e competitividade são uma prioridade. Reconhece-se os desafios que se apresentam nesta jornada, mas com coragem, união, determinação e trabalho, o País está pronto para superá-los.

Convida-se a todos os moçambicanos a unirem-se nesta missão transformadora. Este é um chamado à acção para que todos – Governo, Sector Privado, Sociedade Civil, Acadêmicos, Religiosos, Parceiros de Cooperação, Comunidades Locais e outros – trabalhem juntos na construção de um futuro melhor. Unidos, como uma só nação, pode-se avançar com confiança e determinação, assegurando um futuro de prosperidade e inclusão para todos.

O objectivo é promover um desenvolvimento económico e social que seja sustentável, inclusivo, equitativo e justo. Almeja-se uma economia diversificada e eficiente, impulsionada por um sector privado fortalecido, com foco no bem-estar e na melhoria da qualidade de vida da população.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento, revista para 2025-2044, é um guia essencial para a jornada de desenvolvimento do País, garantindo que todos os moçambicanos tenham oportunidades iguais de progresso. Contudo, reconhece-se que o sucesso na implementação da Estratégia depende da participação activa de todos os sectores da sociedade. Juntos, pode-se superar os desafios, promover um crescimento inclusivo e construir um Moçambique de renda média e sustentável.

O Governo da República de Moçambique expressa sua profunda gratidão a todos os segmentos da sociedade (Sector Privado, Sociedade Civil, Parceiros de Cooperação, Academia, Comunidades Locais, Religiosos, Partidos Políticos, Jovens, Crianças e outros). A colaboração e as parcerias são fundamentais para a implementação bem-sucedida da Estratégia Nacional de Desenvolvimento, e espera-se que se continue ao longo desta jornada.

“Unidos e determinados, com espírito de trabalho e dedicação, vamos juntos reconstruir um Moçambique melhor para todos!”

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. **A Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) foi revista para o período 2025-2044** para orientar as novas prioridades e desafios do País, em resposta as mudanças no contexto legal, conjuntural e estrutural da economia, na planificação e nos compromissos internacionais.
 - i. **A nível dos aspectos legais**, para garantir o ajustamento das reformas do quadro legal sobre o funcionamento do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), do Pacote de Descentralização e da Lei do Fundo Soberano;
 - ii. **A nível da conjuntura e estrutura económica nacional**, para ajustar as políticas e estratégias de forma integrada e participativa considerando, entre outros factores:
 - i. **As mudanças demográficas**, como o crescimento populacional e o êxodo rural para as áreas urbanas que pressionam a demanda por serviços e infraestruturas básicas;
 - ii. **As mudanças climáticas e as vulnerabilidades a desastres naturais**, como inundações e secas, constituem uma ameaça à infraestrutura, segurança ambiental e ao bem-estar da população;
 - iii. **O terrorismo no Norte do País** que constitui uma ameaça à segurança interna, estabilidade regional e o desenvolvimento nacional exigindo esforços para conter a violência e promover a segurança; e
 - iv. **A incidência de raptos e sequestros humanos** tem se tornado uma ameaça presente à segurança pessoal e à ordem pública.
 - iii. **A nível da planificação**, para garantir a articulação e o alinhamento dos instrumentos de Planificação e Orçamentação com os objectivos de longo prazo;
 - iv. **A nível dos compromissos internacionais**, para garantir que as políticas nacionais estejam alinhadas aos compromissos internacionais (Ex.: ODS; Acordo de Paris, entre outros).
2. **O processo de revisão da ENDE, decorreu no período de 2021-2024** e compreendeu seis fases principais: Fase (i) Elaboração dos documentos preparatórios e Lançamento oficial da revisão da ENDE; Fase (ii) Ascultação pública a nível nacional; Fase (iii) Harmonização e Apreciação da proposta pelos vários segmentos, e divulgação na página de internet do Ministério da Economia e Finanças (www.mef.gov.mz); Fase (iv) Submissão aos fóruns do

Governo e à Assembleia da República e por último a Fase (vi) Publicação e Dessiminação

3. *Como resultado do processo de escultação, destacam-se como questões de fundo para orientar o desenvolvimento do País:* O estímulo ao investimento público e privado; Promoção da educação vocacional e profissional; Fortalecimento a educação em Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM) no Sistema Nacional de Educação; Melhoria no acesso e qualidade na saúde; Maior aproveitamento do potencial agrário, turístico e humano; Promoção do desenvolvimento das indústrias e revitalização dos parques industriais; Impulso a inovação tecnológica; Melhoria na provisão dos serviços públicos; Planificação do desenvolvimento de infraestrutura tendo em conta a vulnerabilidade climática; Reforço da segurança e defesa nacional; Integração do sector informal nas políticas de desenvolvimento com foco no emprego para os jovens; Resiliência a mudanças climáticas e desastres naturais e o fortalecimento as instituições públicas.
4. *Visão e Missão:* A Visão 2025-2044 inspira-se na visão da Agenda 2025 “**até 2025, homens e mulheres moçambicanos usarão sua capacidade, energia e conhecimento para construir um País empreendedor e continuamente bem-sucedido**” e na Visão da ENDE 2015-2035 “**Moçambique um País próspero competitivo, sustentável, seguro e de inclusão**”.

A visão e a missão da ENDE 2025-2044 foram revistas para reflectir a aspiração colectiva e os valores que orientam o desenvolvimento nacional. Enquanto a visão permanece centrada na construção de uma sociedade de **renda média onde a equidade, a segurança e o bem-estar da população são garantidas, a sustentabilidade e competitividade são uma prioridade**, a missão foi refinada para promover o desenvolvimento humano, económico e ambiental através de políticas e acções integradas e orientadas para resultados.

A ENDE 2025-2044 diferentemente da anterior merecere a apreciação e aprovação pela Assembleia da República em cumprimento do comando legal da lei do SISTAFE no seu nº3 do art. 14 da Lei 14/2020 de 23 de Dezembro.

5. *Pilares da Estratégia:* A Estratégia revista está fundamentada em cinco pilares principais: (i) Transformação Estrutural da Economia, (ii) Transformação Social e Demográfica, (iii) Infraestruturas Organização e Ordenamento Territorial, (iv) Governação, Paz e Segurança, e (v) Sustentabilidade Ambiental, Mudanças Climáticas e Economia Circular. Cada pilar é essencial não apenas para o alcance dos objectivos de longo

prazo, mas também para garantir, de forma conjunta, um futuro próspero para o País, demonstrando sua interdependência e articulação.

i. Pilar I: Transformação Estrutural da Economia

- i. O Pilar I visa alcançar um crescimento económico sustentável, competitivo e inclusivo, estimulando a diversificação da economia, o aumento da produtividade e a competitividade.
- ii. Em comparação com a estratégia anterior, reforça o compromisso com a industrialização e busca explorar sectores de alto potencial para gerar empregos, aumentar a produtividade e competitividade, tomando como base o desenvolvimento do sector agrário, mineiro, turístico e energético.

ii. Pilar II: Transformação Social e Demográfica

- i. O Pilar II visa promover o desenvolvimento humano sustentável, inclusivo e equitativo, com um foco especial na transição demográfica, melhorando os indicadores sociais, reduzindo a pobreza e promovendo a inclusão social. A ENDE revista enfatiza ainda mais a necessidade de abordar questões emergentes, como o rápido crescimento da população, a segurança alimentar, o acesso à água potável, energia e saneamento seguro, além de fornecer habitação e apoio aos grupos vulneráveis, à luz das lições aprendidas com a implementação da estratégia anterior.
- ii. Em comparação com a Estratégia anterior, continua a priorizar a redução das desigualdades e o acesso universal a serviços básicos, com um foco renovado na saúde, educação, protecção social e na inclusão de grupos vulneráveis.

iii. Pilar III: Infraestrutura, Organização e Ordenamento Territorial

- i. O Pilar III visa promover um desenvolvimento territorial sustentável e equitativo, integrando infraestrutura, ordenamento urbano e rural, gestão ambiental eficiente, garantindo a equidade no acesso serviços públicos e uma organização territorial eficaz, visando melhorar a qualidade de vida de todas as comunidades e impulsionar um crescimento económico inclusivo e resiliente, com respeito aos limites ambientais e promoção da coesão social.
- ii. Em comparação com a Estratégia Anterior, reforça-se o investimento em infraestruturas para promover o desenvolvimento regional e a coesão territorial. Adicionalmente, aprimorar o ordenamento urbano e rural,

garantindo o uso eficiente e sustentável dos recursos e fortalecendo a organização territorial para uma gestão mais eficaz.

iii. **A questão das infraestruturas é mantida como pilar e não tratada na sua transversalidade** nos outros pilares reconhecendo:

- a. **A Centralidade e Importância** como componente fundamental que permeia todos os aspectos do desenvolvimento socioeconómico. Elevá-la a um pilar específico reconhece sua importância crítica como base para o progresso em todas as outras áreas, desde saúde e educação até economia e meio ambiente.
- b. **O Foco e Prioridade**, há um compromisso explícito em priorizar investimentos e acções nesta área, garantindo que os recursos sejam direccionados de forma adequada e estratégica para atender às necessidades em infraestruturas da sociedade.
- c. **A Coordenação e Coesão** permite uma coordenação mais eficaz entre os diferentes sectores e actores envolvidos na planificação, financiamento e implementação de projectos de infraestrutura. Isso promove uma abordagem integrada e coesa para o desenvolvimento de infraestrutura em todas as suas dimensões.
- d. **Desafios Específicos** como a falta de acesso a serviços básicos em áreas remotas ou a degradação de infraestruturas antigas, requerem uma atenção e abordagem específica. Ao ter um pilar dedicado à infraestrutura, é possível concentrar esforços e recursos para enfrentar esses desafios de maneira mais eficaz.
- e. **Responsabilidade e Prestação de Contas**, permite uma avaliação mais clara do desempenho e dos resultados alcançados, facilitando a identificação de áreas de melhoria e ajustes necessários nas políticas e estratégias de infraestrutura.

iv. **Pilar IV: Governação, Paz e Segurança**

- i. O Pilar IV de Governação, Paz e Segurança é essencial para o desenvolvimento sustentável do país, assegurando instituições sólidas, a protecção dos direitos humanos, a defesa nacional e a manutenção da ordem pública. O seu objectivo principal é fortalecer e modernizar as instituições do governo, garantir a segurança nacional e interna, promover a paz e a justiça, e criar um ambiente seguro e estável para todos os cidadãos. As áreas de foco destacam-se o fortalecimento e modernização das instituições do Governo, a prevenção e combate ao crime e terrorismo, a defesa nacional, a promoção da coesão social e a

garantia de acesso à justiça. A implementação eficaz deste pilar garantirá um ambiente seguro, estável e justo, promovendo o desenvolvimento socioeconómico sustentável e a coesão social.

- ii. Em comparação com a estratégia anterior, há uma maior ênfase na integridade institucional, segurança e estabilidade, na promoção a participação do cidadão, na construção de um ambiente de paz e na prevenção e combate à corrupção. Estas áreas refletem um reconhecimento dos desafios identificados durante a implementação da estratégia anterior e a necessidade de abordá-los de forma mais eficaz para alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo. A estratégia revista inclui medidas específicas para prevenir conflitos, promover a coesão social e garantir que todos os cidadãos vivam em segurança e harmonia.

v. Pilar V: Sustentabilidade Ambiental, Mudanças Climáticas e Economia Circular

- i. O Pilar V concentra-se na promoção de uma abordagem integrada que inclua os princípios da economia azul e da economia verde, visando alcançar um desenvolvimento sustentável. Esta abordagem assegura que os ecossistemas naturais sejam protegidos e preservados, os recursos sejam utilizados de forma eficiente, os resíduos sejam reduzidos e valorizados, e os produtos sejam projectados para serem reutilizados, reparados e reciclados. O objectivo é garantir a protecção do meio ambiente, promover a biodiversidade, mitigar os impactos das mudanças climáticas e desastres naturais e estabelecer uma economia resiliente e inclusiva, em harmonia com os limites ambientais.
 - ii. Comparativamente à estratégia anterior, há uma maior ênfase na mitigação dos impactos das mudanças climáticas e desastres naturais, na gestão dos recursos naturais, na economia circular, e na integração de aspectos ambientais em todas as políticas e projectos de desenvolvimento.
6. *Desafios e Oportunidades:* Os desafios enfrentados pelo País incluem a necessidade de diversificar a economia, promover o desenvolvimento humano e fortalecer o capital humano, desenvolver infraestruturas modernas e resilientes, assegurar a protecção ambiental e aumentar a capacidade de resposta aos danos e perdas causados pelos desastres, aumentar a resiliência aos desastres e às mudanças climáticas, e implementar medidas eficazes de prevenção e combate à corrupção. No entanto, existem oportunidades significativas para o progresso, com o

potencial de crescimento económico através da inovação e industrialização, a melhoria da qualidade de vida através da educação e capacitação, o fortalecimento da resiliência e sustentabilidade ambiental, e a promoção de uma administração pública mais eficiente.

7. *Metas e Indicadores*: As metas revistas da ENDE abrangem diversas áreas-chave para o progresso do País, com destaque para: (i) O aumento do Produto Interno Bruto (PIB) através da diversificação económica e da promoção da industrialização, (ii) A melhoria da educação e saúde para garantir o desenvolvimento humano e fortalecimento do capital humano, (iii) Desenvolvimento de infraestrutura modernas e resilientes para promover a conectividade e o acesso a serviços básicos e (iv) Protecção ambiental para garantir a sustentabilidade a longo prazo.

Estas metas são acompanhadas por indicadores-chave que serão utilizados para monitorar o progresso e fazer ajustes conforme necessário ao longo do tempo.

8. *A revisão da Estratégia Nacional de Desenvolvimento é um compromisso comum com o futuro do País*. Ao implementar esta Estratégia revista, Moçambique reforça a capacidade de enfrentar os desafios do presente e construir um futuro próspero e sustentável para todos os cidadãos. O comprometimento é trabalhar em conjunto, com determinação e visão, para alcançar os objectivos e cumprir a visão compartilhada de progresso e prosperidade para todos.

I. INTRODUÇÃO

9. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) 2015-2035 surgiu da necessidade de conformar a Agenda 2025, que enunciou que “*Cada povo tem o direito e o dever de vislumbrar um futuro que integre suas aspirações e sonhos*”. E, sublinhou ainda que “*...embora a Visão se configure como elemento fulcral que norteará as aspirações e os sonhos, ela permanecerá letra morta se não forem implementadas as estratégias de desenvolvimento, instrumentos vitais para a concretização da Visão nacional compartilhada à luz do cenário desejável e realístico*”. Agenda 2025, Pág. 9.
10. A ENDE é um instrumento de Planificação e Orçamentação estratégico e que visa moldar o futuro de Moçambique nos próximos 20 anos. A Estratégia surge como resposta aos desafios e oportunidades que o País enfrenta, em busca de um desenvolvimento sustentável, inclusivo e resiliente.
11. *Contexto da Revisão:* A revisão da ENDE 2015-2035 surge em um momento crucial na jornada de desenvolvimento nacional. Desde a adopção desta Estratégia, em 2015, a nação registou avanços em direcção aos seus objectivos de desenvolvimento. No entanto, esse progresso foi acompanhado por desafios e oportunidades, tanto no contexto internacional quanto no nacional, que exigem uma revisão da abordagem estratégica:
 - (i) O contexto internacional está em constante evolução, com mudanças económicas, políticas, sociais, tecnológicas e ambientais que impactam directamente nas perspectivas de desenvolvimento, com destaque para o rápido avanço tecnológico e os desafios geopolíticos emergentes;
 - (ii) No contexto nacional, Moçambique, tem enfrentado mudanças significativas em seu cenário económico, político, social e ambiental. A instabilidade Macroeconómica e política, o rápido crescimento da população e mudanças demográficas, o défice e a precariedade de infraestruturas, vulnerabilidade às mudanças climáticas e as desigualdades.
12. No entanto, as lições aprendidas durante a Estratégia 2015-2035, proporcionaram uma base sólida para ajustar e fortalecer os esforços futuros. Nesse contexto, a revisão tornou-se uma prioridade estratégica para garantir que a visão futura de desenvolvimento de Moçambique.
13. A presente estratégia constitui a base para todo o processo de planificação do País, e será operacionalizada através de outros instrumentos que integram o Sub-sistema de Planificação e Orçamentação (SPO)

nomeadamente: os Planos Estratégicos Sectoriais e Territoriais, o Programa Quinquenal do Governo (PGQ), o Plano Quinquenal (PQ), Plano Quinquenal do Município (PQM), o Cenário Fiscal de Médio Prazo, e o Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE).

14. *Estrutura do Documento:* Este documento está estruturado em secções elaboradas para fornecer uma análise abrangente da revisão da ENDE. Esta organizado em (5) cinco capítulos, nomeadamente (i) Introdução, (ii) Licoes aprendidas (iii) Fundamentação da revisão da Estratégia, (iv) Estratégia Nacional de Desenvolvimento, (v) Mecanismos de implementação da ENDE. Cada capítulo contém várias secções que apresentam as informações e análises relevantes.

II. LIÇÕES APRENDIDAS DA ESTRATÉGIA 2015-2035

15. Durante a Estratégia 2015-2035, colheu-se valiosos aprendizados que moldaram a visão para o futuro. Os aprendizados forneceram *insights* cruciais sobre as áreas em que precisa-se intensificar os esforços e aproveitar as oportunidades.
16. *Sucessos Alcançados:* Moçambique alcançou progressos significativos em diversas áreas, entre 2015 e 2023, com destaque para: as áreas económicas, sociais, políticos, ambientais, de governação, infraestrutura e administração, além de algumas legislações relevantes:

Âmbito Económico

- i. Moçambique demonstrou um crescimento económico resiliente, após enfrentar uma crise económica e a pandemia de COVID-19, com o PIB em cerca 4,1% em 2022 e 5,01% em 2023. Este crescimento foi amplamente impulsionado pelo: (i) sector de gás natural liquefeito (GNL), particularmente através de projectos como o Coral South, que atraíram investimentos significativos e (ii) sectores tradicionais da economia como agricultura, construção, transportes e comunicações, comércio que tem estado a contribuir para a recuperação económica pós-pandemia.
- ii. Melhoria do ambiente de negócios com a implementação de reformas para a promoção de investimentos e a simplificação de processos para a abertura de empresas resultando na redução do número de procedimentos de 4 para 1, e na redução do número de dias para o licenciamento empresarial de 3 para 1.
- iii. Implementação de programas de modernização agrícola, como o Plano Nacional de Investimento no Sector Agrário (PNISA), Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Comercial (SUSTENTA), Projecto de Desenvolvimento Integrado da Agricultura e dos Recursos Naturais (ProIRN), Programa de Apoio à Cadeia de Valor da Castanha de Caju, Programa de Desenvolvimento Agrícola e Comercialização (PROSUL). Estes programas ajudaram a aumentar a produtividade agrícola, integrar pequenos agricultores em cadeias de valor lucrativas e promover práticas agrícolas sustentáveis.
- iv. Aprovado o Programa Nacional Industrializar Moçambique (PRONAI) em 2021 com o objectivo de impulsionar a industrialização e diversificação económica do país. Este programa visa aumentar a produção industrial nacional, utilizando matérias-primas locais, estimulando a produção e

comercialização, e contribuindo para a transformação rural e geração de emprego, especialmente para jovens e mulheres.

- v. A combinação de crescimento económico, investimentos em infraestrutura e energia, diversificação económica e reformas fiscais resultou na redução da taxa de desemprego de 20,7% para 18,4% até 2023.

Âmbito Social

- i. Melhorias notáveis na cobertura de vacinação e na redução da mortalidade infantil. A taxa de mortalidade infantil reduziu de 64 para 48 por 1.000 nascidos vivos, e a taxa de mortalidade materna reduziu de 489 para 289 por 100.000 nascidos vivos até 2023.
- ii. A melhoria na infraestrutura de saúde também proporcionou melhor acesso a cuidados médicos essenciais para milhões de moçambicanos.
- iii. Expansão de programas de tratamento e prevenção de HIV/AIDS e malária, tendo alcançado uma cobertura de tratamento antirretroviral atingindo 70% das pessoas vivendo com HIV até 2023.
- iv. Contratados de 9,787 novos profissionais de saúde, médicos, técnicos de saúde e agentes de serviços nas diferentes instituições do Sistema de Saúde;
- v. Aumento da esperança de vida 53.8 para 56.1 anos até 2023.
- vi. A taxa de matrícula na educação primária aumentou significativamente, com a introdução da educação gratuita e obrigatória para crianças de 6 a 12 anos.
- vii. Melhoria da Educação Secundária e Superior com a expansão das universidades e institutos técnicos em várias províncias, aumentando o acesso ao ensino superior e técnico.
- viii. Redução significativa na taxa de analfabetismo, de 49,9% para 39,9% em 2023, como resultado de várias iniciativas e programas educacionais implementados pelo governo e seus parceiros internacionais.
- ix. Expandido o Programa Nacional de Saúde Reprodutiva para incluir mais clínicas móveis e centros de saúde em áreas remotas, bem como a distribuição gratuita de contraceptivos e a oferta de consultas de planeamento familiar. As taxas de gravidez adolescente diminuíram em 15%, e houve um aumento significativo no uso de métodos contraceptivos modernos entre mulheres em idade fértil.

- x. Ampliado o Programa de Subsídio Social Básico (PSSB), para alcançar mais de 500.000 famílias em situação de pobreza. Este programa forneceu transferências monetárias mensais para ajudar na compra de alimentos e outros bens essenciais. Assistidos 1,746,079 entre 2019-2023 agregados familiares em situação de pobreza e vulnerabilidade.
- xi. Lançado programas de capacitação e financiamento para mulheres empreendedoras, parcerias entre o Governo e ONGs internacionais. Um exemplo é o programa "Mulheres Empreendedoras", que ofereceu microcréditos e treinamento em gestão de negócios para mais de 20.000 mulheres. houve um aumento de 25% no número de mulheres que iniciaram pequenos negócios, promovendo a independência econômica e a igualdade de gênero.
- xii. Implementado programas para melhorar a acessibilidade nas escolas e oferecer apoio especializado para estudantes com deficiência. Este programa incluiu a formação de professores em educação inclusiva e a adaptação de infraestruturas escolares. A matrícula de estudantes com deficiência aumentou em 40%, e a taxa de conclusão escolar entre esses estudantes também melhorou.

Âmbito da Governação

- i. A assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação entre o Governo e a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) que resultou no estabelecimento de um quadro para o Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), garantindo a desmobilização de milhares de combatentes da Renamo e a entrega de armas. Os centros de desmobilização foram estabelecidos em várias províncias, onde os combatentes puderam entregar suas armas e receber suporte inicial. Tendo sido desmobilizados e reintegrados 63% de antigos guerrilheiros da Renamo, cerca de 3,267 guerrilheiros; (ii) Registadas 128 confissões religiosas e 37 associações de carácter religioso. A desmobilização contribuiu para a redução da presença de armas ilegais e melhorou a segurança em várias regiões, criando um ambiente mais seguro para o desenvolvimento socioeconómico.
- ii. A revisão constitucional de 2018 introduziu várias mudanças significativas, incluindo a descentralização do poder executivo e a criação de novos mecanismos para aumentar a transparência e a responsabilização das instituições governamentais. Estas mudanças ajudaram a consolidar a democracia em Moçambique.

- iii. Aprovada a lei e Implementado o processo de descentralização que transferiu mais poderes e recursos para as províncias e municípios, incluindo a autonomia na gestão de recursos financeiros e a capacidade de implementar projectos de desenvolvimento local.
- iv. Fortalecido o Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) em 2015 com mais recursos e autoridade para investigar e processar casos de corrupção. Em 2017, o GCCC lançou uma série de investigações de alto perfil contra funcionários públicos e empresários envolvidos em esquemas de corrupção. Estas acções resultaram na condenação de vários indivíduos por corrupção, incluindo funcionários de alto escalão.
- v. Criação de tribunais especializados e a implementação de novas leis para proteger os direitos civis, no âmbito da revisão abrangente do quadro jurídico realizada em 2019 para fortalecer o estado de direito e a independência do sistema judiciário.

Âmbito do Desenvolvimento de Infraestruturas

- i. A Estrada N6 (Beira-Machipanda): Esta estrada, que conecta a cidade portuária da Beira à fronteira com o Zimbábue, foi significativamente melhorada. As reformas na N6 facilitaram o comércio e o transporte de mercadorias, reduzindo o tempo de viagem e os custos logísticos;
- ii. A Ponte Maputo-Katembe: Inaugurada em 2018, esta ponte é a maior da África Austral e conecta a cidade de Maputo à Katembe, facilitando o movimento e o desenvolvimento urbano na região. O projecto incluiu 187 km de estradas associadas e contribuiu para o crescimento económico local ao melhorar a conectividade e atrair investimentos.
- iii. Melhorada significativamente a linha férrea Nacala, que conecta o porto de Nacala ao Malawi, para facilitar o transporte de mercadorias. Este projecto inclui a reabilitação de trechos ferroviários e a modernização dos terminais de carga, aumentando a eficiência do transporte ferroviário na região.
- iv. Modernização do Porto da Beira para aumentar sua capacidade e eficiência, tornando-se um hub crucial para o comércio regional. As melhorias incluíram a expansão dos cais, a modernização dos equipamentos de manuseio de carga e a melhoria das infraestruturas de acesso ferroviário e rodoviário.
- v. A Central Térmica de Ressano Garcia, uma das maiores centrais a gás natural do país, foi expandida para aumentar a capacidade de geração de energia elétrica. Este projecto é crucial para garantir um fornecimento de energia mais estável e reduzir a dependência de fontes externas.

- vi. Houve investimentos significativos em energia solar e eólica, com projectos como a Central Solar de Mocuba, que adicionou 40 MW à capacidade energética do país. Estes projectos não apenas aumentaram a capacidade energética, mas também contribuíram para a sustentabilidade ambiental.
- vii. Desenvolvido o Projecto de Abastecimento de Água da Barragem de Corumana que visa melhorar o abastecimento de água em Maputo e Matola, aumentando a capacidade da Barragem de Corumana e modernizando a infraestrutura de distribuição de água. O projecto é fundamental para garantir o acesso sustentável à água potável para milhões de pessoas.
- viii. O acesso à energia aumentou de 24% para 39% até 2023. Este crescimento significativo permitiu que mais comunidades rurais tivessem acesso à eletricidade, melhorando a qualidade de vida e impulsionando o desenvolvimento económico local.
- ix. O acesso à água de fonte segura aumentou de 50,3% para 53,3% até 2023. Estes projectos garantiram que mais famílias tivessem acesso a água potável, reduzindo a incidência de doenças transmitidas pela água e melhorando a saúde pública.
- x. O acesso ao saneamento seguro aumentou de 27% para 31,7% até 2023. Estas melhorias ajudaram a reduzir a incidência de doenças relacionadas ao saneamento inadequado, como a diarreia, e promoveram um ambiente mais saudável para as comunidades locais.

Âmbito da Sustentabilidade Ambiental e Mudanças Climáticas

- i. Implementação de políticas e iniciativas de gestão ambiental para proteger a biodiversidade e combater o desmatamento, com destaque para:
 - a. O Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PNACC) que visa aumentar a resiliência às mudanças climáticas através da implementação de medidas de adaptação em sectores como agricultura, recursos hídricos e infraestrutura, bem como programas de recuperação de ecossistemas costeiros. E como resultado tem estado a ajudar a reduzir a vulnerabilidade de comunidades locais aos impactos das mudanças climáticas, como inundações e secas prolongadas.
 - b. Adopção de programas de resiliência climática, especialmente nas áreas afetadas por desastres naturais, como a província de Cabo Delgado. Estes programas focam na reconstrução e desenvolvimento sustentável, ajudando as comunidades a se recuperarem e a se prepararem melhor para futuros desastres. O Plano de Reconstrução de Cabo Delgado e o Programa Integrado de Resiliência e Desenvolvimento para o Norte de Moçambique são

exemplos de esforços para recuperar e desenvolver estas regiões de forma sustentável.

- c. O Programa MozBio, iniciado em 2015, foi uma iniciativa abrangente para fortalecer a rede de áreas de conservação de Moçambique. O programa envolveu a criação de novas áreas protegidas, o fortalecimento das já existentes e a implementação de práticas de gestão sustentável. têm sido fundamentais para melhorar a gestão das áreas de conservação e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades locais.
 - d. Criado o Parque Nacional das Quirimbas em 2002, nos últimos anos houve um aumento significativo nas actividades de conservação, incluindo a proteção de habitats marinhos e terrestres e o desenvolvimento de práticas de manejo sustentável de recursos naturais. Este parque abrange tanto ambientes terrestres quanto marinhos, incluindo recifes de corais e manguezais, e é crucial para a conservação de várias espécies ameaçadas.
 - e. Esforços de colaboração entre o governo moçambicano, a Peace Parks Foundation e outras organizações focaram em reforçar a aplicação da lei e reduzir o conflito entre humanos e a vida selvagem na reserva. E tem resultado no fortalecimento significativo das políticas de conservação e desenvolvimento comunitário na Reserva Especial de Niassa.
 - f. Restauração significativa do Parque Nacional do Zinave a partir de 2015, através do acordo de 20 anos firmado entre a Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC) de Moçambique e a Peace Parks Foundation para restaurar, desenvolver e gerir o parque.
17. *Desafios enfrentados:* No entanto, a Estratégia também enfrentou desafios importantes, tais como:
- i. A instabilidade macroeconómica gerada por choques adversos resultou em crescimento económico inferior ao esperado, resultando na diminuição dos investimentos, aumento do desemprego e redução da capacidade do Governo de financiar programas sociais e infraestruturas essenciais;
 - ii. Hostilidades militares no Centro e Norte do país, incluindo a prevalência do terrorismo em Cabo Delgado, comprometeram a estabilidade e a segurança. Estes fenómenos geraram e geram o deslocamento da população, destruição de infraestruturas, aumento dos gastos com segurança, redução de investimentos, interrupção de projectos de desenvolvimento e diminuição do clima de investimento;

- iii. A retirada brusca dos parceiros internacionais ao Apoio Geral ao Orçamento em 2015 afectou significativamente o financiamento e a implementação de programas. E conseqüentemente, gerou redução de recursos financeiros para projectos de desenvolvimento, necessidade de reorientação de políticas e aumento da dependência de recursos internos limitados;
- iv. Ciclones como *Kenneth*, *Idai* e *Freddie* para além de chuvas, cheias e secas cíclicas, exigiram assistência à população afectada, reposição emergencial de infraestruturas destruídas e execução de planos de reconstrução. Estes eventos climáticos extremos propiciaram o desvio de recursos para resposta emergencial e reconstrução, impactos negativos na agricultura e segurança alimentar, e aumento da vulnerabilidade das populações afectadas.
- v. A pandemia da COVID-19 teve conseqüências graves na saúde pública, economia e estrutura social. Esta situação gerou pressão sobre o sistema de saúde, retração económica, aumento do desemprego e exacerbamento das desigualdades sociais.
- vi. O rápido crescimento da população e as mudanças demográficas criaram pressão adicional sobre os recursos e serviços públicos. Como resultado gerou a necessidade de ampliação dos serviços de saúde, educação e infraestrutura, bem como desafios na criação de empregos suficientes para a população em crescimento.
- vii. Disparidades no acesso aos serviços públicos básicos, afectando a equidade e o desenvolvimento social. Estas disparidades foram influenciadas, em grande parte, pela insuficiência de recursos para o investimento, eventos climáticos extremos, a pandemia da COVID 19 e o rápido crescimento da população. E como resultado aumento da população em situação de vulnerabilidade e pobreza, bem como o aumento das desigualdades regionais.
- viii. A necessidade de desenvolver infraestruturas estratégicas para suportar o crescimento e a modernização do país. Pelas razões referenciadas nos pontos anteriores, verificam-se atrasos no desenvolvimento económico, dificuldades logísticas e limitações no acesso a mercados e serviços essenciais.
- ix. A Dependência de sectores como a agricultura de baixa produtividade e a indústria extrativa limitou a diversificação económica. E como resultado, o País tornou-se susceptível a choques externos, crescimento económico limitado e falta de inovação e competitividade.

- x. Acesso limitado à eletricidade e outras formas de energia moderna, particularmente nas áreas rurais, restringiu o desenvolvimento económico e social. Limitando o desenvolvimento industrial, o nível de vida e dificuldades na implementação de serviços essenciais.
- xi. Os desastres naturais resultaram em danos e perdas significativas, exigindo respostas emergenciais constantes. Esta ocorrência originou desvios de recursos para responder as emergências, reconstrução contínua e aumento da vulnerabilidade das comunidades afectadas.
- xii. O país enfrenta vulnerabilidades crescentes às mudanças climáticas, com impactos na agricultura, infraestrutura e meios de subsistência. Originando redução da produtividade agrícola, insegurança alimentar, degradação ambiental e aumento dos custos de adaptação.
- xiii. Corrupção endêmica em diversos sectores da sociedade compromete a confiança dos cidadãos e a eficácia da governança. Como resultado geram diminuição da confiança pública, desvio de recursos, ineficiência na administração pública e redução do crescimento económico.

18. *Lições Aprendidas:* As principais lições aprendidas durante a implementação da estratégia anterior são referentes a:

- i. A importância da estabilidade macroeconómica é crucial para o crescimento económico sustentável, criando um ambiente favorável para investimentos e desenvolvimento contínuo.
- ii. A necessidade de abordagens flexíveis são essenciais para enfrentar desafios imprevistos e circunstâncias em constante mudança, permitindo uma resposta mais eficaz e ágil às crises.
- iii. A relevância de parcerias público-privadas são fundamentais para impulsionar o desenvolvimento em áreas estratégicas, aproveitando os recursos e expertise do sector privado para complementar os esforços do Governo.
- iv. A importância do Processo de Descentralização é vital para a gestão eficiente e adaptada às necessidades locais, promovendo o desenvolvimento regional equilibrado e reduzindo desigualdades socioeconómicas.
- v. O engajamento da Sociedade Civil é essencial para assegurar que as políticas e projectos atendam às necessidades e expectativas dos cidadãos, promovendo transparência e responsabilidade.

- vi. A incorporação de tecnologias inovadoras e a promoção da inovação são cruciais para melhorar a eficiência, reduzir custos e aumentar a eficácia das iniciativas do Governo.
- vii. O desenvolvimento contínuo de competências e a capacitação de funcionários públicos são essenciais para garantir que a administração pública possa responder de maneira eficaz aos desafios emergentes.
- viii. Sistemas robustos de monitoramento e avaliação são fundamentais para acompanhar o progresso das iniciativas, permitir ajustes oportunos e garantir a eficácia e eficiência das políticas implementadas.
- ix. A inclusão de práticas de sustentabilidade ambiental nas políticas de desenvolvimento é crucial para assegurar que o crescimento económico não comprometa os recursos naturais e a saúde ambiental.
- x. A colaboração com países vizinhos e a participação em iniciativas regionais e internacionais são importantes para enfrentar desafios comuns e promover o desenvolvimento compartilhado.

III. FUNDAMENTAÇÃO DA REVISÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

19. A revisão da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) é essencial para assegurar que o país continue a seguir um caminho de desenvolvimento sustentável e prosperidade. Esta revisão baseia-se em uma análise abrangente de diversos aspectos fundamentais, incluindo os contextos legal, institucional, internacional e situacional. Cada um destes elementos desempenha um papel crucial na orientação das políticas públicas, elaboração dos instrumentos de planificação e orçamentação, e na continuidade dos processos de desenvolvimento nacional. Compreender os fundamentos é vital para tomar decisões estratégicas informadas e para garantir a eficácia da ENDE.

3.1 Enquadramento Legal

20. [A revisão da ENDE é legalmente sustentada por um quadro legal](#) que inclui o Pacote de Descentralização, a Lei do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE) e a Lei do Fundo Soberano.
- i. [A Lei do SISTAFE, Lei 14/2020 de 23 de Dezembro e o Decreto n.º 26/2021, de 03 de Maio](#), que regula a gestão financeira e patrimonial do Estado, garantindo a transparência, eficiência e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.
 - ii. [O Pacote de Descentralização, a Lei 4/2019 de 31 de Maio](#), que estabelece as diretrizes para a transferência de competências e recursos para os governos locais, promovendo a participação das comunidades na tomada de decisões e na implementação de políticas. [No entanto por forma a evitar a proliferação de estratégias que podem indicar diferentes caminhos dificultando a planificação estratégica e de recursos, a ENDE visa orientar numa única direcção o processo de desenvolvimento nacional, a ser seguida por todos os seguimentos.](#)
 - iii. [A Lei do Fundo Soberano, Lei n.º 1/2024 de 09 de Janeiro](#), que estabelece as regras para a gestão dos recursos provenientes da exploração de recursos naturais, visando garantir sua utilização sustentável em benefício das gerações presentes e futuras.
21. Estes instrumentos legais proporcionam o enquadramento necessário para a revisão da ENDE, assegurando a sua conformidade com os princípios constitucionais e a legislação vigente.

3.2 Enquadramento no âmbito das questões conjunturais e estruturais do País

22. A revisão da ENDE leva em consideração os desafios conjunturais e estruturais que influenciam o contexto actual do País.
23. Em relação aos aspectos conjunturais, a revisão considera desafios imediatos que podem afectar o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável.
 - i. Flutuações nos preços das *commodities*, volatilidade nos mercados financeiros globais e os impactos da pandemia de COVID-19 na economia nacional.
 - ii. Outros fatores conjunturais como eventos climáticos extremos e crises humanitárias que podem afectar a estabilidade económica e social do País.
24. No que diz respeito aos aspectos estruturais, a revisão considera as tendências de longo prazo que moldam a economia e a sociedade.
 - i. Mudanças demográficas com um crescimento exponencial da populacional e o êxodo rural justificado pela procura por serviços públicos e outras oportunidades.
 - ii. Questões estruturais como desigualdade de renda, acesso limitado a educação de qualidade e infraestrutura inadequada. A resolução desses problemas estruturais é essencial para promover um crescimento económico inclusivo e sustentável.
25. Ao considerar tanto os aspectos conjunturais quanto os estruturais, a revisão da Estratégia Nacional de Desenvolvimento identifica e políticas e cria programas que respondam às necessidades imediatas do País.

3.3 Enquadramento no âmbito do Sistema Nacional de Planificação

26. A revisão da ENDE se baseia na análise abrangente dos instrumentos de planificação existentes incorporando diversas fontes de informação e perspectivas:
 - i. Avaliação dos resultados dos planos quinquenais anteriores revelou sucessos e desafios, apontando a necessidade de ajustamento instrumentos de planificação aos desafios actuais como adaptação às mudanças climáticas, a inovação e inclusão digital.

- ii. O *feedback* das partes interessadas obtido por meio de consultas públicas destaca a necessidade de uma abordagem mais participativa e inclusiva nos instrumentos de planificação.
- iii. A revisão visa garantir o alinhamento dos instrumentos de planificação com os objectivos estratégicos de longo prazo.

3.4 Enquadramento no âmbito dos Compromissos Internacionais

27. É essencial para garantir o alinhamento com os compromissos internacionais assumidos pelo País, promovendo o desenvolvimento sustentável e a cooperação global, e a revisão buscou especificamente:
 - i. Garantir que as políticas nacionais estejam alinhadas com os compromissos internacionais ratificados pelo País, com destaque para: Agenda 2030 (Objectivos de Desenvolvimento Sustentável), Agenda 2063 da União Africana, Visão 2050 da SADC, o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional 2020-2030 (RISDP), Convecção-Quadro das Nações Unidas sobre a Alterações Climáticas (CQNUAC), Quadro de SENDAI para redução de desastres (SFDRR) 2030, os principais instrumentos jurídicos globais sobre direitos humanos e questões humanitárias, contribuindo para alcance das metas globais.
 - ii. Fortalecer acções nacionais contra a mudança climática, em conformidade com os compromissos estabelecidos no Acordo de Paris.
 - iii. Assegurar que as políticas nacionais promovam um ambiente comercial favorável, respeitando acordos comerciais internacionais.
 - iv. Ajustar políticas nacionais às normas e padrões internacionais reconhecidos em áreas como direitos humanos, saúde e meio ambiente.
 - v. Aproveitar oportunidades de cooperação internacional e apoio técnico para enfrentar desafios compartilhados e promover o desenvolvimento sustentável.

IV. PROCESSO PARTICIPATIVO DA REVISÃO DA ESTRATÉGIA

28. A participação desempenhou um papel central no processo revisão da Estratégia Nacional de Desenvolvimento. Este capítulo oferece uma visão detalhada de como o processo participativo foi conduzido, destacando os métodos utilizados, as partes interessadas envolvidas e os resultados alcançados.

29. *Metodologia:* O processo participativo foi orientado por uma metodologia flexível abrangente e inclusiva, que consistiu em:

- i. Participação presencial e virtual dos diversos segmentos envolvidos, incluindo representantes do governo, sector privado, sociedade civil, parceiros, da academia, comunidades locais, religiosos, partidos políticos, jovens, adolescentes entre outros, garantindo que as suas vozes fossem ouvidas mesmo durante as restrições impostas pela COVID-19;
- ii. Realização de fóruns de discussão e utilização de plataformas de colaboração para promover uma participação ampla e inclusiva; e
- iii. Manutenção de diálogo contínuo com os diversos segmentos envolvidos, oferecendo oportunidades para interação e actualizações ao longo de todo o processo.

E esta abordagem multifacetada permitiu uma ampla participação e diversidade de perspectivas.

30. *O processo de revisão da ENDE, decorreu no período de 2021-2024 e compreendeu as seguintes fases:*

- i. Fase (i) Elaboração dos documentos preparatórios, com destaque para:
 - a. A nota conceptual que trouxe a situação actual do País e propostas de orientações futuras e serviu de base para a revisão, nas suas dimensões económica, social, governação e ambiente.
 - b. O Lançamento oficial da revisão da ENDE por S. Excia o Presidente da República em setembro 2021.
 - c. As equipas de trabalho criadas ao nível central a equipa coordenadora no MEF e as equipas sectoriais incluindo as secretarias do Estado. Ao nível provincial criadas equipas conjuntas serviços provinciais e órgão de governação descentralizada
- ii. Fase (ii) Escuta pública que decorreu ao nível nacional, esta fase consistiu:
 - a. Disponibilização da nota conceptual da revisão da ENDE na página de internet do Ministério da Economia e Finanças (www.mef.gov.mz), que continha as diretrizes para incentivar o debate e permitir uma ampla participação no processo;
 - b. Divulgação do processo pelos órgãos de comunicação rádio e televisão e jornal com abrangência nacional, em que se dava a conhecer sobre o

- início e explicação do processo de revisão e como os moçambicanos poderiam participar.
- c. Realização de sessões de consulta pública organizadas por grupos, áreas e pilares abrindo-se o debate na forma presencial e virtual ao nível central, das províncias e nos distritos.
 - iii. Fase (iii) Harmonização da proposta com vários segmentos, por forma a aprimorar e divulgação na página de internet do Ministério da Economia e Finanças (www.mef.gov.mz);
 - iv. Fase (iv) Submissão aos fóruns do Governo e à Assembleia da República, que consiste na apreciação e aprovação da ENDE;
 - v. Fase (vi) Publicação e Dessiminação, que consiste na divulgação da ENDE 2025-2044 ao nível nacional.
31. *Resultados e Impacto:* O envolvimento das partes interessadas teve um impacto significativo no resultado final da revisão da ENDE. As contribuições foram incorporadas directamente no documento revisto, reflectindo uma ampla gama de perspectivas e preocupações. Esta abordagem fortaleceu a legitimidade da ENDE e aumentou o comprometimento das partes interessadas com sua implementação.
32. *Desafios e Lições Aprendidas:* Um dos maiores desafios ao longo do processo foi garantir uma representação equitativa de todos os grupos de interesse e gerir expectativas divergentes. No entanto, esses desafios também forneceram oportunidades para aprender e melhorar as práticas de participação. A transparência, comunicação eficaz e abertura ao feedback foram fundamentais para superar esses obstáculos.
33. O processo participativo da revisão da ENDE foi uma demonstração do compromisso do Governo com a governação inclusiva e participativa. Continua-se a valorizar e priorizar o envolvimento das partes interessadas em futuras revisões estratégicas, reconhecendo seu papel fundamental na construção de políticas públicas mais eficazes e responsivas às necessidades da sociedade.

V. SITUAÇÃO ACTUAL E DESAFIOS DE DESENVOLVIMENTO

5.1 Situação Económica

34. Moçambique registou um crescimento económico robusto ao longo dos anos, com uma taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente 7,0% ao ano durante quase duas décadas. No entanto, o País também enfrentou desacelerações periódicas devido a factores como, eventos climáticos extremos adversos, terrorismo e o impacto da pandemia de COVID-19. Nos últimos anos tem havido sinais de recuperação da economia com um, a taxa média actual Produto Interno Bruto de 5,01% em 2023.
35. Os sectores agrário, extractivo, manufactureiro e de serviços (incluindo o turismo) têm se destacado como pilares fundamentais da economia. No entanto, para que o País possa alcançar um crescimento sustentável e inclusivo a longo prazo, ainda é necessário enfrentar desafios significativos, como a diversificação económica.
36. *O sector primário*, constituído pela produção agrária, pesqueira e mineira, é caracterizado por um baixo nível de produtividade. As principais razões para essa baixa produtividade incluem: (i) o baixo nível de acesso e uso de insumos melhorados; (ii) a fraca adopção de tecnologias e sua limitada transferência; (iii) a disponibilidade limitada de serviços agrícolas; (iv) défice de infraestrutura de produção e transporte; (v) a elevada sazonalidade; (vi) a capacidade limitada de agroprocessamento; e (vii) a crescente vulnerabilidade climática, que afecta o rendimento agrícola e a segurança alimentar. *O subsector extrativo* apresenta uma forte dependência de megaprojectos que não são intensivos em mão de obra, enquanto a maior parte da população economicamente ativa permanece no sector agrário, representando 75,4% da força de trabalho.
37. O sector secundário é caracterizado pelo baixo desempenho da indústria transformadora. Este desempenho tem sido influenciado por diversos factores, incluindo: (i) infraestrutura inadequada; (ii) clima de investimentos desfavorável (ambiente de negócios); (iii) elevados custos de investimento; (iv) atraso tecnológico; e (v) baixo nível de qualificação da mão-de-obra.

5.1.1 Evolução da Estrutura Económica, Emprego e Produtividade Laboral Média por Sector (em USD)

38. A estrutura produtiva do País apresenta poucas alterações em sua composição, sendo dominada pelo sector terciário (serviços), que registou um peso considerável nos últimos anos, representando em média 54,7%, onde se destacam o comércio formal e informal.
39. O sector primário (agrário e extrativo), ocupa a segunda posição na estrutura produtiva, com uma média de 30,8%. O sector secundário (indústria) permanece pouco desenvolvido, representando em média um peso de 14,5%. A tabela 1 apresenta a evolução da estrutura económica e proporção de empregos por sector.

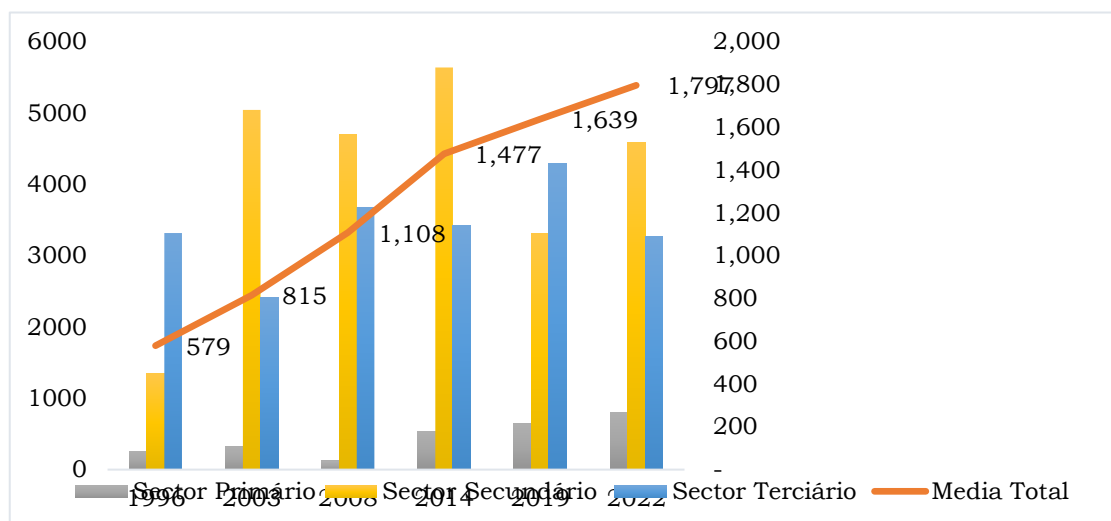
Tabela 1: Evolução da Estrutura Económica e Proporção de Empregos por sector

Indicador	2000	2003	2009	2014	2019	2022
Proporção de sector no PIB						
Sector primário	19.3	23.2	29.2	28.7	35.9	37.1
Sector secundário	19.3	18.4	15.6	13.4	12.8	12.4
Sector terciário	61.4	58.4	55.2	57.9	51.3	50.5
Total	100.0	100.00	100.0	100.0	100.0	100.0
Empregos por sector						
Sector primário	87.0	80.5	80.4	71.0	70.3	75.4
Sector secundário	4.0	3.4	4.6	4.9	8.5	4.4
Sector terciário	9.0	16.1	15.0	24.1	21.2	20.2
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: INE (IAFs e IOFs)

40. A produtividade laboral é relativamente baixa em Moçambique. Contudo, entre os três sectores, foi significativamente maior no sector da indústria. O sector de serviços registou também melhorias na produtividade, embora com tendência de estabilização ao longo do tempo. Apesar de algumas melhorias, sobretudo no início da presente década, o sector primário tem estado a baixar no nível médio de produtividade nos últimos anos.

Gráfico 1: Produtividade laboral média por sector (em USD)



Fonte:INE, MEF e BM

5.2 Situação Social

5.2.1 Tendências Demográficas

41. A população do País tem crescido a uma taxa de 2,5% ao ano, com uma estrutura etária predominantemente jovem, sendo, cerca de 34% da população constituída por jovens (15 a 35 anos) e cerca de 47% com menos de 15 anos (INE 2023). Este crescimento representa simultaneamente uma oportunidade e um desafio para o País, especialmente em relação à provisão de serviços essenciais, como educação, saúde, emprego e habitação, entre outros.
42. A população estimada de Moçambique é de aproximadamente 32,42 milhões de habitantes, com uma densidade populacional de 38 habitantes Km², de acordo com dados do INE (2023). O rápido crescimento populacional entre 2017 e 2023 resultou em um aumento de cerca de 4,6 milhões de habitantes. Este crescimento é ainda mais acelerado na faixa etária jovem, entre 15 e 35 anos, que apresentou uma taxa de crescimento de 3,6%.
43. A razão de dependência do País é de 103,2%, sendo mais alta entre os jovens (95,9%) e nas áreas rurais (115,6%) em comparação com as áreas urbanas (83,1%).

44. **A força de trabalho do País é constituída** por 49,2% da população total, dos quais 84,9% são considerados População Economicamente Ativa (PEA). Dentre a PEA, cerca de 18,4% não está absorvida pelo mercado de trabalho formal, encontrando-se envolvidos em trabalhos ocasionais, por conta própria ou como trabalhadores familiares não remunerados.
45. **Da População Economicamente Activa (PEA) absorvida pelo mercado de trabalho, 74,7% está envolvida em actividades primárias** (agricultura, silvicultura, pesca e mineração), 4,4% em actividades secundárias (indústria transformadora, construção e energia) e 20,2% em actividades terciárias (transportes e comunicações, comércio e finanças, serviços administrativos e outros), com a maioria concentrada no comércio e finanças. No entanto, observa-se que as actividades primárias são realizadas principalmente por indivíduos sem nenhum nível de educação formal e que nunca frequentaram a escola. Por seu turno, a população absorvida pelos sectores secundário e terciário possui um nível de educação que varia entre o ensino primário e o superior.

5.2.2 Tendência dos Serviços Sociais Básicos

5.2.2.1 Saúde e Nutrição

46. Melhorias notáveis no acesso aos serviços de saúde foram registados, impulsionadas pelo aumento do número de unidades sanitárias. Actualmente, as infraestruturas de saúde estão mais próximas dos cidadãos, com cerca de 67% da população tendo acesso a uma unidade sanitária. A satisfação da população em relação aos serviços de saúde prestados aumentou significativamente, passando de 53% em 2014/15 para 59,5% em 2022, de acordo com os dados do INE (IOF,2022).
47. Devido ao ritmo de crescimento populacional acelerado, o rácio habitante/médico é de 5,9 médicos por cada 100.000 habitantes, portanto inferior ao recomendado pela Organização Mundial de Saúde, que é de um médico por cada 10.000 habitantes. Estes dados colocam um desafio ao país para providenciar serviços de saúde de qualidade para a sua população.
48. Em Moçambique, as doenças transmissíveis e preveníveis por vacinação reduziram significativamente nas últimas décadas, devido ao sucesso das estratégias de prevenção e tratamento das principais doenças de infância. No entanto, a situação das doenças tais como, o HIV/SIDA (12,5%), a Malária (392/1000hab.), a Tuberculose (350/100.000hab.)

continua grave, tendo aumentado também os casos de doenças não transmissíveis, tais como, a hipertensão arterial (39,0%), diabetes (7,4%), cancro da mama, colo de útero e próstata, o trauma, o consumo excessivo de álcool e tabaco, o abuso de drogas.

49. A desnutrição crónica persiste, em Moçambique aproximadamente 37% de crianças menores de 5 anos sofrem de desnutrição crónica, 4,1% sofrem de desnutrição aguda e 10% da população encontra-se em situação de insegurança alimentar aguda.
50. Apesar dos avanços demonstrados na redução das taxas de mortalidade e no acesso aos cuidados de saúde, persistem importantes desafios e limitações no que respeita a:
 - i. Altas taxas de mortalidade infantil (39%) e neonatal (24%);
 - ii. Taxas de desnutrição crónica infantil que permanecem acima de 35%;
 - iii. Melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde na perspectiva de ampliação da cobertura. A distância média que os habitantes que residem mais longe têm de percorrer para aceder a uma Unidade Sanitária manteve nos 12 km em 2021/22. Esta distância continua acima do recomendável pela OMS (10km).
 - iv. O tempo de espera, a falta de medicamentos essenciais e equipamentos médicos, constituem factores de insatisfação da população em relação aos serviços de saúde.

5.2.2.2 Educação

51. A educação é reconhecida como um importante elemento para o desenvolvimento socioeconómico e para o aumento da produtividade da economia moçambicana.
52. A melhoria do acesso e da qualidade da educação é vista como um factor impulsionador para o desenvolvimento do país, pois é uma forma de reduzir as desigualdades de renda e melhorar as oportunidades.
53. A baixa qualidade da educação impede que os jovens tenham melhores oportunidades de emprego, e limita as perspetivas de uma melhor qualidade de vida, resultando numa sociedade, com baixa produtividade.
54. Os indicadores da educação mostram que o sistema não consegue alfabetizar plenamente as crianças e adolescentes até os 15 anos de idade. Nos anos iniciais do ensino primário, apesar de haver melhoria

nos índices de aprendizagem, as desigualdades ainda são grandes entre a área rural e urbana.

55. A média geral do rácio aluno/professor no ensino básico ainda se situa nos 64,3 alunos para um professor, facto que tem impactado nos níveis de aprendizagem.
56. Quanto à educação profissional e superior, a expectativa de expansão esperada pelo país, aliada às rápidas mudanças na base científica e tecnológica e nos processos produtivos, exige significativo investimento na formação dos trabalhadores para garantir a ampliação qualitativa e quantitativa da oferta de mão de obra.
57. Observa-se uma expansão significativa dos serviços de educação, conjuntamente com um aumento de ingresso de alunos, alfabetizando e educandos nas escolas e centros de alfabetização e educação de adultos. No entanto, persistem desafios com destaque para:
 - i. A taxa de analfabetismo permanece alta, embora tenha reduzido entre as pessoas com 15 anos ou mais, passando de 39,9% em 2019/20 para 38,3% em 2022. É importante notar que o analfabetismo prevalece entre as mulheres (49,2%) em comparação com os homens (25,9%) (IOF, 2022). Igualmente, são evidentes as desigualdades entre os níveis de analfabetismo em áreas rurais (52,3%) e áreas urbanas (19,7%), (IOF, 2022);
 - ii. O nível primário do primeiro grau é frequentado pela maioria, representando 52,4% da população de todas as idades, com a excepção da população, com idades compreendidas entre os 15 e 19 anos, que compõem 32,4% com o nível de ensino secundário do primeiro ciclo frequentado. Em todas as províncias, a maioria da população frequentou o ensino primário (EP1 e EP2). No entanto, a cidade de Maputo possui a maior percentagem da população que frequenta ou já frequentou o nível superior;
 - iii. A maioria da população concluiu o ensino primário, correspondendo a 18,8% enquanto 45,8% não possuem qualquer nível de escolaridade concluído;
 - iv. As infra-estruturas de educação, principalmente no nível do ensino pré-escolar e secundário, são ainda um desafio para garantir equidade de acesso, qualidade e equidade na aprendizagem;

- v. Os livros escolares são distribuídos gratuitamente. No entanto, a cobertura não atende plenamente o universo de alunos;
- vi. A superlotação nas escolas, reflectida na elevada proporção rácio aluno/professor, a falta de salas de aula, a escassez de infraestruturas essenciais de água e saneamento em muitas escolas, bem como a carência de professores qualificados, representam desafios persistentes no sistema de educação nacional; e
- vii. Elevado índice de desperdício escolar expresso pelo elevado número de desistências, principalmente nas raparigas, reprovação, reduzidas taxas de conclusão de cada nível de ensino.

5.2.2.3 Renda e Emprego

- 6 O desemprego entre os jovens é elevado, com 33,4% da população jovem fora do emprego, educação ou treinamentos. A economia informal, que representa uma parcela significativa do emprego, apresenta condições precárias e insegurança no trabalho para muitos trabalhadores. Garantir uma forte conexão entre a formação oferecida e as demandas do mercado de trabalho, para maximizar as oportunidades de emprego e promover o desenvolvimento econômico e social.
- 7 A taxa de desemprego geral em Moçambique, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), estava em torno de 18,4% em 2022. A área urbana, especialmente a cidade e província de Maputo, registra taxas mais altas, com 31% e 36,5%, respectivamente, enquanto nas áreas rurais, a taxa é mais baixa, em torno de 12%. A taxa de desemprego é particularmente alta entre os jovens, agravada pela pandemia e a insurgência em Cabo Delgado, que afectaram ainda mais as oportunidades de emprego.
- 8 O desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos foi de 7,74% de até 2023. Esse valor representa uma ligeira diminuição em relação aos anos anteriores, onde o pico foi de 8,67% em 2021. Apesar disso, a taxa de desemprego jovem ainda é um desafio significativo no país.

8.1.1.1 Habitação e Infraestruturas

8.1.1.1.1 Habitação

58. [A percentagem da população que reside em habitações com cobertura de material convencional aumentou](#) de 39,4% em 2014/19 para 47,5% em

2022, ao mesmo tempo que a percentagem da população que vivem em habitações cobertas com material não convencional reduziu de 60,7% em 2014/19 para 52,5% em 2022. No que diz respeito ao tipo de piso, observa-se que a percentagem da população que vive em habitações com piso convencional aumentou passando de 34% em 2019/20 para 35,9% em 2022, enquanto as habitações com o piso não convencional reduziu de 66% em 2019/20 para 64% em 2022, (INE, IOF 2022). No entanto, ainda persistem desafios:

- i. Cerca de 52,4% da população reside em habitações que possuem cobertura de capim, colmo ou palmeiras, sendo essa prevalência mais significativa nas áreas rurais (68,2%) do que nas áreas urbanas (21,3%);
- ii. Igualmente, aproximadamente 33,9% da população reside em habitações com piso de adobe (terra batida), e 30% vivem em habitações com piso sem revestimento, sendo essas condições mais comuns nas áreas rurais, com aproximadamente 43% e 38,1%, respectivamente.

8.1.1.1.2 Água

59. O acesso a água proveniente de fonte segura registou um aumento variando de 49,6% em 2019/20 para 53,6% em 2022. Este aumento foi mais significativo nas áreas urbanas com cerca de 78,2% da população consome água de fonte segura, em relação a 41,1% das áreas rurais, (INE, IOF 2022). No entanto, enfrentam-se desafios:

- i. 46,4% da população não consome água de uma fonte segura, sendo que 28,7% da população depende do poço não protegido e 12% do rio, lago ou lagoa;

8.1.1.1.3 Saneamento

60. O acesso ao saneamento seguro registou um modesto aumento, passando de 31% em 2019/20 para 31,7% em 2022. Esta melhoria é mais significativa em áreas urbanas, onde 60,8% usa o saneamento seguro, em comparação com 16,9% em áreas rurais, (INE, IOF 2022). Não obstante, o acesso ao saneamento seguro constitui ainda um desafio:

- i. 42,2% dos agregados familiares ainda utilizam uma latrina não melhorada enquanto 26,1% não possuem latrina/retrete nenhuma ou praticam o fecalismo a céu aberto.

8.1.1.1.4 Energia

61. A percentagem da população que utiliza a eletricidade da rede pública para a iluminação aumentou no País, passando de 30,1% em 2019/20 para 33% em 2022. Nas áreas urbanas, essa percentagem corresponde a cerca de 75,3%, enquanto nas áreas rurais é de 12,8%, (INE, IOF 2022). No entanto, ainda persistem desafios:
 - i. A fonte principal de iluminação a nível nacional é a pilha, com cerca de 38,3% da população que faz o uso, sendo mais significativa nas áreas rurais (50,2%) que as urbanas (14,9%).
 - ii. Igualmente, cerca de 8,1% da população utiliza a lenha como fonte de iluminação, dos quais 11,5% em áreas rurais e 1,4 em áreas urbanas.

8.1.1.1.5 Género

62. O índice de desigualdade de género do PNUD classificou 191 países em 2022, e coloca Moçambique na posição 185^a, com o valor de 0.537. Este índice analisa três dimensões de género que mostraram variações entre 2015 a 2022, designadamente: i) saúde reprodutiva, onde mostra melhorias na taxa de mortalidade materna, de 480 para 289, entretanto, a taxa de gravidez entre os adolescentes registou um aumento de 137.8 para 165.8; ii) O empoderamento, mostra melhorias na percentagem dos assentos parlamentares ocupados por mulheres de 39.6 para 42.4, igualmente, na percentagem da população com pelo menos o nível de ensino secundário, registou-se melhorias em ambos sexos (M de 1.4 para 10,8 e H de 6,2 para 20,2), contudo, continua a desvantagem das mulheres em relação aos homens; iii) As actividades económicas mostram redução da proporção da participação no mercado de trabalho para ambos sexos (M de 85,5 para 77,7 e H de 82,8 para 78,9).

8.1.1.1.6 Protecção Social

63. Apesar dos progressos alcançados, o país continua no grupo dos mais pobres do mundo, com 68,2% de moçambicanos a viver abaixo da linha

de pobreza, a desigualdade na distribuição do consumo, medida através do coeficiente de Gini, é de 0,51.

64. A protecção social no país, registou avanços da Segurança Social Básica no período de 2010 á 2023, no que diz respeito:
 - i. Aumento de beneficiários de 254 mil para 384 mil;
 - ii. Aos valores das transferências sociais de 0,47% do PIB para 0,73% do PIB ; e
 - iii. Na despesa pública com os programas de acção social de 0,2% do PIB para 0,51% do PIB;

65. Não obstante os progressos verificados nos últimos anos na expansão da protecção social, o país enfrenta desafios significativos no que diz respeito a:
 - i. Ao aumento da cobertura. Apenas 6,8% da população moçambicana está coberta pelo sistema de protecção social;
 - ii. Proporção de crianças cobertas por benefícios de protecção social, 0,1;
 - iii. Proporção de pessoas pobres coberta por sistemas de protecção social;
 - iv. Acesso efectivo a pelo menos um benefício da protecção social em 2023 foram cobertos apenas 5,4% da população total de Moçambique;
 - v. A cobertura para a população idosa atingiu 21,7% e para crianças, que foi de apenas 4,2%;
 - vi. As despesas em protecção social, constituem apenas 0,21% do PIB, sendo 0,12% para a despesa pública com o regime não contributivo.
 - vii. O número de deslocados internos em Moçambique tem aumentado, especialmente devido ao conflito em Cabo Delgado, desde 2017, cerca de um milhão de pessoas estavam deslocadas em dezembro de 2022.

8.1.2 Tendências na Pobreza

66. **A pobreza tem afectado uma parcela significativa da população**, com características demográficas e socioeconómicas distintas, devido aos vários enventos adversos que tem influenciado negativamente o País, com o destaque para os enventos climáticos como ciclones Keneth e Idae que afectaram significativamente a vida população causando danos

económicos e sociais avultados. Conjugados com o aumento dos preços dos alimentos, choques climáticos que afectam a produção agrícola das famílias e o sector de transportes, e a situação de terrorismo no norte do País.

67. **Em termos de pobreza as estimativas indicam um aumento na pobreza de consumo**, de 46,1% em 2014/15 para 68,2% em 2019/20 e reduziu ligeiramente para 65,0% de 2019/20 para 2022. Sendo que IOF 2022 mostra para áreas rurais (68,4%) e urbanas (58,4%), e nas regiões norte (70,2%) e centro (65,6%) com altas taxas de pobreza se comparando com a região sul (54,8%) (MEF, 5ª Avaliação da Pobreza, 2021).
68. **A pobreza multidimensional registou uma variação mais estável** da taxa, passando de 55% em 2014/15 para 53,1% em 2022, sugerindo melhorias no acesso à educação e água potável. No entanto, ainda prevalece o desafio de condições habitacionais adequadas com acesso a água e saneamento seguro, electricidade e a posse de bens duráveis, com maior ênfase nas zonas rurais onde reside 66,6% da população total do País.
69. **As desigualdades, medidas pelo coeficiente do Gini**, aumentaram ligeiramente ao nível nacional (urbano/rural e regional) de 0,47 em 2014/15 para 0,51 em 2019/20, sendo mais acentuado nas áreas rurais e regiões norte do País. Igualmente, tem estado a aumentar as desigualdades sociais devido ao surgimento de bolsas de insegurança alimentar e fome derivadas do aumento dos preços dos alimentos, choques climáticos que afectam a produção agrícola das famílias e a situação de terrorismo no norte do País.
70. **As causas da pobreza no País são diversas e interligadas e também estão intimamente ligadas a questões conjunturais e estruturais**. Entre os principais factores estão o rápido crescimento da população que pressionam os serviços básicos, as fracas oportunidades de emprego, a desigualdade de renda e acesso a recursos, e o fraco investimentos em infraestruturas essenciais.

8.2 **Análise de Forças Oportunidades Fraquezas e Ameaças (FOFA)**



Forças

Localização Geoestratégica:

- i. Moçambique está localizada em uma posição geoestratégica favorável, facilitando o comércio internacional e o acesso a mercados vizinhos.
- ii. Essa localização privilegiada permite que Moçambique se torne um centro logístico regional e atraia investimentos estrangeiros.

População Jovem e em Idade Economicamente Activa:

- i. A maioria da população de Moçambique é jovem e está em idade economicamente activa, proporcionando um grande potencial de mão-de-obra e consumo.
- ii. Essa demografia favorável impulsiona o crescimento económico e promove a inovação em sectores-chave, como tecnologia e empreendedorismo.

Potencial em Recursos Naturais:

- i. O País dispõe de um potencial em recursos naturais que pode servir de base para a diversificação económica e a exportação de commodities.
- ii. A riqueza em recursos oferece oportunidades para desenvolver sectores como mineração, agricultura e energia, impulsionando o crescimento económico, contribuindo para a geração de receita e a criação de empregos.

Potencial Turístico Notável:

- i. O potencial turístico notável do País, com uma variedade de atracções que podem atrair visitantes durante todo o ano.
- ii. Os investimentos no sector de turismo podem gerar empregos, estimular o crescimento económico e promover o desenvolvimento de infraestrutura, gerando receitas e criando empregos.

Infraestrutura de Transporte Multimodal:

- iii. A existência de uma rede de transporte multimodal interligada aos países vizinhos, facilitando o comércio regional e o desenvolvimento económico.
- iv. Uma rede de transporte multimodal bem desenvolvida pode promover o comércio regional e global, melhorar a conectividade e atrair

investimentos em logística e transporte, contribuindo para o crescimento económico e a integração regional.

Diversidade Biofísica e Biodiversidade:

- i. A diversidade biofísica do País, incluindo biodiversidade terrestre, marítima e aquática, que oferece oportunidades para o turismo e a pesquisa científica.
- ii. Estas potencialidades podem criar oportunidades para o turismo, a pesquisa científica e a conservação, promovendo o desenvolvimento sustentável. Destacando a importância da conservação e atracção de turistas interessados na natureza e na vida selvagem do País.

Mercado Interno e Externo para Produtos Nacionais:

- i. A presença de um mercado interno e externo para produtos produzidos no País, impulsionando a produção e a comercialização de produtos nacionais.
- ii. Esta vantagem pode estimular o crescimento do sector industrial e promover a competitividade dos produtos nacionais nos mercados locais e internacionais.

Oportunidades

Demografia Favorável:

- i. A aceleração da transição demográfica como uma oportunidade para aproveitar o dividendo demográfico, à medida que a população jovem entra na força de trabalho, impulsionando o crescimento económico e a produtividade.
- ii. Uma transição demográfica favorável pode estimular o crescimento económico através do aumento da produção e consumo, bem como promoção da inovação e do empreendedorismo entre os jovens.

Fim do conflito armado no centro do país e o acordo sobre o Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR):

Diminuição da violência das comunidades afectadas possibilitando a reconstrução das infraestruturas destruídas pelo conflito, o acesso os serviços básicos e a dinamização da vida económica.

- i. Permite um ambiente mais seguro para a realização de investimento interno e estrangeiro impulsionando o desenvolvimento económico e social.
- ii. O acordo DDR oferece a oportunidade de reintegrar os combatentes da Resistência Nacional de Moçambique o que permite oferecer a capacitação e inserção no mercado de trabalho, podendo tornar-se membros produtivos da sociedade, contribuindo para o crescimento da economia e reduzindo a dependência dos programas de assistência social.

Crescente Demanda Internacional por *Commodities*:

- i. A crescente demanda internacional por commodities como uma oportunidade para exportação e crescimento económico, aproveitando os recursos naturais do País.
- ii. A crescente demanda oferece a oportunidade de diversificar as exportações, aumentar a receita de divisas e impulsionar o desenvolvimento de sectores-chave da economia.

Respeito e Confiança Internacional:

- i. O respeito e a confiança internacional como uma oportunidade para atrair investimentos estrangeiros e estabelecer parcerias comerciais sólidas.
- ii. Melhorar a imagem internacional do País pode melhorar o acesso a financiamento externo, tecnologia e expertise, impulsionando o crescimento económico e a competitividade no mercado global.

Transição Energética:

- i. A transição energética como uma oportunidade para investir em fontes de energia renovável e promover a sustentabilidade.
- ii. Investir em fontes de energia renovável pode diversificar a matriz energética do País, reduzir a dependência de combustíveis fósseis e mitigar os impactos das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que cria novas oportunidades de negócios e empregos no sector de energia renovável.

Fraquezas

Instabilidade macroeconômica e fraca capacidade financeira do Estado:

- i. Moçambique enfrenta desafios de instabilidade macroeconómica e uma capacidade financeira limitada do governo para investir em infraestrutura e serviços públicos.
- ii. Esses factores podem minar a confiança dos investidores, dificultar o acesso a financiamento externo e interno, e comprometer a capacidade do governo de fornecer serviços públicos essenciais, dificultando a implementação de políticas de desenvolvimento de longo prazo.

Baixo nível de produção e produtividade:

- i. O baixo nível de produção e produtividade é uma fraqueza que limita o crescimento económico e a competitividade.
- ii. Esta situação reduz a capacidade do País de gerar riqueza e empregos, afetando negativamente a qualidade de vida da população e a capacidade de competir nos mercados globais.

Baixa qualidade de formação do capital humano e desenvolvimento tecnológico:

- i. A baixa qualidade de formação do capital humano e de desenvolvimento tecnológico é uma fraqueza que limita o potencial da força de trabalho.
 - o A fragilidade na formação do capital humano prejudica a capacidade do País de inovar, adaptar-se a mudanças tecnológicas e competir em sectores de alta habilidade no mercado global.
- ii. Insuficiente investimento na educação profissional para promover o saber fazer e uma mão de obra competitiva
 - o A fragilidade no investimento na educação profissional limita a disponibilidade de profissionais para o mercado de trabalho.
 - o Existência de instituições descontinuidas, com fraco desenvolvimento de planos a requalificação e a necessidade de melhoria do processo de garantia de qualidade e certificação;

Predominância do sector informal:

- i. A informalidade reduz a base tributária limitando a capacidade do Governo financiar serviços públicos e infraestrutura, bem como limitando o acesso ao crédito.

Baixa qualidade de prestação de serviços básicos:

- i. A baixa qualidade de prestação de serviços básicos, como saúde, educação e infraestrutura, como uma ameaça ao bem-estar da população e ao desenvolvimento social e económico do País.
- ii. A fraqueza na qualidade dos serviços públicos compromete o acesso equitativo a serviços essenciais, aumenta as desigualdades sociais e limita as oportunidades de desenvolvimento para a população mais vulnerável.

Défi ce de infraestrutura e serviços de apoio à produção:

- i. O défi cit de infraestrutura e serviços de apoio à produção como uma limitação ao crescimento económico e à competitividade.
- ii. Este deficit dificulta a diversificação da economia, o acesso a mercados internos e externos e a criação de empregos produtivos para a população.

Fraco desempenho das instituições:

- i. O fraco desempenho das instituições condicionam a implementação de políticas e estratégias, condicionadas igualmente pela fraca articulação e coordenação institucional.
- ii. Esta fragilidade pode resultar em duplicação de esforços, desperdício de recursos e falta de coerência na formulação e implementação de políticas públicas, prejudicando o progresso em direção aos objetivos de desenvolvimento do País.

Corrupção:

- i. A corrupção é um problema persistente em Moçambique, mina eficácia e a integridade das instituições públicas, prejudica a alocação eficiente de recursos, dificulta o ambiente de negócios desencorajando o investimento privado e mina a confiança pública no governo.
- ii. A prevenção e controle da corrupção é essencial para fortalecer a governação e atrair investimentos estrangeiros para o País.



Ameaças

Influência dos choques económicos e políticos internacionais:

- i. A influência dos choques económicos e políticos internacionais são uma ameaça à estabilidade económica e política do País, devido à sua

capacidade de afectar negativamente a economia e as relações internacionais.

- ii. Esses eventos podem causar instabilidade nos mercados financeiros, reduzir o investimento estrangeiro, afectar as exportações e importações e desestabilizar o ambiente político, comprometendo a estabilidade geral do País.

Efeitos negativos das mudanças climáticas e vulnerabilidades riscos de desastres naturais:

- i. As mudanças climáticas e as vulnerabilidades a desastres naturais, como inundações e secas, constituem uma ameaça à infraestrutura, segurança ambiental e ao bem-estar da população.
- ii. Esses eventos resultam em danos à infraestrutura vital, perda de produção, perda de vidas, deslocamento populacional, escassez de recursos naturais e aumento dos custos associados à adaptação e recuperação, comprometendo o desenvolvimento sustentável do País.

Extremismo violento e insegurança

O extremismo violento no norte do País constitui uma ameaça à segurança interna, estabilidade regional e ao desenvolvimento nacional, exigindo esforços para conter a violência e promover a segurança.

- i. O extremismo violento pode minar a confiança nas instituições governamentais, prejudicar o turismo e o investimento estrangeiro, desestabilizar comunidades locais e criar tensões étnicas e religiosas, afectando negativamente a coesão social e o progresso económico.

Crime organizado e tranfronterço:

- ii. O crime organizado e tranfronterço tem se tornado uma ameaça presente à segurança pessoal e à ordem pública.
- iii. Este evento pode criar um clima de medo e insegurança entre a população, prejudicar a confiança nas instituições de segurança, afectar o turismo e os investimentos estrangeiros e desestabilizar comunidades locais, comprometendo a estabilidade e o desenvolvimento do País.

Desigualdades sociais :

- i. As desigualdades sociais entre as zonas rurais e urbanas, bem como entre as regiões do País, como uma fonte de tensões e uma limitação ao desenvolvimento equitativo.

- ii. Essas desigualdades podem aumentar a exclusão social, reduzir a coesão social e limitar o potencial de desenvolvimento das comunidades mais marginalizadas.

Pandemias e emergências de saúde:

- i. As crises pandêmicas e situações de emergências de saúde são uma ameaça à estabilidade social e económica, exigindo o aprimoramento das medidas de saúde pública e preparação para situações de emergências.
- ii. Epidemias, pandemias ou situações emergências de saúde podem sobrecarregar os sistemas de saúde, causar interrupções económicas, aumentar o desemprego, reduzir a produtividade e criar instabilidade social, impactando negativamente no desenvolvimento humano e económico do País.

8.3 Desafios e Oportunidades para o desenvolvimento

71. A seguir apresenta-se uma análise dos desafios enfrentados pelo País no caminho do desenvolvimento. Identificar e compreender esses desafios é fundamental para orientar estratégias eficazes que promovam o crescimento económico, a estabilidade social e o progresso geral. Ao abordar esses desafios de frente, podemos criar oportunidades para transformar obstáculos em catalisadores de mudança positiva, promovendo assim um futuro mais próspero e sustentável para todos os cidadãos.
72. **Diversificação da economia nacional:** A localização geoestratégica do País e seu potencial em recursos naturais representam forças que podem ser aproveitadas para transformação estrutural da economia com o foco na industrialização e na modernização do sector agrário. Essa diversificação é crucial para reduzir a dependência do sector primário e viabilizar um desenvolvimento económico sustentado com base no desenvolvimento da indústria transformadora que tem o potencial de criar a cadeia de valor e gerar maior potencial de empregos. As oportunidades de crescimento em sectores de alto valor agregado e serviços oferecem uma rota para alcançar essa diversificação, promovendo assim um crescimento económico mais estável e resiliente.
73. **Desenvolvimento do capital humano:** A população maioritariamente jovem e em idade economicamente activa é uma força que pode impulsionar o crescimento económico. No entanto, a baixa qualificação da mão de obra nacional e o fraco acesso a tecnologia representam uma fraqueza que precisa ser superada. Fortalecer a educação em Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM) no Sistema Nacional de

Educação e Investir na educação profissional permitirá qualificar a mão de obra e gerar oportunidades para reverter essa tendência e aproveitar o dividendo demográfico, impulsionando ainda mais o crescimento económico e promovendo o desenvolvimento humano.

74. **Desenvolvimento de infraestruturas:** A existência de uma rede de transporte multimodal e corredores logísticos de desenvolvimento são pontos fortes que podem ser explorados para promover o desenvolvimento de infraestruturas. Superar o défice nessas infraestruturas é fundamental para melhorar os níveis de crescimento económico e a qualidade de vida da população. Essa melhoria nas infraestruturas não só promove o comércio regional e o desenvolvimento económico, mas também cria oportunidades para aumentar a conectividade e atrair investimentos.
75. **Proteção ambiental e resiliência às mudanças climáticas:** As mudanças climáticas e os desafios ambientais representam ameaças significativas para o desenvolvimento nacional. No entanto, desenvolver capacidades de prevenção e mitigação dos efeitos negativos dessas mudanças climáticas pode se tornar uma oportunidade para promover a sustentabilidade e a resiliência. Isso não só protege a infraestrutura e o bem-estar da população contra eventos adversos, mas também cria oportunidades para investimentos em energias renováveis, tecnologias verdes e práticas sustentáveis.
76. **Corrupção:** A corrupção é uma fraqueza que mina a integridade das instituições e prejudica o desenvolvimento económico. No entanto, implementar medidas coercivas de prevenção e combate à corrupção pode transformar essa ameaça em uma oportunidade para fortalecer a governação, promover a transparência e atrair investimentos estrangeiros. Isso não só melhora o ambiente de negócios e a eficiência do governo, mas também constrói a confiança do público e impulsiona o progresso económico e social.

8.4 **Factores Críticos de Sucesso da Estratégia Nacional de Desenvolvimento**

Neste ponto, são identificados e descritos os factores críticos de sucesso que devem ser considerados e abordados para garantir a eficácia e o êxito da implementação da Estratégia Nacional de desenvolvimento, nomeadamente:

77. **Estabilidade Política e Social** - Garantir um ambiente político e social estável é fundamental para promover a confiança dos investidores,

garantir o funcionamento adequado das instituições democráticas e criar um clima propício para o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável.

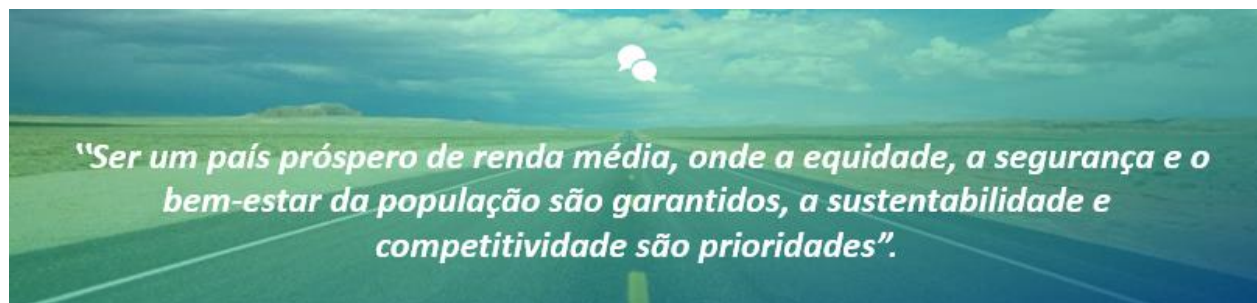
78. **Diversificação Económica e Inovação** - Investir na diversificação da economia e promover a inovação em sectores de alto valor agregado são essenciais para estimular o crescimento económico, reduzir a dependência de sectores vulneráveis e aumentar a competitividade internacional do País.
79. **Gestão Sustentável dos Recursos Naturais** - Assegurar uma gestão responsável dos recursos naturais é crucial para proteger o meio ambiente, preservar a biodiversidade e garantir o uso sustentável dos recursos.
80. **Desenvolvimento do Capital Humano** - Investir no desenvolvimento humano, incluindo educação, tecnologia, saúde e capacitação profissional, é fundamental para promover o crescimento económico sustentável e garantir uma sociedade mais equitativa e resiliente.
81. **Transparência e Boa Governança** - Promover a transparência, a responsabilidade e a participação do cidadão na gestão pública são fundamentais para combater a corrupção, fortalecer as instituições, a paz, a segurança e garantir o uso eficiente e equitativo dos recursos do País.

VI. ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

82. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) foi actualizada, tendo em conta diversos factores essenciais para o desenvolvimento do País. Foram considerados o actual nível de desenvolvimento, as políticas e estratégias macroeconómicas, sectoriais e territoriais, bem como as reformas socioeconómicas.
83. A experiência adquirida em processos de desenvolvimento internos e de outros países, também foram tomadas em consideração, assim como os acordos e compromissos bilaterais e multilaterais de desenvolvimento de Moçambique. Para além disso, foram levadas em conta as potencialidades, oportunidades e os desafios futuros que o País enfrentará.

6.1 Orientação Estratégica

6.1.1 Visão



84. Moçambique será reconhecido na região e internacionalmente como um exemplo de desenvolvimento equitativo, harmonizando crescimento económico e o da população com a preservação do meio ambiente. Nossa nação é caracterizada por uma sociedade justa, diversificada e participativa, que oferece oportunidades iguais a todos os cidadãos. Por meio do fortalecimento de nossas instituições, do investimento estratégico em sectores-chave como saúde, educação, água e saneamento, agricultura, energia, turismo, indústria, infraestruturas, tecnologia e inovação, e do compromisso com a sustentabilidade, seremos referência regional, continental e internacional, e além, construindo um futuro promissor.

6.1.2 Missão



“Promover um desenvolvimento económico e social sustentável, inclusivo, equitativo e resiliente, visando o aumento do bem-estar e da qualidade de vida da população por meio de políticas integradas e participativas”



6.1.3 Valores

- i. **Equidade e justiça social** – Garantir que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades iguais e serviços básicos, como saúde, educação, água e saneamento. Igualmente, reduzir as disparidades socioeconómicas e promover a justiça social, garantindo que nenhum grupo seja marginalizado ou deixado para trás.
- ii. **Produtividade, empreendedorismo e Inovação** – Promover a produtividade e o empreendedorismo, fomentando a criação de novos negócios e oportunidades de emprego. Igualmente, estimular a inovação em todos os sectores da economia, incentivando a criatividade e o desenvolvimento de novas soluções para os desafios económicos e sociais.
- iii. **Respeito à diversidade cultural e aos direitos humanos** - Garantir que todas as culturas sejam valorizadas e respeitadas, promovendo a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais, profissão ou opção política. Isso inclui a protecção dos direitos humanos, garantindo a dignidade e a liberdade de todos os indivíduos.
- iv. **Responsabilidade e comprometimento** – Demonstrar responsabilidade nas acções do governo e o comprometimento em alcançar as metas e objectivos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento. Isso envolve a prestação de contas à população e a responsabilização por eventuais falhas.
- v. **Transparência e participação democrática** - Assegurar que todas as decisões governamentais sejam tomadas de forma transparente, com informações acessíveis ao público. Igualmente, promover uma ampla e

activa participação de todos os segmentos da sociedade incluindo a sociedade civil, o sector privado, organizações profissionais, religiosas e de base nos processos de tomada de decisão, para que os cidadãos tenham voz e influência nas políticas que os afectam.

6.1.4 Princípios

- i. **Boa Governação e transparência** – Priorizar a boa governação, com instituições fortes, eficientes, íntegras e éticas. E, assegurar a transparência nas acções do governo, com informações acessíveis e compreensíveis à população.
- ii. **Cooperação nacional e internacional** – Buscar a colaboração entre diferentes zonas e actores do País e promover a cooperação com outros países e organizações internacionais para alcançar objectivos comuns de desenvolvimento.
- iii. **Desenvolvimento holístico e multidisciplinar** – Abordar o desenvolvimento de forma abrangente, considerando todas as dimensões do bem-estar humano, como saúde, educação, segurança, ambiente e economia. Integrar diferentes áreas de conhecimento e políticas para alcançar resultados sustentáveis e abrangentes.
- iv. **Inclusão social e redução das desigualdades** – Focar em políticas e acções que promovam a inclusão social, reduzindo as desigualdades económicas e sociais. E, garantir que todos os cidadãos tenham oportunidades iguais de acesso aos benefícios do desenvolvimento.
- v. **Participação e diálogo social** – Incentivar a participação activa da sociedade civil e de diferentes actores na formulação e implementação de políticas públicas. E, promover mais o diálogo e a colaboração entre o governo, sector privado, organizações não governamentais e comunidades locais.
- vi. **Parcerias público-privadas** – Estimular a colaboração entre o sector público e privado para impulsionar o desenvolvimento económico e social. E, promover parcerias que beneficiem ambas as partes e contribuam para o alcance dos objectivos da estratégia.
- vii. **Resiliência e adaptação a mudanças e incertezas** – Preparar-se para enfrentar desafios e incertezas, desenvolvendo capacidades de resiliência e adaptação para lidar com mudanças económicas, sociais e ambientais.

- viii. **Sustentabilidade ambiental e económica** – Promover um desenvolvimento que proteja o meio ambiente e utilize os recursos naturais de forma responsável e sustentável.

6.2 **Objectivo Central**

- 85. Promover um desenvolvimento sustentável, inclusivo, equitativo e resiliente do País, impulsionado pelo crescimento económico, melhorando a qualidade de vida da população e reduzindo as desigualdades.

6.3 **Objectivos Específicos**

- i. Impulsionar o crescimento económico sustentável e competitivo, diversificando a base produtiva, com o foco nos sectores que têm potencial de crescimento, valor agregado (industrialização), inovação e tecnologia;
- ii. Estimular o desenvolvimento humano sustentável, inclusivo e equitativo, fortalecendo a formação e o domínio da ciência e tecnologia, incentivando a transição demográfica e reduzindo as desigualdades;
- iii. Fomentar o investimento em infraestruturas modernas, resilientes e de qualidade, integrando os territórios e conectando pessoas e bens (mercados) para impulsionar o crescimento inclusivo, sustentável e melhorar a qualidade de vida da população;
- iv. Fortalecer as instituições e o sistema de justiça, promovendo a modernização, a transparência, responsabilidade e o combate à corrupção, para garantir uma governação eficiente e eficaz, equidade social e justiça para todos;
- v. Promover a paz e segurança, fortalecendo a unidade nacional, estabilidade, reduzindo as ameaças à segurança, respeitando os direitos humanos e buscando a resolução de conflitos e o bem-estar para todos;
- vi. Promover a transição energética reduzindo a dependência de carvão e petróleo, promovendo o uso de hidrocarbonetos, gás natural como combustível de transição e expandindo a participação das energias renováveis;

- vii. Estabelecer e fortalecer a cooperação nacional e internacional (regional, continental e mundial) para impulsionar o desenvolvimento sustentável; e
- viii. Promover a sustentabilidade ambiental, adoptar a economia circular numa abordagem integrada que inclua os princípios da economia azul, da economia verde e proteção dos recursos naturais dando especial atenção a manutenção do equilíbrio com as necessidades do desenvolvimento socioeconómico do país e das comunidades.

VII. MODELO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL E O CENÁRIO MACROECONÓMICO

86. Neste capítulo, são delineados os sectores-chave e estratégias para conduzir a transformação no desenvolvimento nacional, fornecendo uma visão abrangente de como pretende-se moldar o futuro económico.

7.1 Modelo de Desenvolvimento

87. O Modelo de Desenvolvimento proposto para guiar a trajetória económica, social e sustentável de Moçambique em direcção a um futuro próspero e inclusivo que abrange uma abordagem holística e estratégica, visando a transformação estrutural da economia, a diversificação dos sectores produtivos e o fortalecimento da base industrial nacional. Através de uma série de políticas e iniciativas, pretende-se criar as condições necessárias para um crescimento económico inclusivo, equitativo e ambientalmente responsável.

7.1.1 Fundamentos do Modelo

88. O Modelo de Desenvolvimento proposto para o País fundamenta-se em princípios-chave, incluindo a valorização do capital humano, o estímulo à tecnologia e inovação e ao empreendedorismo, o fortalecimento das instituições públicas e o respeito aos princípios da sustentabilidade ambiental e social. Esses pilares fornecem a base para as estratégias delineadas em cada um dos sectores prioritários.
89. O Modelo de Desenvolvimento adopta uma abordagem integrada, reconhecendo a interdependência entre os diversos sectores da economia e a importância de políticas coordenadas para alcançar os objectivos de

crescimento económico e desenvolvimento sustentável. Parcerias público-privadas, cooperação internacional e participação das organizações não governamentais serão essenciais para o sucesso da implementação deste modelo.

90. O modelo apresenta a distinção entre **os sectores estratégicos principais**, que são aqueles que são diretamente focados no crescimento económico e na transformação estrutural da economia, e **os sectores estratégicos de suporte**, que são aqueles que oferecem suporte e facilitam o desenvolvimento desses sectores principais. Conforme ilustra a figura abaixo:

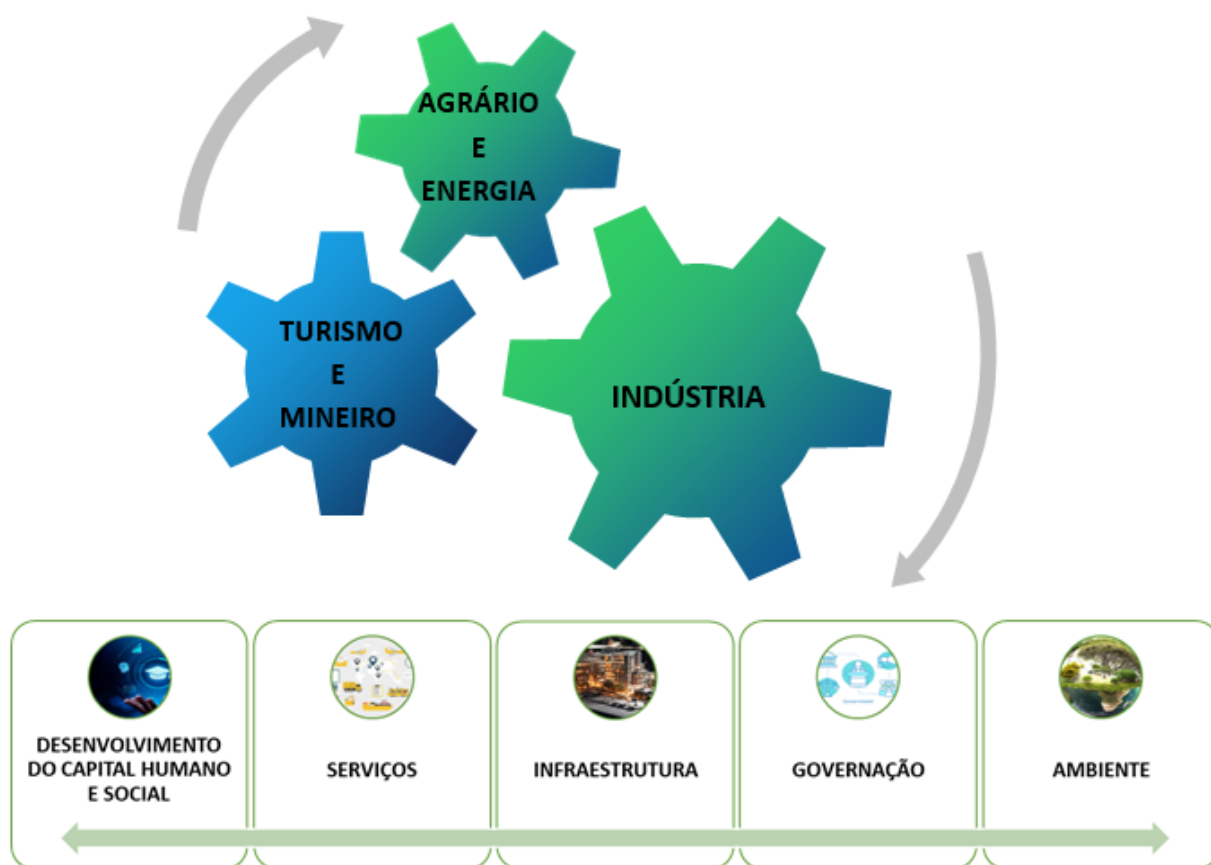


Figura 1: Modelo de Desenvolvimento

7.1.2 Sectores Estratégicos Principais

91. *Sector Agrário* - Reconhecido como a base essencial para a segurança alimentar e o desenvolvimento do país. O sector agrário receberá

investimentos significativos para modernização das técnicas de produção, aumento da produtividade e integração de pequenos produtores nas cadeias de valor mais amplas **no corredor de Pemba-Lichinga** com suporte tecnológico a partir do Centro de Investigação Noroeste em Lichinga e concentração em algodão, batata, feijões, frangos, milho, soja, tabaco, trigo, produtos pesqueiros e florestais; **no corredor de Nacala** com suporte tecnológico a partir do Centro de Investigação Nordeste em Nampula e concentração no algodão, amendoim, frangos, frutas, mandioca, milho e produtos pesqueiros; **no corredor do Vale do Zambeze** com suporte tecnológico na unidade experimental de Ulóngue e concentração no algodão, arroz, batata, bovinos, caprinos, frangos e milho; **no corredor da Beira** com suporte tecnológico a partir do Centro de Investigação de Sussundenga e concentração no arroz, bovinos, frangos, frutas, hortícolas, milho, soja e trigo; **no corredor de Limpopo** com suporte tecnológico a partir do Centro de Investigação Sul no Chókwè e concentração no arroz, bovinos, frangos e hortícolas, produtos pesqueiros e florestais e **no corredor de Maputo** com suporte tecnológico a partir da Unidade Experimental do Umbeluzi e concentração no arroz, bovinos, frangos e hortícolas.

Para além de satisfazer as demandas internas por alimentos, o sector agrário é uma fonte importante de matérias-primas para a indústria transformadora, portanto, serão reforçadas políticas para aumentar a produtividade agrícola, fornecendo acesso a insumos agrícolas, tecnologias, desenvolvimento de infraestrutura rural para facilitar o escoamento da produção e acesso aos mercados e incentivo à diversificação de cultivos e à produção de produtos de maior valor agregado, como alimentos processados e produtos orgânicos.

92. *Sector Energético* - A diversificação da matriz energética é uma **prioridade**, com foco na expansão das energias renováveis e na eficiência energética. O sector energético desempenha um papel transversal na ENDE, com dois objectivos principais.
- i. O primeiro, buscar abastecer o mercado interno, reduzindo os custos de produção nos sectores estratégicos para tornar os produtores nacionais mais competitivos e a economia mais atractiva para investidores na região. igualmente, é um meio para melhorar o acesso à energia e torná-la acessível à população em geral.
 - ii. O segundo, aproveitar o potencial energético do País, proveniente de fontes hídricas, solares, eólicas, biomassa, para promover o aumento

da capacidade de produção de energia renovável para atender a demanda interna e, ao mesmo tempo, incrementar a exportação para os países vizinhos da região. Pretende-se não apenas estimular a utilização de energias renováveis para alcançar uma matriz energética mais sustentável, mas também contribuir para a redução das perdas de energia, o aumento da segurança no fornecimento da energia e garantir a transição justa (mudança na matriz energética baseado em princípios de equidade, justiça social e respeito pelos direitos dos trabalhadores e comunidades afetadas) e transição energética considerando o uso de hidrocarbonetos: gás natural, como combustível de transição.

93. *Sector do Turismo - Reconhecendo o potencial do turismo como um catalisador do crescimento económico e do desenvolvimento regional*, serão implementadas políticas para promover destinos turísticos sustentáveis nomeadamente **Quirimbas** (Baía de Pemba, Distritos de Quissanga, Macomia, Palma, Mocimboa da Praia, Ilha do Ibo, Nacala e Ilha de Moçambique); **Niassa** (Lichinga, Metangula e Parque do Niassa); **Gorongosa** (Parque Nacional de Gorongosa, Parque Nacional de Chimanimani, Cabeça do Velho e Savana); **Vilankulo** (Vila sede do Distrito de Vilankulo, Arquipélago de Bazaruto e Inhassoro) e **Maputo** (Cidade de Maputo, Parque Nacional de Maputo e Ponta de Ouro), preservar o património cultural e natural e diversificar as ofertas turísticas. Promover a articulação intersectorial para a diversificação da economia local e consequente geração de auto-emprego por intermédio do artesanato, da arqueologia, do desporto, da gastronomia e dos centros de desenvolvimento cultural. Parcerias público-privadas serão incentivadas para desenvolver infraestrutura turística resilientes e promover o turismo responsável.
94. *Sector da Mineiraçao - O sector da mineraçao é estratégico para o desenvolvimento económico*, proporciona uma base sólida para indústria transformadora local. Pretende-se continuar a estimular o crescimento das unidades de produção de minérios que possam ser processados localmente por pequenas e médias indústrias, como construção, lapidação e joalheria, com o objectivo de agregar valor e transformar esses recursos brutos em bens acabados. Isso aumentará significativamente os ganhos no mercado e a geração de oportunidades de emprego para a população.

Paralelamente, serão promovidas as parcerias público-privadas, investimento em tecnologia e inovação, bem como garantia da sustentabilidade ambiental em todas as etapas da cadeia de valor da mineração.

Dessa forma, pretende-se maximizar os benefícios do sector de mineração, contribuindo para o desenvolvimento económico inclusivo, equitativo e sustentável do País.

95. *Sector da Indústria: A industrialização é um pilar fundamental do Modelo de Desenvolvimento*, com a promoção de indústrias transformadoras competitivas e inovadoras. Esforços serão empreendidos para promover o investimento e desenvolvimento da indústria no País, em zonas que apresentam grande potencial para revitalização dos parques industriais e com destaque para: **Parque industrial de Cuamba** (agroindústria); **Parque agroindustrial de Chimoio**; **Parque industrial de Vilanculos** (indústria do mar); **Parque industrial petroquímico de Afungi** (fertilizantes); **Parque industrial de Morrumbala** (cimento); Parque industrial de Moma e Chibuto (tintas); **Parque industrial de Vanduzi e Munhava** (porto seco); **Parque Industrial de Balama** (lápiz, baterias e painéis solares); **Parque Industrial de ferro de Chiúta** (metalomecânica) e Parque industrial de Beleluane (alumínio).
96. A indústria absorve matéria-prima proveniente do sector agrário e mineiro que estimularão o fortalecimento e expansão das indústrias alimentar/bebidas/mobília/papel/vidro e farmacêutica; pesca industrial; indústria de cimento entre outras.
97. Investimentos em infraestruturas, capacitação de mão-de-obra, incentivos fiscais, facilitação do acesso a financiamento para empresas manufactureiras, especialmente para a aquisição de tecnologia e equipamentos modernos, promoção de políticas de comércio externo, que incentivem a substituição de importações e a exportação de produtos manufaturados, serão implementados para estimular a produção local, reduzir a dependência de importações e promover a diversificação da economia.

7.1.3 Sectores Estratégicos de Suporte

98. *Desenvolvimento do Capital Humano e Social* – assegurar uma força de trabalho qualificada e saudável, é essencial para o crescimento económico sustentável. Igualmente, implementar uma política nacional da população e programas sociais para conter em níveis sustentáveis o crescimento populacional, reduzir desigualdades e promover a inclusão social. Bem como, aproveitar a dinâmica demográfica favorável, caracterizada por uma população jovem, para transformar desafios em oportunidades de desenvolvimento.
- a. *Dinâmica Demográfica da População* - desempenha um papel fundamental na formulação do Modelo de Desenvolvimento. Com uma população caracterizada por um crescimento acelerado e uma estrutura etária predominantemente jovem, há tanto desafios quanto oportunidades a serem considerados.
- i. Desafios como o crescimento populacional, podem exercer pressão sobre os serviços sociais básicos, enquanto oportunidades como uma população jovem representam um potencial significativo para impulsionar o crescimento económico e social.
 - ii. Portanto, é necessário integrar considerações demográficas em todas as áreas de políticas (incluindo a de população) e programas, incluindo estratégias para promover a saúde reprodutiva, planeamento familiar, empoderamento das mulheres.
 - iii. Transformar a dinâmica demográfica em um motor de desenvolvimento sustentável, aproveitando o potencial da população jovem para impulsionar o crescimento económico.
 - iv. Desenvolver o capital humano com base no estabelecimento e manutenção de padrões de qualidade educacional, com foco em áreas críticas como Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM). E, apoiar programas de formação e oferecer oportunidades de requalificação para trabalhadores.
 - v. Desenvolvimento de uma força de trabalho altamente qualificada e alinhada com as necessidades do mercado, pronta para impulsionar o crescimento nos sectores estratégicos.
99. *Sector de Serviços*- O sector de serviços é fundamental para proporcionar o suporte necessário aos sectores estratégicos principais (agrário,

energético, turismo, mineração e industrial) através de uma infraestrutura de serviços que promova eficiência, inovação e competitividade. As iniciativas nos serviços financeiros, comércio, transportes, comunicação e logística serão essenciais para criar um ambiente propício ao crescimento sustentável e integrado da economia.

Serão estimulados:

Nos serviços financeiros na facilitação do acesso ao financiamento especializado e incentivada as parcerias público-privadas para apoiar o crescimento e modernização dos sectores estratégicos;

No comércio, o desenvolvimento de programas para facilitar a exportação, fortalecer as redes de distribuição e apoiar a digitalização do comércio para facilitar a comercialização de produtos no mercado nacional e internacional;

Nos transportes, os sistemas logísticos integrados, que combinem diferentes modos de transporte (rodoviário, ferroviário e marítimo), para facilitar o escoamento de produtos e a conectividade entre regiões; e Optimizar a logística de transporte para reduzir custos e tempos de entrega, essencial para a competitividade dos produtos locais.

Na comunicação, o uso de tecnologias de informação e comunicação para aumentar a eficiência operacional nos sectores principais; e

Na logística, o desenvolvimento e modernizar os parques logísticos que melhorem o armazenamento, processamento e distribuição de produtos, que são vitais para a operacionalização e expansão destes sectores, promovendo uma economia eficiente e integrada.

100. *Sector de Infraestruturas-* A modernização e expansão das *infraestruturas* são fundamentais para garantir a conectividade regional, o acesso a serviços essenciais e o suporte ao desenvolvimento eficiente dos sectores estratégicos principais. O foco será na criação de uma rede integrada de infraestruturas que impulse o crescimento económico sustentável e melhore a qualidade de vida da população.

Serão prioridades para garantir a conectividade regional, o acesso aos serviços básicos e o desenvolvimento de corredores de transporte e logística eficientes para conectar zonas de produção com mercados domésticos e internacionais.

Investimentos em infraestrutura digital também serão realizados para promover a inclusão digital e impulsionar a economia digital.

Será apoiado o desenvolvimento do sector energético, a expansão de energias renováveis e a promoção de projectos de eficiência energética e infraestrutura de suporte para a adopção de tecnologias de energia limpa.

Serão ainda, estimulados os investimentos em modernização, resiliência e qualidade, buscando criar uma rede integrada de infraestruturas que conecte eficientemente os territórios e as pessoas.

101. O objectivo é facilitar a circulação de pessoas, mercadorias e o acesso a serviços essenciais, reduzindo os custos logísticos e criando um ambiente favorável para o crescimento e desenvolvimento económico.
102. *Governança* - é crucial para a implementação bem-sucedida das políticas de desenvolvimento e a gestão responsável dos recursos públicos, garantindo um ambiente de confiança e participação para todos os cidadãos. Será promovido um ambiente de governança transparente, eficiente e responsável para assegurar a implementação eficaz das políticas públicas e a gestão adequada dos recursos, contribuindo para o crescimento sustentável e a confiança nas instituições. O fortalecimento das instituições governamentais, o combate à corrupção e a promoção da participação cívica são essenciais para o desenvolvimento harmonioso e equitativo do país.
103. *Ambiente* - A protecção do ambiente é fundamental para garantir o desenvolvimento sustentável. O foco é preservar os recursos naturais, mitigar os impactos ambientais negativos e promover práticas sustentáveis em todos os sectores económicos. Políticas e regulamentações serão implementadas para abordar as mudanças climáticas, gerir os riscos de desastres e garantir que o crescimento económico não comprometa o equilíbrio ecológico.

7.2 Cenários Macroeconómicos

104. A Estratégia de Desenvolvimento Nacional apresenta dois cenários para a evolução da economia do País até 2044, um de referência (Cenário base) e outro da transformação estrutural (Cenário da ENDE), sendo o ano base considerado o ano 2023. As trajectórias de crescimento da

economia nacional dependem das escolhas no âmbito doméstico, considerando as influências do contexto internacional.

105. Os cenários e pressupostos apresentados neste capítulo fornecem uma base sólida para a elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento. A considerar as diferentes perspectivas do futuro económico do País, estaremos melhor preparados para enfrentar os desafios e maximizar as oportunidades para alcançar os nossos objectivos de desenvolvimento sustentável, inclusivo e equitativo. A flexibilidade e a facilidade de adaptação da estratégia nos permitirão tomar decisões informadas ao longo do processo de implementação, garantindo que possamos alcançar uma trajectória de crescimento económico e bem-estar social duradouros.

7.2.1 Crescimento Económico

106. O impacto da pandemia de COVID-19 exacerbou os desafios para a economia, destacando a vulnerabilidade do País a choques externos e a necessidade de medidas para impulsionar a recuperação económica.

107. As perspectivas do cenário da ENDE apresentam uma trajectória de crescimento económico, da população e do PIB *per capita* ilustrada na tabela abaixo por quinquénio da ENDE.

Tabela 2: Pressupostos Macroeconómicos

Crescimento	Base	2025-2029	2030-2034	2040-2044	Média de 20 anos
Taxa de crescimento incl. GNL	5.0	9.0	9.3	9.2	8.8
PIB Per Capita incl. GNL	605.9	1,053.9	1,676.1	3,309.3	2,077.6
Taxa de crescimento s/ GNL	4.4	5.7	8.1	10.5	8.4
PIB Per Capita s/GNL	605.9	948.6	1,324.8	2,925.0	1,767.1
População 10 ⁶	31.6	34.4	38.8	47.0	40.9
Taxa de crescimento da População	2.5	2.3	2.1	1.8	2.0

Fonte: INE,MEF-QM

108. A curto e médio prazo o sector de petróleo e gás irá sustentar o crescimento económico até 2030. Contudo, a longo prazo, espera-se que a dinâmica dos sectores não petrolíferos (agrário, manufactura e serviços) determine o ritmo de crescimento e a geração da renda no País.

7.2.2 Transformação Estrutural

109. Em termos de estrutura produtiva, a longo prazo, espera-se que os sectores primário e terciário continuem com maior contribuição no PIB. Os sectores estratégicos com potencial de crescimento e valor agregado como o agrário de alto valor agregado, agroindústria, turismo, processamento de recursos naturais de maneira sustentável e produção de bens manufacturados poderão determinar as tendências de crescimento económico, nos próximos 20 anos. Elevando as taxas de crescimento económico média anual para 10.7% com GNL e 11.6% sem GNL, como mostra a tabela 7 abaixo.

Tabela.3: Crescimento sectorial

Sector	Base	2025-2029	2030-2034	2035-2039	2040-2044	Média de 20 anos
Primário incl. GNL	6.0%	19.4%	10.4%	6.3%	6.1%	10.6%
Primário s/ GNL	6.0%	7.3%	8.4%	8.1%	8.1%	8.0%
Secundário	1.8%	4.0%	8.2%	11.0%	12.1%	8.8%
Terciário	3.7%	4.7%	6.6%	7.8%	8.5%	6.9%
dq. serviços não administrativos	4.8%	3.9%	6.3%	8.1%	9.3%	6.9%
Serviços Administrativos	2.5%	5.4%	7.0%	7.4%	7.8%	6.9%
Impostos sobre Produtos	3.2%	3.1%	3.1%	3.1%	3.1%	3.1%
Taxa do crescimento PIB real incl. GNL	4.4%	9.0%	9.3%	7.7%	9.2%	8.8%
Taxa do crescimento PIB real s/ GNL	4.4%	5.7%	8.1%	9.2%	10.5%	8.4%

Fonte: INE, MEF-QM

Nota: considera-se sector primário os ramos de agricultura e pescas, o sector secundário inclui manufactura, electricidade, construção e o sector terciário inclui os ramos de comércio, transportes e comunicações, serviços financeiros, Hotéis e restaurantes, administração pública e serviços de educação e saúde.

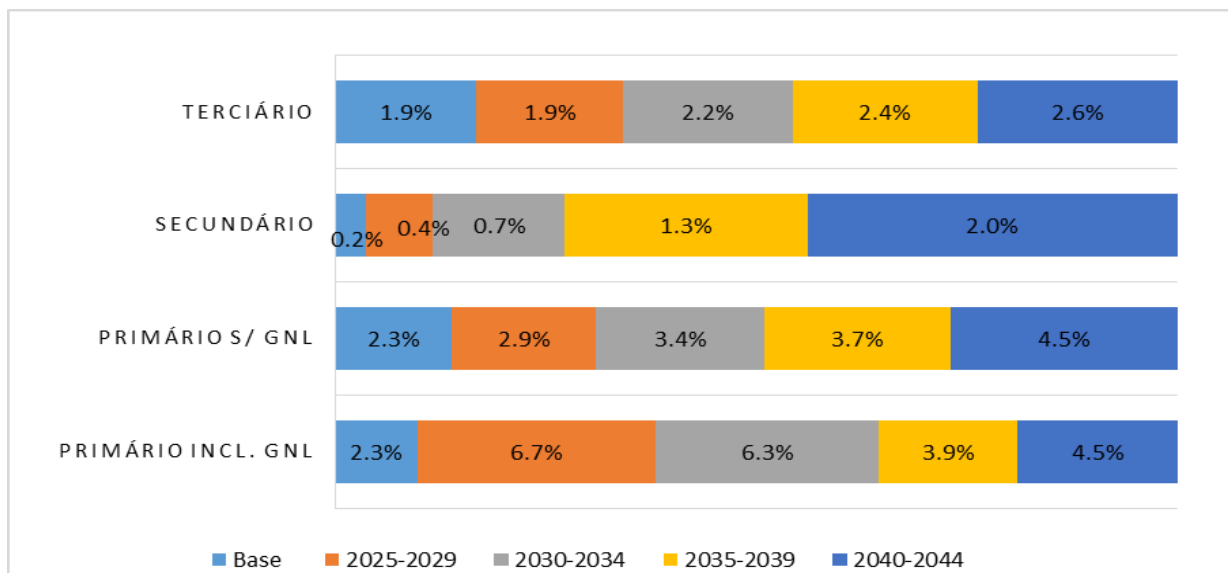


Figura.2: Cenário da ENDE- Estrutura Produtiva

Fonte: INE, MEF-QM

7.2.3 Participação da Força de Trabalho

110. Considerando os pressupostos demográficos conjugados com um maior progresso na formação do capital humano e avanços na transição demográfica, estes poderão alterar a trajetória da estrutura produtiva do País. Conforme o gráfico 3 abaixo, mais de 50% da força de trabalho da população economicamente activa absorvidos pelos sectores não agrícolas até 2044.

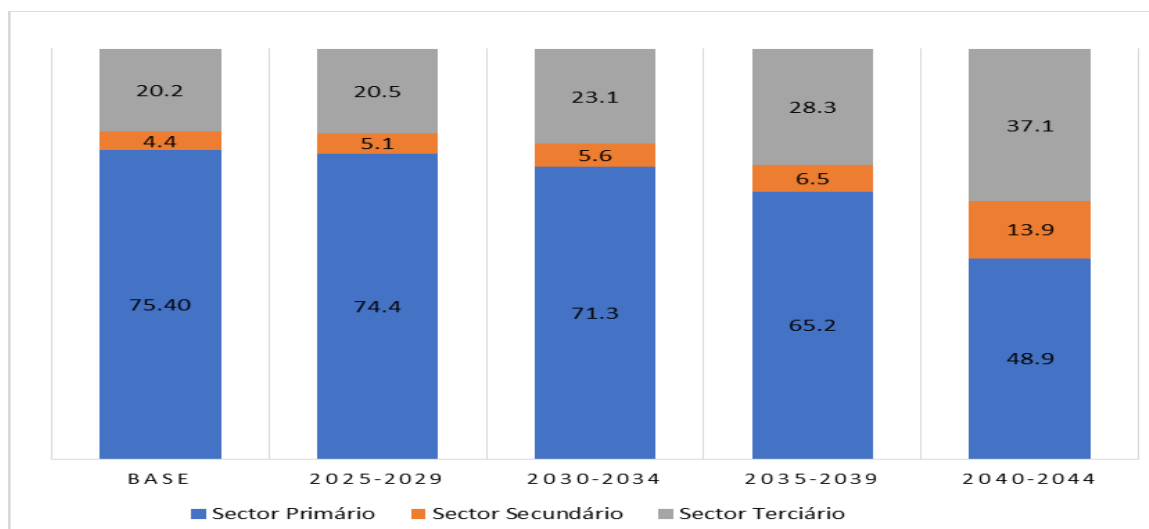


Gráfico 2: Tendência da Participação da Força de Trabalho (%)

Fonte: INE, MEF

111. A participação da força de trabalho no sector secundário (indústria) poderá registar um incremento para cerca de 13.9% do total da participação, em média, por ano entre 2040-2044. Por outro lado, espera-se que o sector de serviços, absorva 37.1% da força de trabalho no mesmo período.

4.2.5 Riscos no Cenário Macroeconómico

112. Os principais riscos e incertezas que podem afectar a economia do País, incluem a insegurança, desastres naturais e volatilidade dos preços das commodities. Propostas de estratégias de mitigação de riscos são discutidas para promover a resiliência económica e minimizar impactos adversos.

VIII. PRIORIDADES E PILARES DE IMPLEMENTAÇÃO DA ENDE

8.1 Prioridades da ENDE

113. Neste subcapítulo, são delineadas as principais prioridades identificadas para impulsionar o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País. As seguintes áreas foram identificadas como sendo de importância crítica para alcançar os objectivos de longo prazo da Estratégia Nacional de desenvolvimento:

- i. **Implementar políticas e incentivos** para promover a diversificação da economia, da industrialização e transformação local da matéria prima, reduzindo a dependência de sectores primários e desenvolvendo sectores de alto valor agregado e serviços.
- ii. **Investir na educação, saúde, educação profissional, na ciência e tecnologia, na capacitação da mão de obra nacional**, para melhorar a qualificação e produtividade, aproveitando o potencial do dividendo demográfico e impulsionando o desenvolvimento humano.
- iii. **Superar o défice de infraestruturas essenciais, especialmente nos sectores de transporte, energia, água e saneamento**, para impulsionar o crescimento económico, promover o comércio regional, e melhorar significativamente a qualidade de vida da população.
- iv. **Implementar medidas eficazes de prevenção e combate à corrupção** para fortalecer a governança, promover a transparência e atrair investimentos estrangeiros, garantindo assim um ambiente de negócios mais justo e promovendo o progresso económico e social.
- v. **Desenvolver capacidades de prevenção**, adaptação às mudanças climáticas e gestão de risco de desastres reduzindo danos e perdas nas infraestruturas, no bem-estar da população. Promovendo investimentos em energias renováveis e práticas sustentáveis.
- vi. Implementar políticas e incentivos para promover a conservação do capital natural e **protecção ambiental**, integrando o planeamento territorial e a economia azul e verde como um dos braços para o desenvolvimento da economia circular.

8.2 Pilares de Implementação da Estratégia

114. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) 2025-2044 é um instrumento abrangente que orienta o processo de desenvolvimento de Moçambique, visando alcançar uma visão de longo prazo para o País. Composta por cinco pilares fundamentais, a ENDE busca direccionar efectivamente as iniciativas de desenvolvimento e operacionalizar os objectivos definidos.
115. Os cinco pilares estratégicos da ENDE são, nomeadamente: (i) Transformação Estrutural da Economia, (ii) Transformação Social e Demográfica, (iii) Infraestruturas, Organização e Ordenamento Territorial, (iv) Governação, Paz e Segurança e (v) Sustentabilidade Ambiental, Mudanças Climáticas e Economia Circular.
116. Cada pilar apresenta objectivos principais e estratégicos, acompanhados de indicadores de resultados e programas prioritários.
117. Esses pilares actuam de forma integrada na articulação dos sectores estratégicos de desenvolvimento nacional ao longo dos próximos 20 anos. Embora sejam interdependentes e transversais, cada um está orientado para enfrentar os principais desafios actuais do País. O gráfico abaixo apresenta de forma visual os cinco pilares da estratégia



Gráfico 3: Pilares de Implementação da ENDE 2025-2044

Fonte: MEF, 2024

PILAR I. Transformação Estrutural da Economia

118. Este pilar visa alcançar um crescimento económico sustentável, competitivo e inclusivo, estimulando a diversificação da economia, o aumento da produtividade e a competitividade. A transformação estrutural da economia, com um **foco especial na industrialização**, é essencial para reduzir a dependência de sectores tradicionais e aumentar a competitividade internacional. Para isso, é necessário desenvolver um sector agrícola robusto como fonte de matéria-prima e fornecedor de alimentos para o mercado interno, estimulando simultaneamente o investimento na indústria, criando empregos e desenvolvendo novas oportunidades de negócios.

1.1 Objectivos do Pilar

No âmbito da estabilidade macroeconómica:

- i. Garantir a implementação e adopção contínua de políticas fiscais responsáveis, que promovam a previsibilidade e transparência nas contas públicas, que busquem o equilíbrio orçamental a longo prazo e implementação de reformas estruturais para garantir a sustentabilidade das finanças públicas;
- ii. Assegurar um ambiente macroeconómico estável, equilibrado e sustentável, promovendo o melhoramento contínuo da confiança dos investidores e criando um ambiente propício para o crescimento económico;
- iii. Promover e fortalecer a implementação contínua da política monetária que garante a manutenção de baixos índices de inflação;
- iv. Definir políticas e regulamentações que facilitem o acesso ao crédito e garantam condições favoráveis de financiamento.
- v. Assegurar a regulação e supervisão do sistema financeiro garantindo a estabilidade e segurança do sistema bancário e do mercado de capitais;

No âmbito da diversificação da economia:

- i. Ampliar a base produtiva do País para reduzir a dependência do sector primário e promover um crescimento económico mais equilibrado e sustentável;

- ii. Promover a industrialização, diversificando a economia, priorizando os sectores com alto valor agregado e potencial de crescimento, incluindo a transformação de produtos agrários e extractivos localmente;
- iii. Aumentar a produtividade e a competitividade dos sectores tradicionais, agrário e extractivo, modernizando-os e adoptando tecnologias inovadoras, com ênfase na integração com a indústria.
- iv. Promover a integração de cadeias produtivas estratégicas, especialmente entre os sectores agrário e industrial, para melhorar a eficiência e reduzir os custos, tornando os sectores mais competitivos;
- v. Estimular a pesquisa, inovação e o desenvolvimento tecnológico nos sectores estratégicos, com foco na industrialização e na modernização do sector agrário;
- vi. Investir em áreas essenciais, como transporte, energia, telecomunicações e logística, para apoiar o desenvolvimento de novos sectores e facilitar a expansão da actividade económica;

No âmbito da melhoria do ambiente de negócio:

- i. Adoptar políticas e medidas que estimulem a competitividade, a inovação e a produtividade das empresas locais;
- ii. Fortalecer a implementação de políticas de promoção do comércio externo facilitado pelos acordos comerciais que fortalecerão a internacionalização dos produtos e empresas locais especialmente as que operam no sector agrário, industrial, mineiro e serviços;
- iii. Fortalecer a capacidade institucional do Estado para simplificar processos e reduzir a burocracia, facilitando a criação e o crescimento de empresas nos sectores industrial, agrário, mineiro e de serviços;
- iv. Garantir a segurança jurídica, flexibilidade e eficiência na resolução de conflitos, protegendo os direitos de propriedade e contratos, para atrair investimentos e promover a confiança dos empresários;
- v. Promover a concorrência através de um ambiente competitivo saudável entre as empresas.

No âmbito do emprego, empreendedorismo, auto emprego e trabalho digno

- i. Implementar políticas e programas que incentivem a formalização do trabalho informal, oferecendo benefícios e condições dignas de trabalho aos trabalhadores e promovendo a regularização das atividades econômicas;
- ii. Estimular o empreendedorismo e o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, tanto no sector industrial, no agrário, serviços e mineiro;
- iii. Atrair e facilitar o investimentos para sectores estratégicos, com ênfase na industrialização e no desenvolvimento agrário sustentável para empreendedores, possibilitando o investimento em negócios próprios e a geração de renda;
- iv. Promover a educação profissional dos jovens com foco nas CTEM e Vocacionais alinhada às necessidades da indústria, do sector agrário e mineiro moderno e desenvolvendo habilidades técnicas e comportamentais que sejam valorizadas pelas empresas.

No âmbito da inovação, tecnologia e digitalização:

- i. Incentivar parcerias entre empresas, instituições de ensino e centros de pesquisa e academia para impulsionar a inovação e o desenvolvimento tecnológico, beneficiando tanto a indústria quanto o sector agrário;
- ii. Estabelecer políticas e normas regulatórias que incentivem a inovação e a digitalização, protegendo a propriedade intelectual, garantindo a segurança cibernética e promovendo a concorrência saudável;
- iii. Implementar políticas públicas que incentivem a produção científica, o desenvolvimento tecnológico e a colaboração entre academia, sector público e privado;
- iv. Adotar tecnologias avançadas e digitais que possam impulsionar a inovação, automatizar processos, melhorar a eficiência e criar novas oportunidades de negócio para o desenvolvimento económico.

1.2 Resultados Esperados do Pilar

- i. Crescimento económico sustentável, aumento da renda, criação de empregos e trabalho digno;
- ii. Diversificação da economia, transformação manufactureira nacional e redução da dependência de sectores tradicionais;
- iii. Aumento da competitividade internacional;
- iv. Estímulo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico;
- v. Melhoria do ambiente de negócios e aumento dos investimentos.

1.3 Principais Indicadores e Metas

1. Indicador ₁ : Taxa média anual de Crescimento do PIB real.	<i>Meta: Aumentar a taxa de crescimento média anual do PIB real de 4.4 para 9.2 % incl. GNL, e 10.5 s/ GNL.</i>
2. Indicador ₂ : Crescimento anual do PIB real per capita.	<i>Meta: Aumentar o crescimento anual do PIB real per capita de USD 557,3 para USD 3,309.3 incl. GNL, e 2,925.0 s/ GNL.</i>
3. Indicador ₃ : Taxa de crescimento sectorial	<i>Meta: Aumentar a taxa de crescimento do sector primário, de 6.5% para 11.5% s/GNL.</i>
<i>Meta: Aumentar a taxa de crescimento do sector secundário, de 1.3% para 15.5%.</i>	<i>Meta: Aumentar a taxa de crescimento do sector terciário, de 3.6% para 7.7%.</i>
4. Indicador ₄ : Peso sectorial na economia em % do PIB	<i>Meta: Aumentar o peso do sector primário, de 36,8% para 53.7% s/GNL.</i>
<i>Meta: Aumentar o peso do sector secundário, de 12.4% para 13.7%.</i>	<i>Meta: Reduzir o peso do sector terciário, de 50.8% para 32.6%.</i>
5. Indicador ₅ : Competitividade Global (pontos 0 à 7).	<i>Meta: Aumentar a classificação da competitividade global de 38.1 pontos para 53.1 pontos.</i>
6. Indicador ₆ : Despesas em pesquisa e desenvolvimento em % do PIB.	<i>Meta: Aumentar as Despesas em pesquisa e desenvolvimento em % do PIB de 0.33 para 1.8.</i>
7. Indicador ₇ : índice geral de facilidade para fazer negócios (pontos de 0 à 100).	<i>Meta: Aumentar o índice de facilidade para fazer negócios de 55 pontos para 66.9 pontos</i>

1.4 Programas prioritários:

Programa 1.4.1 - Estabilidade Macroeconómica

119. O programa visa garantir um ambiente macroeconómico estável, equilibrado e sustentável, enfatizando a inclusão financeira, estímulo à poupança doméstica e ao investimento. A estabilidade macroeconómica é

fundamental para promover um ambiente propício ao investimento e ao crescimento económico sustentável.

120. As acções prioritárias destacam-se: (i) a implementação e adopção contínua de políticas fiscais responsáveis, que promovam a transparência nas contas públicas, que busquem o equilíbrio orçamental (equilíbrio fiscal) a longo prazo e implementação de reformas estruturais para garantir a sustentabilidade das finanças públicas; (ii) o controle da expansão monetária para manter a estabilidade dos preços, (iii) o fortalecimento do sistema financeiro através de regulamentações adequadas e supervisão eficaz, e (iv) a promoção de um ambiente favorável ao investimento através de incentivos fiscais e regulatórios.

Programa 1.4.2 - Produção, Produtividade, Diversificação e Competitividade

121. O objectivo do programa é estimular o aumento da eficiência e eficácia produtiva, tanto em áreas consolidadas quanto em áreas com potencial de desenvolvimento, com um foco especial na **industrialização** e no fortalecimento do **sector agrário**. O aumento da eficiência e da diversificação produtiva é essencial para impulsionar o crescimento económico, a competitividade internacional e a sustentabilidade a longo prazo.
122. Entre as acções prioritárias destacam-se: (i) Modernização de técnicas de produção através da adopção de tecnologias avançadas, tanto na indústria quanto no sector agrário, incluindo automação, inteligência artificial e práticas de agricultura de precisão, (ii) Reduzir a dependência de sectores específicos, promovendo a integração do sector agrário como fornecedor de matéria-prima para a indústria e garantindo o abastecimento do mercado interno com alimentos, (iii) Investimento em infraestrutura para melhorar a logística, reduzindo os custos de produção e garantia de fornecimento confiável de energia e água para apoiar as actividades industriais e do sector agrário; (v) Promoção práticas agrícolas sustentáveis, apoiar a modernização do sector agrário e garantir que ele forneça matéria-prima para a indústria e alimentos para o mercado interno, (vi) Desenvolvimento de políticas específicas para apoiar a criação e expansão de indústrias, incluindo a revitalização de parques industriais, Zonas Económicas Especiais, incubadoras de empresas e financiamento acessível para indústrias emergentes, (vii) Implementação programas de educação técnica e profissional para formar uma mão de obra qualificada, alinhada às necessidades da

indústria e da agricultura modernas, (viii) a Promoção da inovação tecnológica através de subsídios, incentivos fiscais e parcerias entre universidades, centros de pesquisa e empresas industriais e agrárias, (ix) Promoção práticas industriais e agrárias sustentáveis, como a economia circular, e o uso eficiente dos recursos naturais, para garantir que o crescimento seja ambientalmente responsável.

Programa 1.4.3 - Ambiente de negócios

123. O programa tem como objectivo criar um ambiente favorável ao empreendedorismo e ao desenvolvimento do sector privado, reduzindo obstáculos à actividade empresarial. Um ambiente favorável ao empreendedorismo e ao desenvolvimento do sector privado é crucial para estimular o crescimento económico e a criação de empregos.
124. Nas acções prioritárias destacam-se: (i) a implementação de políticas de promoção do comércio externo facilitado pelos acordos comerciais que fortalecerão a internacionalização dos produtos e empresas locais; (ii) a simplificação de processos de registro e licenciamento de empresas e a simplificação do sistema tributário, (iii) a promoção da transparência e responsabilidade fiscal, (iv) a facilitação do acesso ao financiamento para pequenas e médias empresas e (v) o incentivo a inovação e o empreendedorismo através de programas de apoio; (vi) o fomento de parcerias público-privadas para o investimento em serviços, que suportem tanto a produção industrial, a agrária, energética, e mineira; (vii) o estabelecimento de diálogo contínuo entre o Governo, empresas e demais actores do sector produtivo para identificar desafios, oportunidades e soluções que melhorem o ambiente de negócios.

Programa 1.4.4 – Emprego, empreendedorismo, auto-emprego e trabalho digno

125. O foco do programa é garantir a absorção da força de trabalho, com ênfase na criação de oportunidades de emprego, estímulo ao empreendedorismo, auto-emprego e trabalho digno. Assegurar a absorção da força de trabalho e promover o empreendedorismo são estratégias importantes para reduzir o desemprego e fomentar o crescimento económico inclusivo.
126. Dentre as acções prioritárias destacam-se: (i) a implementação de programas de geração de empregos em sectores-chave da economia, (ii) a disponibilização da educação profissional para melhorar a qualificação da mão de obra, (iii) o incentivo ao empreendedorismo e auto-emprego

através de apoio financeiro, treinamentos e suporte técnico, orientação e (iv) o estabelecimento de parcerias entre empresas e instituições educacionais para facilitar a transição dos jovens para o mercado de trabalho.

Programa 1.4.5 - Investigação científica, tecnológica e inovação

127. O programa visa promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação no País, incentivando a adopção de novas tecnologias pelas empresas nacionais. O desenvolvimento tecnológico e a inovação é essencial para aumentar a competitividade e a sustentabilidade da economia a longo prazo.
128. Das acções prioritárias destacam-se: (i) o incentivo a pesquisa científica e o desenvolvimento de tecnologias avançadas, (ii) a criação de programas de apoio financeiro para *startups* e empresas inovadoras, (iii) o estabelecimento de parcerias entre universidades ou academia, empresas e centros de pesquisa, e a promoção da cooperação internacional em pesquisa e desenvolvimento.

Pilar II. Transformação Social e Demográfica

129. O Pilar da Transformação Social e Demográfica visa promover um desenvolvimento humano sustentável e equitativo, reconhecendo a população como um recurso fundamental para o crescimento económico e social. Concentra-se em investir no capital humano e facilitar uma transição demográfica favorável, reduzindo desigualdades e garantindo acesso equitativo a serviços essenciais.

2.1 Objectivos do Pilar

No âmbito da educação:

- i. Fortalecer o currículo nacional incorporando uma abordagem educacional em CTEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática) e incluir módulos focados em habilidades digitais e pensamento crítico em todo o Sistema Nacional de Educação;
- ii. Fortalecer e expandir os programas técnicos e vocacionais, para fornecer alternativas viáveis ao ensino académico, com suporte tecnológico a partir de centros de formação especializados em várias regiões do País garantindo a certificação de qualidade;

- iii. Alinhar os programas da educação profissional com o ensino superior, com as necessidades e tendências do mercado de trabalho, garantindo que os estudantes sejam aptos a atender às exigências do mercado;
- iv. Fortalecer a formação contínua e o desenvolvimento de Professores em pedagogia moderna e uso de tecnologia para se tornarem facilitadores de um aprendizado inovador e centrado no aluno;
- v. Fomentar a colaboração entre o Governo, sector privado e outras partes interessadas para enriquecer o SNE através das Parcerias Público-Privada no âmbito de:
 - a. Provisão de recursos educacionais, desenvolvimento curricular e suporte tecnológico, criando sinergias que promovam uma educação de qualidade;
 - b. Incentivo a iniciativas de responsabilidade social corporativa para melhorar a infraestrutura escolar, oferecer programas de bolsas de estudo e capacitar professores;
- vi. Integrar e investir no uso de tecnologia educacional para criar ambientes de aprendizagem digital, dinâmica e acessível, com foco na educação contínua e flexível, especialmente em áreas rurais.

No âmbito da saúde:

- i. Melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços de saúde, assegurando que todos os moçambicanos recebam cuidados centrados no paciente;
- ii. Expandir os serviços de saúde primários para incluir a prevenção e a promoção do bem-estar, com foco em nutrição, saúde materna e infantil, e prevenção de doenças crônicas, especialmente em áreas rurais e periféricas;
- iii. Implementar políticas de garantia de qualidade e segurança dos serviços de saúde, com padrões de atendimento, protocolos clínicos e medidas de controle de infecções que assegurem a segurança dos pacientes e agentes de saúde;
- iv. Incentivar e garantir o envolvimento das comunidades na gestão do sistema de saúde, promovendo o diálogo e a transparência nas decisões relacionadas à saúde pública.

No âmbito da dinâmica da população e aproveitamento do dividendo demográfico:

- i. Estimular uma transição demográfica favorável através da implementação da política de população para o alcance de um perfil populacional equilibrado e favorável ao desenvolvimento;
- ii. Promover a integração do planeamento familiar, saúde sexual reprodutiva e educação integral, garantindo o acesso equitativo a todos seguimentos da população fomentado um bem estar social e económico;
- iii. Promover o aproveitamento do bônus demográfico capitalizando o potencial económico da população jovem para impulsionar o desenvolvimento sustentável do País;
- iv. Promover a revitalização das áreas rurais e reduzir o êxodo rural através da melhoria da qualidade de vida, do fortalecimento económico e do acesso equitativo a serviços essenciais;
- v. Garantir que o crescimento populacional seja sustentável e compatível com a preservação dos recursos naturais e a qualidade do meio ambiente.

No âmbito da provisão de outros serviços básicos:

- i. Melhorar a qualidade dos serviços básicos, como água, energia, saneamento, habitação e transporte, para todas as comunidades, contribuindo para uma melhor qualidade de vida;

ii. No âmbito da juventude:

- iii. Expandir o acesso a uma educação de qualidade e programas de formação profissional, preparando os jovens para os desafios do mercado de trabalho e da economia digital.
- iv. Promover o emprego e o empreendedorismo entre os jovens, fornecendo oportunidades de trabalho práticas e apoio ao desenvolvimento de novos negócios.
- v. Garantir que os jovens tenham acesso a cuidados de saúde abrangentes, incluindo saúde mental, sexual e reprodutiva, promovendo seu bem-estar geral.

- vi. Assegurar que todos os jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, tenham acesso ao suporte necessário para seu desenvolvimento e integração social.
- vii. Envolver os jovens activamente na vida cívica e política, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas nas políticas públicas.
- viii. Promover o desenvolvimento de habilidades socioemocionais como resiliência, empatia, trabalho em equipe e solução de problemas, que são essenciais para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para os desafios da vida;
- ix. Promover o aconselhamento e orientação profissional auxiliando na escolha de carreiras e na definição de objectivos e metas pessoais.

No âmbito da cultura e desporto:

- i. Promover o património natural, cultural e histórico para impulsionar o turismo e a economia local, preservando a diversidade cultural e promovendo o orgulho nacional;
- ii. Incentivar a participação da população em actividades culturais, desportivas e recreativas, visando a promoção do bem-estar e a valorização da diversidade cultural;

No âmbito do género e protecção social:

- i. Promover a igualdade de género em todas as esferas da vida, incluindo acesso equitativo à educação, emprego e participação na tomada de decisões;
- ii. Garantir a inclusão social e igualdade de oportunidades para todos os grupos, especialmente os mais vulneráveis, através de políticas de protecção social e empoderamento;
- iii. Assegurar que os sistemas de protecção social sejam sustentáveis e operem de forma eficiente, optimizando o uso dos recursos disponíveis.
- iv. Fortalecer a resiliência das comunidades e a capacidade de adaptação dos sistemas de protecção social para responder eficazmente a crises e mudanças sociais e económicas.

- v. Consolidar um sistema integrado e abrangente de proteção social e o apoio humanitário em relação aos deslocados internos;
- vi. Implementar programas eficazes de combate à pobreza e a fome, incluindo transferência de renda e apoio à agricultura familiar, para garantir a segurança alimentar e reduzir a desnutrição.

2.2 Resultados Esperados

- i. Melhoria da qualidade de educação, com ênfase no desenvolvimento de habilidades para o pensamento crítico, resolução de problemas, colaboração e criatividade;
- ii. Fortalecimento do capital humano e do Sistema Nacional de Educação;
- iii. Elevação do nível de desempenho acadêmico, com foco especial em CTEM e habilidades digitais;
- iv. Formação contínua e desenvolvimento profissional dos professores;
- v. Melhoria da qualidade de vida e promoção da saúde;
- vi. Redução da pobreza e das desigualdades;
- vii. Promoção da inclusão social;
- viii. Estímulo ao desenvolvimento do capital humano.

2.3 Principais Indicadores e Metas

1. Indicador ₁ : Taxa de crescimento da população.	<i>Meta: Reduzir a taxa de crescimento da população de 2.5% para 1.8%.</i>
2. Indicador ₂ : Anos médios de escolaridade.	<i>Meta: Aumentar os anos de escolaridade de 3.5 anos para 5.4 anos.</i>
3. Indicador ₃ : Taxa de analfabetismo.	<i>Meta: Reduzir a taxa de analfabetismo de 38.3% para 19.3%.</i>
4. Indicador ₄ : Taxa em Ciência Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM).	<i>Meta: Aumentar a taxa de CTEM de 49% para 70%.</i>
5. Indicador ₄ : Expectativa de vida da população.	<i>Meta: Aumentar a expectativa de vida de 55.7 para 76.0.</i>
6. Indicador ₅ : Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos).	<i>Meta: Reduzir a taxa de mortalidade infantil de 39 % para 17.2%.</i>
7. Indicador ₆ : Prevalência de desnutrição crônica em crianças abaixo de 5 anos.	<i>Meta: Reduzir a prevalência de desnutrição crônica em crianças abaixo de 5 anos de 37% para 18.7%.</i>

8. Indicador ₇ : Proporção da população que vive abaixo da linha da pobreza nacional.	<i>Meta: Reduzir a proporção da população que vive abaixo da linha da pobreza nacional de 68.2% para 27.7%.</i>
9. Indicador ₈ : Índice de pobreza multidimensional.	<i>Meta: Reduzir o índice de pobreza multidimensional de 53% para 24.2%.</i>
10. Indicador ₉ : Desigualdades de renda (coeficiente do GINI).	<i>Meta: Reduzir as desigualdades de renda de 0.5 para 0.3.</i>
11. Indicador ₁₀ : Taxa de empregabilidade dos graduados da educação profissional.	<i>Meta: Aumentar a Taxa de empregabilidade dos graduados da educação profissional de 47% para 57.1%.</i>
12. Indicador ₁₁ : Taxa de participação em programas de educação e treinamento para jovens.	<i>Meta: Aumentar a taxa de participação de jovens de 35.3% para 51.7%.</i>
13. Indicador ₁₂ : Taxa de participação das mulheres na PEA.	<i>Meta: Aumentar a taxa de participação das mulheres na PEA de 83.1% para 93.5%.</i>
14. Indicador ₁₃ : Proporção de assentos ocupados por mulheres na Assembleia da República.	<i>Meta: Aumentar a proporção de assentos ocupados por mulheres na Assembleia da República de 42.2% para 54.2%.</i>
15. Indicador ₁₄ : Índice de Desigualdade do Género (IDG).	<i>Meta: Aumentar o índice de Desenvolvimento do Género de 0.523 para 0.660.</i>

2.4 Programas prioritários

Programa 2.4.1 - População e capital humano

130. O objectivo do programa é promover o equilíbrio entre o crescimento demográfico e o investimento no desenvolvimento humano, visando garantir o crescimento sustentável da população e a melhoria das condições de vida. Investir no capital humano é fundamental para o desenvolvimento social e económico de longo prazo de uma nação. Investir na educação profissional constitui uma área estratégica para estimular o crescimento socioeconómico, proporcionando aos cidadãos o acesso a formação técnico-profissional de qualidade para responder a demanda do mercado de trabalho.

131. Entre as acções prioritárias incluem:

Na educação: (i) promover o investimento massivo em todos os sub-sistemas de educação, o incentivo e revitalização do SNE focado na

educação profissional com foco na CTEM visando o desenvolvimento pleno do potencial humano, (ii) estabelecer parcerias com empresas e indústrias locais para garantir que os programas educacionais sejam alinhados com as práticas e critérios do sector, proporcionando aos alunos oportunidades de estágio, aprendizado prático e networking; (iii) reforçar as políticas de apoio a educação no que se refere ao acesso equitativo, desenvolvimento de educacional e incentivos à inovação; (iv) promover o Sistema de Reconhecimento de Competências Adquiridas.

Na saúde: (i) investimento em saúde, água e saneamento básico para garantir o bem-estar da população, (ii) a promoção do planeamento familiar e (iii) a promoção da educação nutricional para incentivar uma transição demográfica favorável e melhorar a qualidade de vida, (iv) implementar continuamente políticas de prevenção de doenças, programas de educação em saúde e promoção de hábitos saudáveis para reduzir a incidência de doenças e melhorar a qualidade de vida da população.

Programa 2.4.2 - Protecção, assistência, inclusão social e equidade

132. O objectivo do programa é assegurar a equidade e a sustentabilidade do sistema de protecção e assistência social, bem como a inclusão dos grupos vulneráveis, promovendo assim uma sociedade mais justa e solidária. A inclusão social é crucial para reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável.
133. Nas acções prioritárias destacam-se: (i) a garantia da protecção social e o acesso a serviços de saúde, educação, formação, emprego e renda para grupos vulneráveis e em situação difícil, (ii) consolidar um sistema integrado e abrangente de protecção social e o apoio humanitário em relação aos deslocados internos; (iii) a implementação de políticas inclusivas e de maior equidade para grupos desfavorecidos como pessoas com deficiência, deslocados, criança da rua e idosos , (iv) o combate e erradicação práticas socioeconómicas nocivas como o trabalho infantil e à violência doméstica (v) o fortalecimento de segurança alimentar e nutricional, e (vi) a expansão do acesso à habitação para garantir condições de vida dignas para todos os cidadãos.

Programa 2.4.3 Juventude

134. O objectivo do programa é promover o empoderamento, desenvolvimento integral dos jovens, buscando proporcionar ferramentas e oportunidades de aprendizado, crescimento pessoal e participação activa na economia e sociedade. Este programa é essencial para apoiar a enfrentar os desafios do desemprego juvenil, promover a inclusão social e preparar a próxima geração para contribuir significativamente para o desenvolvimento do país.
135. Das acções prioritárias destacam-se: (i) o acesso a educação de qualidade e oportunidades de educação profissional que preparam os jovens para o mercado de trabalho e os capacitam a contribuir para o desenvolvimento econômico do país; (ii) o desenvolvimento de acções de prevenção de problemas sociais que afectam os jovens, como violência, drogas, desigualdades e exclusão, buscando oferecer alternativas positivas e oportunidades de desenvolvimento pessoal e social; (iii) o estímulo no engajamento dos jovens em questões cívicas e políticas, promovendo a conscientização sobre seus direitos e deveres, e incentivando a participação activa na construção de uma sociedade mais justa e democrática; (iv) Capacitar os jovens para exercerem sua cidadania de forma plena, promovendo a inclusão social, o respeito às diversidades e a participação activa na comunidade.

Programa 2.4.4 Cultura e Desporto

136. O objectivo do programa é promover a paz, solidariedade, coesão social e valorização da identidade cultural, além de incentivar a prática de actividade física, desportiva e recreativa entre os jovens e a população em geral. A cultura e o desporto desempenham um papel fundamental na promoção da coesão social, no fortalecimento da identidade cultural e na promoção do bem-estar físico e mental. Investir na juventude é investir no futuro do País.
137. Das acções prioritárias destacam-se: (i) a promoção do acesso à cultura e às artes por meio de eventos e programas educacionais e dinamização das indústrias culturais e criativas. (ii) a promoção do associativismo juvenil e voluntariado para o desenvolvimento e incentivo a participação em actividades culturais e desportivas, estímulo a criação artística para promover a integração social e o desenvolvimento pessoal, (iii) disponibilização de programas de formação e capacitação nas áreas culturais e desportivas para desenvolver talentos locais e promover o orgulho nacional.

Programa 2.4.5 – Género

138. O objectivo do programa é assegurar a promoção da equidade de género e de oportunidades no desenvolvimento económico e social, com foco na capacitação e inclusão das mulheres em todas as esferas da sociedade. A igualdade de género é um direito humano fundamental e um pré-requisito para o desenvolvimento sustentável. Capacitar as mulheres não só melhora suas vidas individualmente, mas também beneficia suas famílias, comunidades e a sociedade como um todo.
139. Dentre as acções prioritárias destacam-se: (i) a implementação de políticas para garantir a igualdade de oportunidades em todas as áreas, incluindo acesso à educação, emprego e participação política, (ii) o combate a discriminação e a violência de género por meio de legislação e programas de conscientização, (iii) a promoção da rapariga nas áreas do CTEM, (iv) a promoção da participação das mulheres em cargos de liderança e de decisão considerando as capacidades técnicas e profissionais, e (iv) o desenvolvimento de programas específicos para a educação e empoderamento feminino, como acesso a crédito e treinamento em empreendedorismo, para promover a autonomia económica das mulheres.

Pilar III. Infra-estruturas, Organização e Ordenamento Territorial

140. Este pilar visa desenvolver infraestruturas essenciais e promover um desenvolvimento territorial sustentável e equitativo, integrando infraestrutura, ordenamento urbano e rural, gestão ambiental eficiente, garantindo a inclusão e equidade no acesso serviços públicos e uma organização territorial eficaz, visando melhorar a qualidade de vida de todas as comunidades e impulsionar um crescimento económico inclusivo e resiliente, com respeito aos limites ambientais e promoção da coesão social.

3.1 Objectivos do Pilar

a) **Infraestruturas económicas:**

- i. Modernizar e expandir a rede de transporte para facilitar o movimento de produtos agrícolas e industriais, promovendo a eficiência logística e reduzindo os custos de transporte;

- ii. Investir na modernização dos portos marítimos para aumentar a capacidade de movimentação de cargas e a competitividade internacional;
- iii. Desenvolver parques industriais e zonas económicas especiais para atrair investimentos, gerar empregos e promover o desenvolvimento regional equilibrado;
- iv. Expandir e melhorar as infraestruturas de conectividade de forma acessível, sustentável e resiliente para garantir uma conexão confiável em todo o País, estimulando a comunicação, troca de informações, acesso a serviços, a inovação, o crescimento económico;
- v. Estimular o investimento em energia limpa e renovável não apenas para reduzir os custos de energia, mas também para mitigar os impactos ambientais e promover a sustentabilidade a longo prazo;
- vi. Modernizar e expandir a capacidade de armazenamento de água, para permitir um desenvolvimento agrícola e industrial sustentável e satisfação das necessidades básicas do consumo humano
- vii. Melhorar as infraestruturas e acessibilidade nos principais destinos turísticos, zonas industriais e de produção.

b) Infraestruturas sociais

- i. Expandir e melhorar as infraestruturas no Sistema Nacional de Educação, não apenas construindo novos estabelecimentos de ensino, igualmente investir na formação e capacitação de professores, no Catálogo Nacional de Qualificações em todo o SNE, na pesquisa e CTEM;
- ii. Investir na melhoria e expansão das unidades sanitárias e hospitais, garantindo o acesso universal a serviços de saúde de qualidade e promovendo atenção primária à saúde e prevenção de doenças;
- iii. Incentivar investimentos em saneamento básico e tratamento de água, com ênfase na promoção da saúde pública e na preservação dos recursos hídricos;
- iv. Promover o desenvolvimento de infraestruturas culturais e desportivas como espaços de integração social e promoção do bem-estar;
- v. Desenvolver projectos habitacionais acessíveis e sustentáveis, considerando não apenas a quantidade, mas também a qualidade e a localização das moradias;

- vi. Aprimorar a rede de transporte público, priorizando o acesso equitativo aos serviços e a redução da emissão de poluentes.

c) Infraestruturas Administrativas

- i. Modernizar as instalações governamentais e os processos administrativos, promovendo a eficiência, transparência e acessibilidade dos serviços públicos;
- ii. Desenvolver infraestruturas de atendimento ao cidadão que priorizem a simplicidade, a agilidade e a acessibilidade, utilizando tecnologias digitais e canais remotos;
- iii. Implementar sistemas integrados de tecnologia da informação e comunicação para otimizar a gestão pública e a prestação de serviços aos cidadãos;
- iv. Fortalecer a infraestrutura de segurança pública e defesa, investindo em equipamentos e treinamento para garantir a protecção da população e o combate à criminalidade;

d) Organização Administrativa – Territorial

- i. Implementar as acções de delimitação das unidades territoriais;
- ii. Assegurar acções no quadro do endereçamento das unidades territoriais;
- iii. Garantir a actualização permanente da toponímia.

e) Desenvolvimento Territorial Integrado e Infraestrutura Sustentável

- i. Implementar políticas de ordenamento territorial que promovam a gestão sustentável dos recursos naturais e a preservação dos ecossistemas;
- ii. Incentivar a ocupação planejada do território, integrando aspectos económicos, sociais e ambientais para garantir um desenvolvimento equilibrado e resiliente;
- iii. Fortalecer a participação da comunidade na tomada de decisões sobre o uso do solo e o planeamento urbano, promovendo a inclusão social e o empoderamento local;
- iv. Desenvolver instrumentos de planeamento territorial que considerem as necessidades e características específicas de cada região, visando

- reduzir desigualdades e promover um desenvolvimento territorial equitativo;
- v. Elaborar planos diretores municipais que incorporem princípios de sustentabilidade ambiental, garantindo a protecção de áreas sensíveis e a promoção de padrões urbanos mais eficientes e inclusivos;
 - vi. Implementar políticas de uso do solo que incentivem a conservação de áreas naturais e a recuperação de áreas degradadas, contribuindo para a protecção da biodiversidade e a adaptação às mudanças climáticas;
 - vii. Promover projectos de urbanização sustentável, com foco na mobilidade urbana, na acessibilidade para todos os cidadãos e na promoção de espaços públicos de qualidade.

3.2 Resultados Esperados

- i. Melhoria da acessibilidade e conectividade;
- ii. Aumento do acesso a serviços essenciais, como energia e água potável;
- iii. Melhoria na prestação de serviços públicos e aumento da qualidade de vida;
- iv. Melhora da capacidade de resposta às necessidades do sector produtivo;
- v. Redução dos riscos ambientais e dos impactos dos desastres naturais;
- vi. Desenvolvimento equilibrado e sustentável das áreas urbanas e rurais;
- vii. Redução das disparidades regionais no acesso aos serviços básicos;
- viii. Aumento da resiliência das infraestruturas a eventos climáticos extremos;
- ix. Desenvolvimento equilibrado e sustentável das áreas urbanas e rurais;
- x. Gestão adequada de unidades territoriais de administração pública;
- xi. Melhoria das infraestruturas de prestação de serviços públicos;
- xii. Toponímia actualizada ao contexto social, cultural e político do País.

3.3 Principais Indicadores e Metas:

1. Capacidade de armazenamento de água (Mil Milhões de m ³);	<i>Meta: Aumentar capacidade de armazenamento de água, de 10,047,610 mil milhões de m³ para 14,710,706 mil milhões de m³;</i>
--	---

2. Tráfego de Mercadorias em Tonelada por Km;	<i>Meta₂: Aumentar o tráfego de mercadorias, de 15,716 toneladas por Km para 44,357 toneladas por Km;</i>
3. Manuseamento portuário em Toneladas métricas;	<i>Meta₃: Aumentar o manuseamento portuário de 48227 toneladas métricas para 100.004 toneladas métricas;</i>
4. Produção de energia eléctrica em GWh;	<i>Meta₄: Aumentar a produção de energia elétrica de 19286 GWh para 73000 GWh;</i>
5. Taxa líquida de escolarização;	<i>Meta₅: Aumentar a taxa líquida de escolarização primária de 112.8% para 128.4% e a taxa líquida de escolarização secundária de 43.4% para 57.8%;</i>
6. Percentagem da população que fez uso dos serviços de saúde;	<i>Meta₆: Aumentar o acesso à saúde básica de 67.1% para 78.5%;</i>
7. Percentagem da população que consome água proveniente de fonte segura em %;	<i>Meta₇: Aumentar o acesso a água segura de 53.6% para 85%;</i>
8. Percentagem da população que usa o saneamento seguro;	<i>Meta₈: Aumentar o acesso ao saneamento seguro de 31.7% para 68%;</i>
9. Percentagem da população com acesso a energia da rede pública em %;	<i>Meta₉: Aumentar o acesso a energia da rede pública de 39% para 100%;</i>
10. Transporte de passageiros em PKm;	<i>Meta₁₀: Aumentar o transporte de passageiros de 54402 PKm para 79650 PKm;</i>
11. Número de empreendimentos turísticos abertos;	<i>Meta₁₁: Incremento do número de empreendimentos turísticos abertos de 2.848 para 11.792;</i>
12. Destinos turísticos requalificados e reestruturados;	<i>Meta₁₂: (i) Desenvolver planos de requalificação de destinos turísticos (ii) Criar novos polos turísticos;</i>
13. Unidades territoriais delimitadas;	<i>Meta₁₃: Aumentar o número de unidades territoriais delimitadas de 884 para 1695.</i>

3.4 Programas prioritários:

Programa 3.4.1 - Infraestruturas Económicas

141. O objectivo é promover o desenvolvimento de infraestruturas económicas resilientes e sustentáveis para apoiar a produção e o acesso aos mercados, visando impulsionar o crescimento económico. Infraestruturas robustas são fundamentais para o desenvolvimento económico, facilitando o transporte eficiente de mercadorias, reduzindo custos de produção e promovendo a integração regional.

142. Nas acções prioritárias destacam-se: (i) a construção, manutenção e reabilitação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e sistemas de energia elétrica, (ii) a melhoria da conectividade entre regiões para aumentar a competitividade e produtividade, e (iii) os incentivos para a instalação de empresas em regiões remotas e melhorias nos sistemas de transporte e comunicação.

Programa 3.4.2 - Infraestruturas Sociais

143. O objectivo é aumentar a provisão e o acesso aos serviços básicos essenciais para o desenvolvimento humano e o bem-estar social, garantindo igualdade de acesso para todos os cidadãos. As Infraestruturas sociais de qualidade são essenciais para garantir o acesso universal a serviços de saúde, educação, água potável, saneamento básico e habitação, promovendo a inclusão social e reduzindo as desigualdades.
144. Dentre as acções prioritárias destacam-se: (i) a construção de novas unidades de saúde, escolas e postos de atendimento social, (ii) a melhoria da qualidade e disponibilidade dos serviços básicos em todas as regiões, (iii) Políticas de incentivo para prestação de serviços em áreas rurais e remotas e (iv) Construção, expansão, ampliação e modernização de infraestruturas culturais e desportivas para promover o desenvolvimento social e o bem-estar da produção.

Programa 3.4.3 - Infra-estruturas de Administração

145. O objectivo é assegurar infraestruturas adequadas para a gestão da administração pública, defesa, lei, ordem, segurança e justiça, garantindo um ambiente seguro e justo para a sociedade. Infraestruturas de administração eficientes são cruciais para garantir o funcionamento adequado das instituições públicas e a manutenção da ordem e segurança na sociedade.
146. As acções prioritárias destacam: (i) a construção, manutenção e reabilitação de edifícios e equipamentos para instituições públicas, (ii) os investimentos em tecnologia e recursos humanos capacitados para garantir o bom funcionamento das instituições, e (iv) o desenvolvimento de políticas para promoção da igualdade de gênero e combate à violência.

Programa 3.4.4 – Desenvolvimento e Organização Territorial Integrado e Infraestrutura Sustentável

147. O objectivo do programa é promover uma organização e planeamento territorial integrado e sustentável, considerando aspectos ambientais, sociais e económicos, para garantir um desenvolvimento equilibrado e sustentável. O ordenamento territorial é essencial para garantir um uso adequado do solo e o desenvolvimento sustentável das comunidades, protegendo o meio ambiente e promovendo a inclusão social.
148. Para as acções prioritárias destacam-se: (i) a elaboração e implementação de planos directores municipais e regionais, (ii) a definição de normas para uso do solo que promovam a sustentabilidade ambiental e social, (iii) promoção da participação de actores não governamentais incluindo os da sociedade civil, organizações religiosas, comunidades locais e do sector privado nos processos relevantes de tomada de decisão, e (iv) a implementação de um sistema de monitoramento e avaliação para garantir a eficácia das acções.

Pilar IV. Governação, Paz e Segurança

149. O Pilar IV de Governação, Paz e Segurança é essencial para o desenvolvimento sustentável do país, assegurando instituições sólidas, a protecção dos direitos humanos, a defesa nacional e a manutenção da ordem pública. O seu objectivo principal é fortalecer e modernizar as instituições do governo, garantir a segurança nacional e interna, promover a paz e a justiça, e criar um ambiente seguro e estável para todos os cidadãos. As áreas de foco destacam o fortalecimento e modernização das instituições governamentais, a prevenção e combate ao crime e ao terrorismo, a defesa nacional, a promoção da coesão social e a garantia de acesso à justiça. A implementação eficaz deste pilar garantirá um ambiente seguro, estável e justo, promovendo o desenvolvimento socioeconómico sustentável e a coesão social.
150. Para alcançar esses objectivos, é necessário o aprimoramento das instituições governamentais, a protecção dos direitos humanos, a prevenção e combate à corrupção, e o desenvolvimento de políticas para o fortalecimento das instituições de defesa e segurança. Estas medidas visam proteger os cidadãos e promover a estabilidade em todo o território nacional.

4.1 Objectivos do Pilar

No âmbito do fortalecimento e modernização das instituições do Governo

- i. Fortalecer as instituições do Governo e os mecanismos de prestação de serviços públicos para garantir maior eficiência, transparência, integridade e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.
- ii. Modernizar e informatizar os sistemas de serviços públicos e digitalizar os processos administrativos, visando reduzir a burocracia e facilitar o acesso dos cidadãos e das empresas aos serviços públicos.
- iii. Promover a descentralização e a participação do cidadão nas decisões locais, fortalecendo as capacidades locais para uma gestão mais eficiente e adaptada às necessidades locais, com o objectivo de reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento local.
- iv. Promover a ética, integridade e combate à corrupção em todas as esferas do governo, por meio da transparência, prestação de contas e envolvimento da sociedade civil e mídia, assegurando o uso responsável dos recursos públicos e a integridade do sector público.
- v. Reforçar os órgãos de controle interno para cultivar uma cultura de integridade e prestação de contas na administração pública.
- vi. Reforçar os mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas públicas, garantindo o acompanhamento dos resultados e o ajuste das estratégias conforme as necessidades e desafios do país;
- vii. Reforçar o Estado de Direito Democrático e justiça social garantindo a protecção dos direitos do cidadão e cumprimento das leis e das obrigações;
- viii. Incentivar a formação e capacitação contínua dos funcionários e agentes públicos, visando aprimorar suas habilidades técnicas e de gestão para oferecer um serviço público mais qualificado e eficiente;
- ix. Fortalecer as parcerias com organizações internacionais, parceiros de desenvolvimento e de cooperação internacional para implementar programas e projectos de desenvolvimento, com o intuito de captar recursos financeiros e transferir conhecimentos e tecnologias.

No âmbito da garantia da Segurança Nacional e Interna

- i. Fortalecer a defesa e segurança nacional, modernizando as instituições de defesa e segurança, promovendo a justiça e combatendo a corrupção, o crime organizado e a violência.
- ii. Prevenir e combater o crime e o terrorismo, através de estratégias de segurança robustas, estabelecer unidades especializadas de combate ao terrorismo e ao crime organizado e cooperação internacional para responder de maneira mais eficaz às ameaças à segurança nacional.
- iii. Proteger o território nacional e as infraestruturas críticas, investindo em tecnologia de vigilância e segurança para monitoria das fronteiras, garantindo a protecção do território nacional contra ameaças externas.
- iv. Assegurar a segurança das comunidades e a coesão social, promovendo programas de policiamento comunitário e desenvolvimento social.
- v. Fortalecer parcerias com organizações internacionais para troca de informações de inteligência, visando melhorar a capacidade de resposta a ameaças globais.
- vi. Garantir a integridade nacional por meio do controle migratório e da identificação de cidadãos nacionais e estrangeiros, assim como o salvamento de pessoas e bens em casos de calamidades e desastres.

No âmbito da promoção da Paz e Justiça

- i. Reforçar o Estado de Direito Democrático e a segurança jurídica, garantindo o cumprimento das leis e a protecção dos direitos humanos, fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a confiança dos investidores.
- ii. Proteger os direitos humanos e garantir o acesso à justiça para todos, expandindo os serviços jurídicos e promovendo campanhas de educação e sensibilização sobre direitos humanos e justiça social aumentando a conscientização e o respeito pelos direitos de todos os cidadãos.
- iii. Facilitar a resolução pacífica de conflitos, através da criação de centros de mediação comunitária e programas de sensibilização, promovendo a coesão social e a resolução não violenta de disputas.

4.2 Resultados Esperados

- i. Melhoria na segurança nacional e combate ao crime.
- ii. Aumento da confiança dos cidadãos nas instituições públicas.
- iii. Maior transparência e integridade governamental.
- iv. Incremento no gozo dos direitos e protecção jurídica.
- v. Redução dos índices de corrupção e impunidade.
- vi. Melhoria na eficiência e eficácia da administração pública.
- vii. Desenvolvimento local e redução de iniquidades regionais.

4.3 Principais Indicadores e Metas

1. Indicador ₁ : Estabilidade Política e ausência de violência / terrorismo (pontos 0 à 100).	<i>Meta: Aumentar os pontos da percepção da estabilidade política e ausência de violência/terrorismo de 11.3 para 63.4.</i>
2. Indicador ₂ : Voz e responsabilidade, (pontos 0 à 100).	<i>Meta: Aumentar a percepção Voz e responsabilidade de 31.4 pontos para 63.5 pontos.</i>
3. Indicador ₃ : Estado de Direito, (pontos 0 à 100).	<i>Meta: Aumentar a percepção sobre o Estado de Direito de 15.9 pontos para 54.5 pontos.</i>
4. Indicador ₄ : Eficácia Governamental, (pontos 0 à 100).	<i>Meta: Aumentar a percepção sobre a eficácia governamental de 22.6 pontos para 56.9 pontos.</i>
5. Indicador ₅ : Qualidade de Regulação, (pontos 0 à 100).	<i>Meta: Aumentar a percepção sobre a qualidade de regulação de 24.5 pontos para 58.6 pontos.</i>
6. Indicador ₆ : Controle da Corrupção, (pontos 0 à 100).	<i>Meta: Aumentar a percepção sobre o controle da corrupção de 15.9 pontos para 42 pontos.</i>
7. Indicador ₇ : Taxa de Resolução de processos judiciais.	<i>Meta: Aumentar a taxa de resolução de processos judiciais de 62.0% para 100%.</i>
8. Indicador ₈ : Tempo de resolução de litígio (em meses).	<i>Meta: reduzir o tempo de resolução de litígio de 6 meses para 3 meses.</i>
9. Indicador ₉ : Grau de satisfação dos utentes com a qualidade de serviços prestados pela administração pública (escala de 0 à 10).	<i>Meta: Aumentar o grau de satisfação de 2.9 para 5.3.</i>
10. Indicador ₁₀ : População abrangida por serviços de comunicação social (%).	<i>Meta: Aumentar percentagem da população abrangida pelos serviços de comunicação social de 22%. Para 40.2%.</i>

4.4 Programas prioritários:

Programa 4.4.1 - Defesa Nacional, Segurança Interna e do Estado:

151. O objectivo do programa é garantir a unidade nacional, defesa e segurança da população, protegendo a integridade territorial e os recursos naturais do País. As Infraestruturas sólidas de defesa e segurança são cruciais para a estabilidade e soberania nacional, prevenindo ameaças internas e externas e promovendo a coesão social. A implementação destas acções prioritárias garantirá a integridade territorial, promoverá a coesão social e reforçará a soberania nacional, contribuindo para um ambiente seguro e estável, essencial para o desenvolvimento sustentável do país.
152. Dentre as acções prioritárias destacam-se: (i) o fortalecimento das instituições de defesa e segurança, (ii) a melhoria da capacidade de defesa e protecção de fronteiras, (iii) a promoção da integração nacional e coesão social, (iv) a educação e conscientização da população sobre a importância da soberania nacional, (v) a prevenção e combate a ameaças internas e externas, incluindo segurança cibernética e protecção de recursos naturais e (vi) prevenir e combater o extremismo violento e crimes transnacional.

Programa 4.4.2 - Democracia e participação

153. O objectivo do programa é fortalecer a democracia e promover a participação activa da população nas decisões políticas, garantindo transparência, prestação de contas e inclusão social. Uma democracia robusta e participativa é essencial para a estabilidade política e o desenvolvimento sustentável, garantindo os direitos humanos e promovendo a cidadania.
154. Das acções prioritárias destacam-se: (i) o aprimoramento das instituições democráticas, (ii) incremento da participação de actores não governamentais incluindo os da sociedade civil, organizações religiosas, comunidade local, do sector privado e outros nos processos relevantes de tomada de decisão, (iii) o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, (iv) a transparência e prestação de contas, (v) o diálogo entre governo e sociedade civil, e (vi) a aapacitação de líderes comunitários e conscientização dos cidadãos.

Programa 4.4.3 – Reforma e Modernização da Administração pública

155. Tem como principal objectivo promover mudanças significativas na estrutura, funcionamento e cultura da administração pública, com vista a torna-la mais eficiente, transparente, responsiva e orientada para resultados, abrangendo todas as esferas do Governo.
156. Dentre as suas acções prioritárias destacam-se: (i) a simplificação e racionalização de procedimentos administrativos, (ii) o desenvolvimento de sistemas de informação integrados, (iii) a capacitação e desenvolvimento de recursos humanos e a capacitação formativa das Instituições de formação em Administração Pública. (iv) a promoção da transparência e prestação de contas, (v) o incentivo à participação cívica e colaboração com a sociedade civil, e (vi) a inovação e adoção de boas práticas de gestão.

Programa 4.4.4 – Descentralização e Desconcentração Administrativa e financeira

157. O objectivo é fortalecer o processo de descentralização administrativa e financeira para promover o desenvolvimento regional equilibrado e uma governação mais eficaz e responsiva. A descentralização administrativa e financeira é fundamental para a prestação de serviços públicos eficientes e adaptados às necessidades locais, promovendo o crescimento económico e social em todas as regiões.
158. Das acções prioritárias destacam-se: (i) o fortalecimento das capacidades institucionais das autarquias locais, (ii) a promoção da participação da comunidade na tomada de decisões e gestão local, (iii) o desenvolvimento de políticas descentralizadas de prestação de serviços públicos, (iv) a melhoria da gestão financeira e alocação de recursos, e (v) a melhoria da eficiência e transparência na gestão de recursos públicos locais.

Programa 4.4.5- Reforço a Prevenção e o Combate à corrupção, ao crime económico e financeiro

159. O objectivo é fortalecer os esforços de combate a actividades ilegais que afetam a economia, o sistema financeiro e a integridade da administração pública, promovendo um ambiente de integridade e transparência. O combate à corrupção e ao crime económico é essencial para o desenvolvimento económico sustentável, a proteção dos recursos públicos e a promoção de um ambiente de negócios justo e transparente.

160. Dentre as acções prioritárias destacam-se: (i) o reforço das instituições responsáveis pela aplicação da lei e justiça, (ii) o aprimoramento das leis e regulamentações relacionadas ao combate ao crime económico e à corrupção, (iii) reforçar o quadro institucional de gestão e transparencias, (iv) a sensibilização da população sobre os danos causados por esses crimes, (v) o desenvolvimento de mecanismos de prevenção e detecção precoce, e (vi) a cooperação internacional no combate a esses crimes.

Programa 4.4.6 – Cooperação:

161. O objectivo é fortalecer parcerias entre governo e parceiros nacionais e internacionais para promover o desenvolvimento socioeconómico sustentável e inclusivo. A cooperação é essencial para mobilizar recursos e conhecimentos necessários para enfrentar desafios socioeconómicos complexos e promover o desenvolvimento sustentável.
162. Das acções prioritárias destacam-se: (i) o apoio à implementação de políticas públicas e projectos prioritários, (ii) o estabelecimento de acordos de cooperação em diversas áreas, (iii) o fortalecimento das capacidades institucionais e humanas dos parceiros de cooperação, (iv) a promoção da transparência, responsabilidade e eficiência na gestão de recursos, e (v) Enfrentar em conjunto os desafios globais e reforço a diplomacia económica.

Pilar V. Sustentabilidade Ambiental, Mudanças Climáticas e Economia Circular

163. O pilar de Sustentabilidade Ambiental, Mudanças Climáticas e Economia Circular concentra-se na promoção de uma abordagem integrada que inclua os princípios da economia azul e da economia verde, visando alcançar um desenvolvimento sustentável. Esta abordagem assegura que os ecossistemas naturais, a biodiversidade bem como a diversidade genética e os processos ecológicos associados sejam protegidos e preservados, os recursos sejam utilizados de forma eficiente, os resíduos sejam reduzidos e valorizados, e os produtos sejam projectados para serem reutilizados, reparados e reciclados. Igualmente, o pilar enfatiza a necessidade de fortalecer a adaptação e gestão dos riscos climáticos, garantindo a capacidade de preparação, resposta e recuperação a eventos adversos, bem como a mitigação e desenvolvimento de baixo carbono.

164. O objectivo é garantir a protecção do meio ambiente, promover a biodiversidade, promover o uso sustentável dos recursos naturais, mitigar os impactos adversos da mudanças climáticas e estabelecer uma economia resiliente e inclusiva, em harmonia com os limites ambientais.

5.1 Objectivos estratégicos do Pilar:

- i. Promover a gestão sustentável dos recursos naturais e a transição para a economia circular, incentivando a redução, reutilização e reciclagem de materiais, assegurando o uso responsável dos recursos naturais;
- ii. Promover a transição justa baseado em princípios de equidade, justiça social, transparência e respeito pelos direitos dos trabalhadores e comunidades afectadas;
- iii. Estimular a renovação dos padrões de pesca e aquicultura, reciclagem de navios, desmantelamento de plataformas offshore, energias renováveis no mar que também contribuirão no processo de fornecimento de energia, turismo azul, transporte marítimo, biotecnologia azul, entre outros;
- iv. Estimular práticas sustentáveis nas indústrias (*offshore, deep offshore e onshore*) e sectores produtivos, promovendo a eficiência energética, a redução de perdas e do uso responsável dos recursos naturais;
- v. Promover um desenvolvimento nacional integrado e resiliente às mudanças climáticas e reduzir a vulnerabilidade das pessoas e comunidades aos vectores de transmissão de doenças associadas às mudanças climáticas, do capital natural e edificado;
- vi. Aperfeiçoar a coordenação intersectorial dos grandes investimentos, nomeadamente os relacionados com a extracção de minerais, produção de hidrocarbonetos e de energias renováveis, faixa costeira e terrestre, espaço marítimo e águas interiores e, particularmente, nas áreas de maior de ocorrência de ecossistemas sensíveis;
- vii. Fortalecer as capacidades técnicas e institucionais para a gestão ambiental e a promoção da economia circular e aceder a fontes adicionais de financiamento climático de iniciativas orientadas para o desenvolvimento sustentável;

- viii. Promover a resiliência climática e práticas adaptativas em sectores-chave como agrário (agricultura, florestas, pecuária e pescas), energético (*offshore e onshore*) e transportes, para enfrentar as mudanças climáticas;
- ix. Promover um desenvolvimento de baixo carbono através de investimentos em tecnologias limpas e sustentáveis para redução das emissões de gases de efeito estufa;
- x. Promover a educação ambiental e consciencialização pública, envolvendo a sociedade civil, empresas e instituições na adopção de práticas sustentáveis e na valorização da economia circular;
- xi. Fomentar parcerias e cooperação regional e internacional para gestão sustentável dos recursos naturais incluindo a promoção da conservação do maneiro sustentável de florestas e mercados de carbono bem como a troca de conhecimentos, tecnologias e boas práticas em economia circular aliado a azul e verde;
- xii. Monitorar e avaliar regularmente o progresso os resultados das acções implementadas, visando o aprimoramento contínuo das práticas de desenvolvimento sustentável;
- xiii. Reforçar o sistema de aviso prévio e a capacidade institucional para preparação perante iminentes eventos climáticos extremos e as operações de socorro durante e depois da ocorrência de choques.

5.2 Espera-se os seguintes resultados:

- i. Preservação dos recursos naturais;
- ii. Redução das emissões de gases de efeito estufa incluindo a poluição do ar através da gestão sustentável de habitats, dos resíduos urbanos e industriais;
- iii. Fortalecimento da resiliência ambiental, de adaptação incluindo a redução dos impactos dos desastres naturais e mitigação dos gases de efeito de estufa;
- iv. Aumento da eficiência na matriz energética através da transição energética justa;
- v. Minimização da geração de resíduos;
- vi. Promoção do uso sustentável dos recursos no oceano e costas;
- vii. Promoção da economia circular (reciclagem e reutilização) aliadas a economia azul e verde;

- viii. Redução da ocorrência e morbidade por doenças de origem hídrica com destaque para cólera e malária;
- ix. Redução dos impactos das perdas e danos resultante dos ciclones tropicais e de outros eventos extremos, da subida do nível das águas do mar, erosão costeira particularmente nas zonas costeiras e nas infraestruturas turísticas.

5.3 Principais Indicadores e Metas

1. Indicador ₁ : Planos de Estrutura Urbana Elaborados.	<i>Meta: desenvolver planos de estrutura urbana de 2 para 10.</i>
2. Indicador ₂ : Hectares de terra recuperada (ha).	<i>Meta: aumentar os hectares de terra recuperada de 181,213. Ha para 220,265.5 ha.</i>
3. Indicador ₃ : Áreas com cartas topográficas actualizadas Km ² .	<i>Meta: aumentar as áreas com cartas topográficas actualizadas de 30,000.0 Km² para 50,188.9 km².</i>
4. Indicador ₄ : Índice de Desempenho Ambiental, (pontos 0 à 100).	<i>Meta: aumentar a pontuação do índice de Desempenho Ambiental de 31.7 pontos para 59.9 pontos.</i>
5. Indicador ₅ : Vitalidade do ecossistema, (pontos de 0 à 100).	<i>Meta: Aumentar a pontuação sobre a vitalidade do ecossistema de 44.5 pontos para 64.1 pontos.</i>
6. Indicador ₆ : Mudanças climáticas, (pontos de 0 à 100).	<i>Meta: aumentar a pontuação relativa as mudanças climáticas de 19.3 pontos para 67.3 pontos.</i>
7. Indicador ₇ : Saúde Ambiental, (pontos de 0 à 100).	<i>Meta: Aumentar a pontuação de saúde ambiental de 28.3 pontos para 48.4 pontos.</i>
8. Indicador ₈ : Nível de adulteração de combustíveis líquidos (%).	<i>Meta: Reduzir o nível de adulteração de combustíveis de 40% para 20.4%.</i>
9. Indicador ₉ : Capacidade de previsão e resposta a eventos extremos, cheias e secas, (nº de dias).	<i>Meta: reduzir o número de dias de previsão e resposta a eventos extremos de 5 dias para 2 dias.</i>
10. Indicador ₁₀ : Participação de empresas e instituições em programas de economia circular e sustentabilidade, (em %).	<i>Meta: aumentar para 35%.</i>

5.4 Programas prioritários:

Programa 5.4.1 – Gestão Ambiental

165. É uma componente essencial da Estratégia Nacional de Desenvolvimento, com foco na promoção, gestão eficiente e sustentável, da conservação, da biodiversidade, dos recursos naturais e das zonas de recarga de aquíferos visando minimizar os impactos ambientais e incentivar práticas sustentáveis na exploração desses recursos.
166. Para alcançar esse objectivo, o programa concentra-se em:
- i. A conservação e gestão dos ecossistemas e da biodiversidade, bem como a diversidade genética e processos ecológicos associados.
 - ii. A gestão de recursos hídricos, através do desenvolvimento de programas para proteger bacias hidrográficas e garantir a disponibilidade de água de qualidade.
 - iii. A gestão florestal e marinha sustentável, promovendo práticas responsáveis de exploração florestal e marinha, e a implementação de programas de reflorestamento.
 - iv. A gestão de resíduos e poluição, através do desenvolvimento de políticas e estratégias para promover a redução, reutilização e reciclagem de resíduos.
 - ix. Os benefícios esperados incluem a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais, a gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais, e a redução da poluição.
 - x. O programa também inclui medidas de adaptação às mudanças climáticas, como a proteção de ecossistemas costeiros e o reflorestamento de áreas degradadas, visando aumentar a resiliência dos ecossistemas aos impactos das mudanças climáticas.
 - xi. Por fim, realiza-se uma forte componente de educação ambiental e engajamento comunitário, com o objectivo de sensibilizar a população sobre a importância da conservação dos recursos naturais e promover a participação das comunidades locais no processo de planeamento territorial e na implementação de projectos de conservação e desenvolvimento sustentável.

Programa 5.4.2: Mudanças Climáticas e Gestão de Desastres

167. O programa de Mudanças Climáticas e Gestão de Desastres é multidisciplinar e colaborativa, que requer a participação de diferentes actores, incluindo o sector público, , sector privado, organizações da sociedade civil e comunidades locais, para garantir uma resposta eficaz e coordenada diante de situações de emergência que podem afectar a condições socioeconómicas do País.
168. Este programa tem como objectivo principal fortalecer a resiliência do País aos impactos adversos da ocorrência de desastres e mudanças climáticas, através de medidas específicas e coordenadas, reduzindo a vulnerabilidade face aos desastres que afectam as comunidades e infraestruturas, através da promoção de desenvolvimento de uma economia verde e de baixas emissões do carbono.
169. Para alcançar o seu objectivo, o programa concentrar-se-à em:
- i. Avaliação de Riscos Climáticos, através de Realização de estudos abrangentes para identificar e avaliar os principais riscos e vulnerabilidades do País às mudanças climáticas, considerando diferentes sectores e regiões geográficas. E, Mapeamento de áreas e populações mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, incluindo áreas costeiras susceptíveis a inundações, regiões propensas a secas e desertificação, e comunidades expostas a eventos climáticos extremos.
 - ii. Desenvolvimento de Estratégias de Adaptação integradas, que identifiquem medidas específicas para reduzir os impactos das mudanças climáticas em diferentes sectores, como agricultura, recursos hídricos, saúde pública, infraestrutura e ecossistemas naturais. E, definição de prioridades de adaptação com base na análise de riscos climáticos e na consulta a partes interessadas e comunidades afectadas.
 - iii. Implementação de Medidas de Adaptação, através de implementação de medidas práticas e concretas de adaptação, incluindo a construção de infraestrutura resistente a eventos climáticos extremos, o desenvolvimento de sistemas de irrigação e gestão de água para enfrentar secas e inundações, e a promoção uso de tecnologias limpas e sustentáveis. E, Integração das

considerações de adaptação às mudanças climáticas em políticas, programas e projectos de desenvolvimento em todos os níveis e sectores relevantes.

- iv. Estabelecimento de sistemas de monitoria e avaliação para acompanhar o progresso na implementação das medidas de adaptação e avaliar sua eficácia e impacto na redução dos riscos climáticos. E, revisão periódica das estratégias de adaptação com base em novas informações científicas, mudanças nas condições climáticas e lições aprendidas com a implementação.
- v. Coordenação e Parcerias, através da promoção da coordenação e colaboração entre diferentes sectores governamentais, academia sociedade civil, sector privado, e comunidades locais para garantir uma abordagem integrada e colaborativa na gestão de desastres e adaptação as mudanças climáticas. E, estabelecimento de parcerias estratégicas com organizações regionais e internacionais para compartilhar conhecimentos, recursos e melhores práticas em adaptação climática.

Programa 5.4.3 - Economia Circular

170. Tem como objectivo promover um modelo económico mais sustentável e inclusivo, baseado na redução, reutilização e reciclagem de materiais, visando minimizar o impacto ambiental e maximizar a eficiência no uso de recursos naturais. Para alcançar esse objectivo o programa visa estabelecer políticas estratégicas e quadro regulador e parcerias para a promoção de iniciativas de gestão e valorização de resíduos.

171. Este programa se concentra em:

- i. Promoção de Práticas Sustentáveis: Incentivar a adopção de práticas de produção, consumo e descarte que maximizem a eficiência dos recursos e minimizem o desperdício;
- ii. Estímulo à Reutilização e Reciclagem: Implementar políticas e incentivos para aumentar a reutilização de produtos e materiais, bem como promover a reciclagem e o reaproveitamento de resíduos;
- iii. Estabelecimento de mecanismo de humanização e dignificação dos processos de segregação e valorização dos resíduos;

- iv. Desenvolvimento de Cadeias de Valor Sustentáveis: Fomentar o desenvolvimento de cadeias de valor circulares, onde os subprodutos de um processo são utilizados como insumos em outros, reduzindo assim a necessidade de novos recursos.
- v. Educação e Sensibilização: Realizar campanhas de conscientização e programas educacionais para informar e envolver a população sobre os princípios e benefícios da economia circular.
- vi. Inovação e Pesquisa: Investir em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias inovadoras que facilitem a transição para uma economia circular e promovam a sustentabilidade em todos os sectores.
- vii. Colaboração e Parcerias: Estabelecer parcerias com o sector privado, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas para criar sinergias e impulsionar a adoção de práticas circulares em toda a economia.

IX. MECANISMO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA

9.1. Operacionalização

172. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento é um instrumento de planificação e orçamentação a longo prazo que tem como objectivo orientar o desenvolvimento nacional através do alinhamento com os outros instrumentos de planificação.
173. Para garantir a efectiva implementação da ENDE, foi criada uma carteira de programas nacional que reflete os programas prioritários definidos na estratégia, para que haja uma articulação clara e consistente com os outros instrumentos de planificação e orçamentação. Através dessa carteira, foram estabelecidas as directrizes para a elaboração das estratégias sectoriais e territoriais, do Programa e Plano Quinquenal, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado, entre outros que poderão surgir.
174. Dessa forma, a carteira de programas nacional servirá como uma referência para a elaboração dos demais instrumentos de planificação e garantirá a coerência e o alinhamento de todas as directrizes e objectivos estabelecidos na ENDE. Conforme ilustra a figura abaixo, a articulação entre os principais instrumentos de planificação e orçamentação.

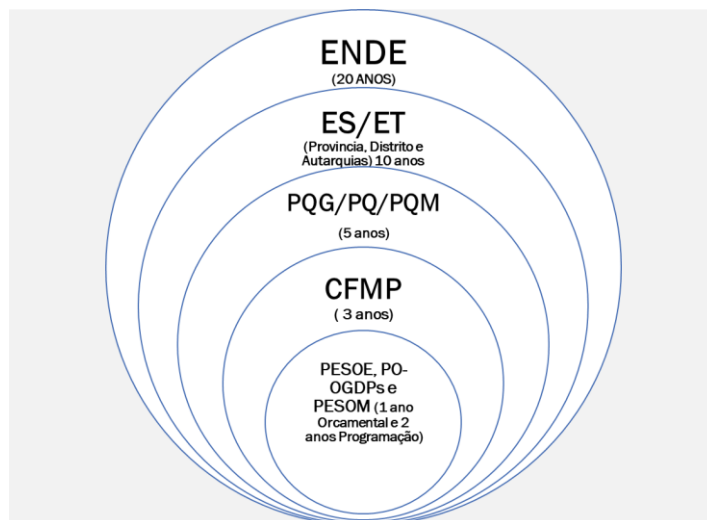


Gráfico 4: Articulação entre os principais Instrumentos de Planificação e orçamentação

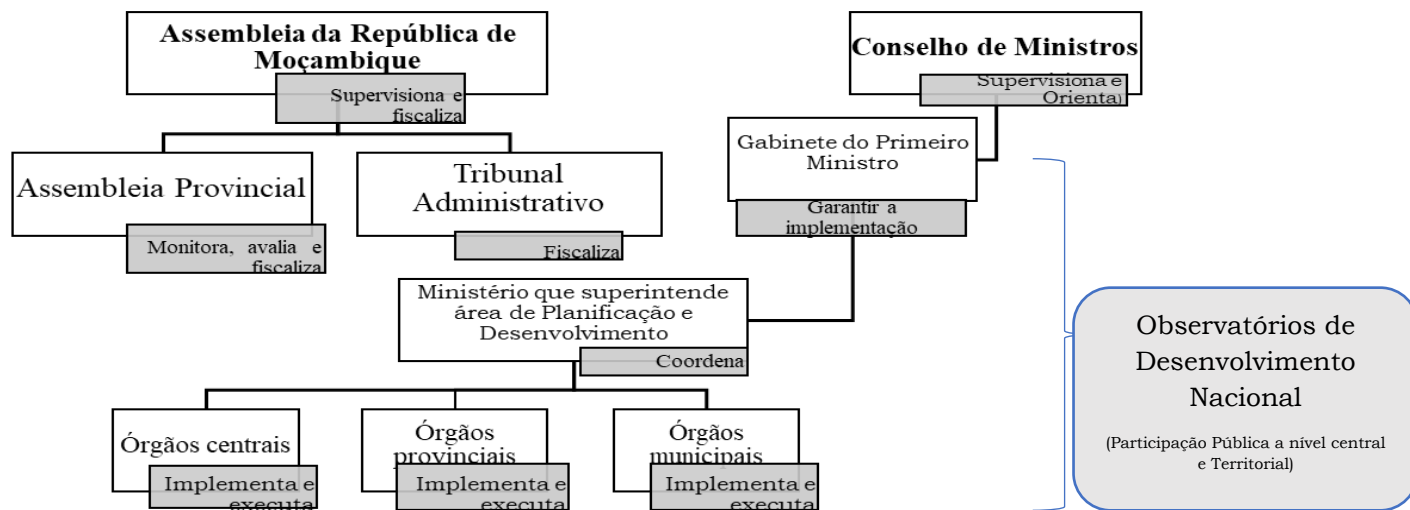
Fonte: MEF, 2024

175. Os Planos Estratégicos Sectoriais, Territoriais e Autárquicos definem os objectivos, as acções, os produtos e os resultados para o desenvolvimento nacional (no âmbito da responsabilidade sectorial) e dos territórios e dos municípios para um horizonte temporal de 10 anos, devendo alinhar a sua visão, missão, valores, princípios, objectivos, pilares, indicadores de resultado e as metas sectoriais e territoriais ao estabelecido na Estratégia Nacional.
176. O Programa, Planos Quinquenais e Planos Quinquenais dos Municípios definem as prioridades para o alcance do desenvolvimento Nacional, desenvolvimento do território e da autarquia, respectivamente, para um horizonte temporal de 5 anos. E devem estar alinhados à carteira de programas nacional criada para operacionalizar os objectivos e os pilares da Estratégia Nacional.
177. O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) define o quadro macroeconómico e fiscal do País, para um período de 3 anos e estabelece as metas fiscais para a materialização do Programa e Planos Quinquenais e dos Planos Estratégicos Sectoriais, Territoriais e Autárquicos alinhados à carteira de programas nacional que operacionaliza a ENDE.
178. O Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE), Plano e Orçamento dos Órgãos de Governação Descentralizada e o Plano Económico e Social e Orçamento Autárquico definem os principais objectivos económicos e sociais e de política financeira do Estado para o nível nacional, territorial e municipal respectivamente, para o período de 1 ano. Devem tomar como base a carteira de programas nacional, identificando a previsão das acções e os recursos necessários para a implementação do Programa e dos Planos.

9.2 Órgãos e Responsabilidades

179. Para viabilizar a implementação com sucesso da Estratégia Nacional de Desenvolvimento, é necessário assegurar o fortalecimento das estruturas de implementação, coordenação, supervisão e gestão, prestação de contas, monitoria e avaliação a todos níveis (central, provincial e distrital).

Gráfico 5: Órgãos e responsabilidades



180. **Conselho de Ministros**, presidido pelo Presidente da República, tem o papel de supervisionar e orientar a implementação da ENDE, garantindo que as políticas e acções implementadas estejam alinhadas aos objectivos estabelecidos na ENDE. Igualmente, caberá ao Conselho de Ministros a aprovação dos instrumentos de curto, médio e longo prazo necessários para a implementação da ENDE. Este órgão se reunirá a cada três meses, para avaliar o progresso, mediante os relatórios periódicos submetidos pelo Gabinete do Primeiro-Ministro sobre a implementação efectiva da ENDE, e efectuar os ajustes e actualizações a estratégia conforme necessário.

181. **O Ministério que superintende a área de Planificação e Finanças**, responsável pela coordenação e implementação da ENDE. Tem o papel de garantir a implementação efectiva da estratégia, através da coordenação interministerial da implementação da estratégia e garantir que as políticas e acções propostas estejam alinhadas com as metas e objectivos da ENDE. Igualmente, desempenhará o papel de mobilização de recursos financeiros para apoiar a implementação da estratégia, através da elaboração de orçamentos e da procura de financiamento externo ou parcerias público-privadas. E, deve ter em conta às acções em curso e às novas necessidades que possam surgir ao longo do tempo, adaptando sua atuação conforme necessário. Reporta sobre o processo,

progresso e estágio da implementação da ENDE ao Gabinete do Primeiro-Ministro.

182. Os órgãos centrais (áreas Ministeriais e Secretarias de Estado centrais), órgãos provinciais [Órgão de Representação do Estado Provincial (OREP) e Órgão de Governação Descentralizada Provincial (OGDP)] e órgãos municipais, presididos pelos superiores hierárquicos, são responsáveis pela implementação e execução técnica das estratégias e programas previstos na ENDE, prestação de contas e fornecimento de informações sobre o nível de execução e das metas alcançadas periodicamente (trimestralmente, semestralmente, anualmente, quinquenalmente, balanço de meio-termo e balanço final). Seu papel inclui a identificação de desafios e oportunidades em suas áreas de actuação e propôr iniciativas que promovam o desenvolvimento económico e social sustentável do País, alinhadas aos objectivos da estratégia. São também responsáveis pela monitoria e avaliação regular do progresso da implementação de suas iniciativas e por reportar ao coordenador interministerial ou intersectorial (para abranger as Secretarias de Estado Centrais) da ENDE. Igualmente, devem estar envolvidos em parcerias público-privadas, investimentos e outras formas de cooperação para alcançar os objectivo da Estratégia Nacional de desenvolvimento.
183. **Observatório de Desenvolvimento Nacional**, é o mecanismo de participação para diálogo e convergência de ideias entre as partes interessadas no processo de desenvolvimento nacional, incluindo, entre outros, representantes do governo, sector privado, parceiros nacionais e internacionais, organizações não governamentais e sociedade civil. O fórum tem como objectivo identificar desafios e oportunidades em áreas de actuação e propor iniciativas alinhadas aos objectivos da Estratégia Nacional.
184. **Assembleia da República**, é responsável pela supervisão e fiscalização na implementação da ENDE, garantindo que a ENDE esteja alinhada aos interesses nacionais e que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e eficaz para promover o desenvolvimento económico e social do País, especialmente no que diz respeito à execução do orçamento nacional e à avaliação das políticas públicas implementadas pelo governo.

185. **Assembleia Provincial**, é responsável por fiscalizar, monitorar e avaliar a implementação da ENDE em nível provincial e garantir que as metas e os objectivos da ENDE estejam a ser alcançados, salvaguardando os interesses da população na província, em suporte à Assembleia da República, segundo o princípio da subsidiariedade.
186. **Assembleia Municipal**, é responsável por fiscalizar, monitorar e avaliar a implementação da ENDE ao nível do município e garantir que as metas e os objectivos da ENDE estejam a ser alcançados, salvaguardando os interesses da população no município, em suporte à Assembleia da província, segundo o princípio da subsidiariedade.
187. **Tribunal Administrativo**, órgão responsável pelo controlo da legalidade dos actos administrativos e da aplicação das normas regulamentares emitidas pela Administração Pública que fiscaliza a legalidade das despesas públicas e a respectiva efectivação da responsabilidade por infracção financeira. É ainda responsável pelo controle da implementação e execução dos instrumentos de operacionalização de curto, médio e longo prazo da ENDE, visando garantir o alcance das metas estabelecidas na estratégia. Igualmente, garante a transparência e a legalidade na execução das acções previstas na ENDE.

9.3. Financiamento e a Estimativa indicativa do Custo da ENDE

188. O financiamento ao desenvolvimento é crucial para a implementação bem-sucedida da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE). A abordagem de financiamento da ENDE envolve a mobilização de recursos financeiros de diversas fontes, combinando tanto métodos convencionais quanto inovadores. Esta combinação de fontes de financiamento e uma alocação estratégica são essenciais para atingir os objectivos estratégicos definidos pelo Governo.
189. A eficiência e a sustentabilidade e no uso desses recursos são fundamentais para assegurar um progresso contínuo e a estabilidade económica a longo prazo. O Governo assegurará que esses recursos sejam geridos de maneira responsável e transparente, garantindo que sejam aplicados de forma eficaz para promover o desenvolvimento sustentável e equilibrado do País.

9.3.1. Fontes de Financiamento da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE)

190. Para financiar os pilares da ENDE, diversas fontes serão mobilizadas:

- i. **Receitas Públicas:** A arrecadação de impostos e outras receitas fiscais serão cruciais para cobrir uma parte significativa dos custos.

Arrecadação de Impostos e Outras Receitas Fiscais:

- **Impostos Diretos e Indiretos:** A base de receitas públicas será ampliada por meio da arrecadação de impostos directos (como o Imposto de Renda) e indirectos (como o IVA). O fortalecimento do sistema tributário e a implementação de reformas fiscais visam aumentar a eficiência e a eficácia na cobrança de impostos.
- **Taxas e Contribuições:** Além dos impostos, taxas e contribuições diversas serão ajustadas para refletir melhor os serviços prestados pelo governo, contribuindo para uma arrecadação mais robusta.
- **Melhoria na Administração Tributária:** A modernização dos sistemas de administração tributária e o fortalecimento da fiscalização ajudarão a combater a evasão fiscal e aumentar a receita.
- **Gestão das Receitas dos Recursos Naturais:** As receitas provenientes dos recursos naturais, como petróleo e gás, serão geridas de acordo com a Lei do Fundo Soberano, garantindo que sejam usadas de maneira sustentável e inclusiva.

Estas fontes são fundamentais para financiar serviços públicos essenciais e projectos prioritários da ENDE.

- ii. **Empréstimos e Financiamento Externo**

Instituições Financeiras Internacionais e Organizações Multilaterais:

- **Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI):** Estas instituições oferecerão empréstimos a condições favoráveis para financiar grandes projectos de infraestrutura e programas sociais.
- **Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e outras organizações regionais:** O BAD, junto com outras instituições financeiras regionais, fornecerá apoio financeiro para projectos de desenvolvimento específicos do contexto africano.
- **Agências de Cooperação Internacional:** Organizações como a Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID) e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) oferecerão financiamento e assistência técnica para projectos de desenvolvimento.

- **Linhas de Crédito e Financiamento a Longo Prazo:** Através de acordos com países e blocos económicos parceiros, como a União Europeia, o país poderá acessar linhas de crédito e financiamentos de longo prazo para sustentar grandes investimentos.

Estes empréstimos e financiamentos externos são vitais para alavancar grandes projectos e aliviar a pressão sobre os recursos internos.

iii. **Parcerias Público-Privadas (PPP)**

Colaboração com o Sector Privado:

- **Comparticipação de Recursos e Riscos:** Em projectos de infraestrutura de grande escala, como rodovias, portos e aeroportos, as PPPs permitem que o sector privado invista capital, compartilhe riscos e traga expertise, enquanto o governo mantém um papel regulador e de facilitador.
- **Acelerando o Desenvolvimento de Infraestrutura:** As PPPs ajudam a acelerar o desenvolvimento de infraestrutura crítica, que de outra forma dependeria exclusivamente do financiamento público.
- **Eficiência e Inovação:** A participação do sector privado pode trazer mais eficiência e inovação para a gestão e operação de serviços públicos.
- **Modelo de Concessões e Contratos de Parceria:** Estes modelos serão utilizados para atrair investimentos privados em projectos de utilidade pública e infraestrutura.

As PPPs são essenciais para complementar o financiamento público e garantir a execução eficiente dos projectos de infraestrutura prioritários.

iv. **Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE)**

Atração de Capital Estrangeiro:

- **Incentivos para Investidores Estrangeiros:** O Governo implementará políticas e incentivos para atrair investidores estrangeiros, facilitando o fluxo de capital para sectores estratégicos como manufatura, tecnologia e energia.
- **Zonas Económicas Especiais:** A criação de zonas económicas especiais com regimes fiscais favoráveis atrairá investimentos em áreas específicas, promovendo o desenvolvimento regional.
- **Estabilidade e Segurança Jurídica:** Proporcionar um ambiente estável e seguro, com garantia de respeito aos contratos e proteção dos investimentos, será fundamental para atrair e manter investidores estrangeiros.
- **Transferência de Tecnologia e Know-how:** Para além do capital financeiro, o IDE traz consigo tecnologia avançada e conhecimentos que podem impulsionar o crescimento e a competitividade dos sectores locais.
- Os investimentos diretos estrangeiros são uma fonte importante de financiamento que também promovem a transferência de tecnologia e a criação de empregos.

v. Financiamento Nacional e Internacional

Bancos de Desenvolvimento e Fundos de Cooperação:

- **Bancos de Desenvolvimento Nacionais:** Instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) oferecerão financiamento para projectos que promovem o desenvolvimento económico e social em áreas prioritárias.
- **Bancos Multilaterais de Desenvolvimento:** O Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e outros bancos multilaterais que fornecem apoio financeiro para grandes projectos de desenvolvimento e infraestrutura.
- **Fundos de Cooperação Internacional:** Fundos como o Fundo Global para o Desenvolvimento (GGD) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) que apoiam iniciativas de desenvolvimento sustentável e combate à pobreza.
- **Microfinanciamento e Financiamento Comunitário:** Programas de microfinanciamento que ajudam a financiar pequenos empreendedores e projectos comunitários, promovendo o desenvolvimento económico local.

Estas instituições e fundos oferecem recursos financeiros críticos que ajudam a implementar projectos de desenvolvimento de alto impacto.

vi. Gestão de Despesas como Fonte de Financiamento

A gestão eficaz das despesas não apenas melhora a eficiência do uso dos recursos disponíveis, mas também pode ser vista como uma fonte de financiamento indireta para a ENDE. Ao otimizar as despesas, é possível liberar recursos financeiros adicionais que podem ser redirecionados para prioridades estratégicas. A seguir, detalha-se como pode ser alcançado.

Eficiência Operacional e Alocativa

- **Revisão de Processos e Procedimentos:** Implementar uma revisão completa dos processos e procedimentos institucionais para identificar áreas de ineficiência e oportunidades de economia. Podendo resultar na simplificação de processos administrativos e a eliminação de redundâncias.
- **Foco em Áreas Prioritárias:** Redireccionar recursos de áreas menos críticas ou onde a eficiência pode ser aumentada para sectores e projectos prioritários. Podendo garantir que cada unidade de recurso seja usada da maneira mais eficaz possível para apoiar os objectivos da ENDE.
- **Redução de Desperdícios:** Adoptar práticas de gestão focada em melhorar a eficiência para minimizar desperdícios em todas as operações institucionais. Sendo necessário a implementação de tecnologias de monitoria para detectar e corrigir rapidamente ineficiências.

- **Racionalização de Gastos:** Analisar e racionalizar os gastos operacionais, como custos administrativos e de manutenção, para garantir que cada despesa contribua directamente para o alcance dos objectivos estratégicos.

Estas acções não só liberam recursos financeiros adicionais, mas também promovem uma cultura de eficiência dentro do Governo, permitindo que os fundos economizados sejam reinvestidos em áreas que geram maior valor para a ENDE.

9.3.2. Mecanismos de Alocação de Recursos

191. A alocação de recursos será baseada em uma combinação de mecanismos, incluindo:

- **Orçamento Público:** Priorizando investimentos alinhados com os objectivos da ENDE;
- **Fundos de Desenvolvimento Específicos:** Direcionando recursos para áreas prioritárias;
- **Incentivos Fiscais e Subsídios:** Estimulando investimentos em sectores estratégicos.

i. Estimativa de Custos por Pilar e Fase de Implementação

192. A seguir, apresenta-se uma matriz resumo que detalha a estimativa indicativa de custos para cada um dos cinco pilares da ENDE de implementação:

Estimativas indicativas do financiamento da ENDE 2025-2044

Pilares	Descricao	MZN Milhões	USD Milhões
		2025-2044	2025-2044
Pilar I	Transformação Estrutural de Economia	11,283,431,714	176,579,526
PilarII	Transformação Social e Demografica	1,528,824,769	23,925,270
Pilar III	Infraestrutura, Organização e Ordenamento Territorial	1,580,288,585	24,730,651
Pilar IV	Governacao, Paz e Segurança	1,364,647,435	21,355,985
Pilar V	Sustentabilidade Ambiental, Mudanças climáticas e Economia Circular	1,090,255,225	17,061,897
Total Geral		16,847,447,728	263,653,329

Fonte: MEF, QM, 2024

193. O investimento ao desenvolvimento, respeitará o financiamento por pilar. [As estimativas indicativas de financiamento](#) ao desenvolvimento para os

20 anos poderá ser de 16,8 mil bilhões de Meticais correspondentes a USD 263,7 mil milhões.

9.4. Monitoria e Avaliação

194. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento prevê a realização de monitoria e avaliação constante para acompanhar o progresso da implementação e por forma a medir o impacto das acções através de indicadores e metas de resultado. Este exercício permitirá fornecer informações relevantes sobre a implementação da ENDE, identificar obstáculos e efectuar ajustes necessários para garantir o sucesso da estratégia.
195. Para garantir a efectividade da monitoria e avaliação, serão utilizados os instrumentos do Subsistema de Monitoria e Avaliação do SISTAFE, bem como os relatórios do Instituto Nacional de Estatística. A monitoria e avaliação serão realizadas à nível nacional, provincial, distrital, autárquico e escalões inferiores da administração pública, através da matriz de indicadores de desenvolvimento nacional. As realizações serão acompanhadas a nível de resultados e impacto, no curto, médio e longo prazo.
196. Em termos de periodicidade de monitoria e avaliação prevê-se realizar:
- i. Anualmente através do Balanço de Execução e de Implementação do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado;
 - ii. Avaliação intercalar de cinco (5) em cinco anos, com o objectivo de verificar até que ponto os principais objectivos e metas estão a ser alcançados com sucesso e efectuar os ajustes necessários;
 - iii. Avaliação no final do período da implementação da estratégia, com a finalidade de avaliar o sucesso dos objectivos e metas, tal como foram estabelecidos na ENDE.
197. A monitoria e avaliação é efectuada através da matriz de indicadores de desenvolvimento nacional que reflete os resultados para o alcance da visão e os objectivos da ENDE, subdivididos por pilares, nas suas dimensões nacional e internacional. Esses indicadores são reportados pelo Instituto Nacional de Estatísticas e pelas instituições e agências internacionais. No entanto, serão identificados outros indicadores (produto) sujeitos a metas específicas definidas pelos órgãos de

implementação alinhados aos indicadores principais da matriz de desenvolvimento nacional, com a finalidade de acompanhar a análise do processo e progresso do desenvolvimento nacional.

198. *Importa referir que*, a seleção dos indicadores privilegiou o critério de disponibilidade e monitorabilidade da informação. Dada a limitação de disponibilidade de dados estatísticos (particularmente dos sectores), alguns dos indicadores utilizados são insuficientes em termos reflectir as ambições apresentadas pela estratégia. Contudo, dado que a ENDE é um documento rolante, a expectativa é que novos indicadores possam surgir ao longo do tempo e possam ser inseridos na actualização da estratégia.

9.5 Riscos e medidas de mitigação

199. Estratégia assenta-se na expectativa de um crescimento médio optimista de 9.2% até 2044, entretanto, a mesma não está isenta a riscos e depende de uma série de factores que incluem: a melhoria sustentada das condições de segurança no norte, a retoma dos projectos de GNL, ambos com riscos inerentes.
200. Adicionalmente aos riscos descritos, foram seleccionados outros riscos a partir da sua severidade e probabilidade de ocorrência, acompanhados por suas respectivas medidas de mitigação conforme detalhado a seguir:

- i. **Risco da fraca consolidação do equilíbrio fiscal** pode resultar da dinâmica da economia nacional e internacional, o que pode culminar no ajuste dos principais pressupostos e na modificação da postura da política fiscal a longo prazo. Na vertente do crescimento económico, o risco assenta-se num desempenho reduzido dos sectores económicos aliado a **incertezas ligadas à vulnerabilidade do país** a choques climáticos cada vez mais frequentes e intensos, associada ao extremismo violento na região norte e à volatilidade do preço do petróleo no mercado internacional, impactando negativamente nas receitas do Estado que pode implicar num aumento do défice orçamental e conduzir o aumento do endividamento público, aumento da carga tributária e no último caso a insolvência.

Como medida de mitigação prevê-se a implementação e adopção contínua de políticas fiscais responsáveis, que promovam a transparência nas contas públicas, que busquem o equilíbrio orçamental a longo prazo e **implementação de reformas estruturais para garantir a**

sustentabilidade das finanças públicas; o estímulo ao aumento da produtividade nos sectores económicos e promoção do debate público sobre a necessidade de reformas estruturais (tributária, previdencial e administrativa); maior estímulo ao investimento no país.

- ii. **Risco da fraca diversificação da economia** (industrialização, produção, produtividade, tecnologia e inovação) podem resultar da dependência dos recursos naturais, fraco desempenho agrário como fonte de matéria prima para a indústria pode perpetuar a importação de matérias-primas elevando os custos de produção e reduzindo a competitividade e desempenho da indústria nacional, barreiras estruturais e regulatórias, investimento insuficiente na pesquisa, na tecnologia, inovação e empreendedorismo, e resistência à mudança, clima de investimento desfavorável, baixa qualificação de mão de obra e outros.

Como medidas de mitigação espera-se a implementação de políticas direcionadas que promovam a melhoria no desenvolvimento agrário e a sua interligação com as indústrias, e sectores estratégicos e emergentes afins, identificando oportunidades para o desenvolvimento de cadeias de valor locais, reestruturando processos produtivos, potencializando as novas indústrias a partir de avanços tecnológicos como biotecnologia e bioeconomia; **implementação de políticas de promoção do comércio externo** facilitado pelos acordos comerciais que fortalecerão a internacionalização dos produtos e empresas locais; a promoção da capacitação da mão de obra focada na diversificação e desenvolvimento de infraestruturas básica e de suporte.

- iii. **Risco de desequilíbrio entre os avanços económicos, sociais e ambientais** podem resultar dos choques adversos (Covid 19, eventos climáticos cíclicos, extremismo violento na região norte, volatilidade de preços no mercado, questões geopolíticas), colocando em risco a sustentabilidade, ampliando as tensões sociais existentes, marginalização de grupos vulneráveis, aumentando a discriminação, a injustiça e a violação dos direitos humanos, crises económicas, instabilidade financeira e fuga de cérebros.

A implementação de políticas e práticas que promovam a equidade, a sustentabilidade e a inclusão para enfrentar esses desafios de forma eficaz podem ser uma medida de mitigação desse risco como: Aumento da qualidade e a abrangência dos sistemas de saúde e educação, reduzindo o défice existente no acesso a esses serviços nas comunidades locais; a

melhoria dos sistemas públicos de previdência, assistência e segurança social, para ampliar seu impacto na redução das desigualdades sociais e aprimoramento do sistema tributário, tornando menos burocrático, e concorrencialmente neutro dentro dos sectores; a adequada gestão dos recursos hídricos e implementação de políticas ambientais que promovam a adoção de medidas de certificação de emissões de gases e tributos verdes capazes de gerar benefícios econômicos e sociais.

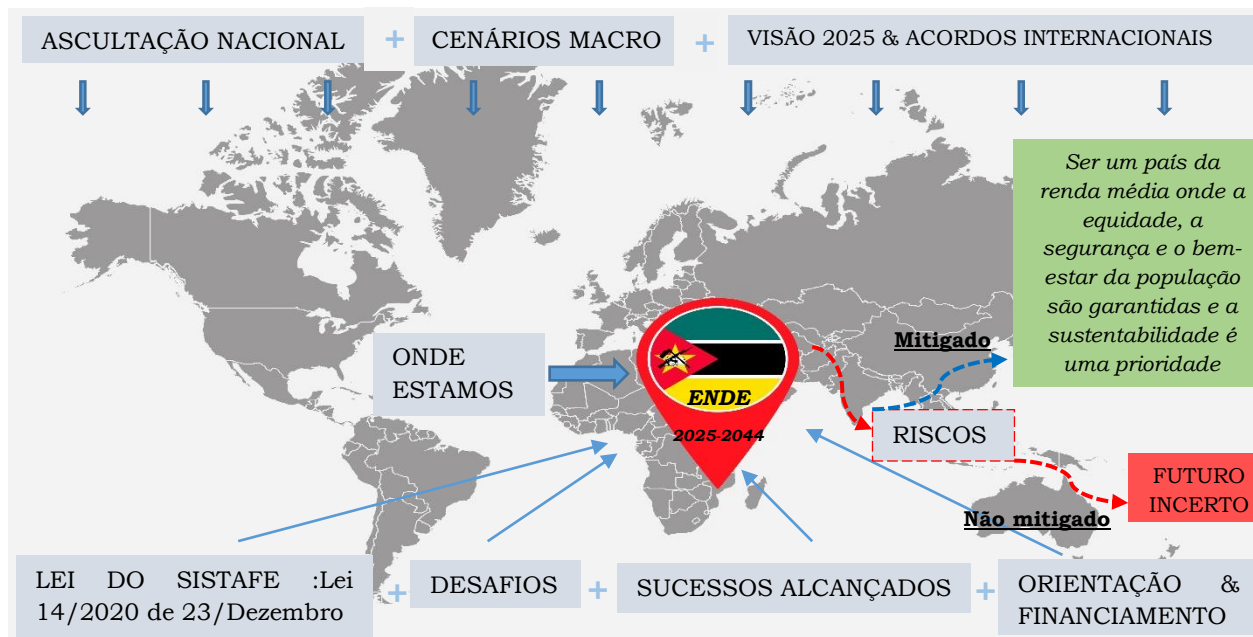
- iv. **Riscos de ampliação dos fluxos migratórios** podem resultar dos registos contínuos dos desastres e efeitos das mudanças climáticas, do extremismo violento no norte do país, guerras regionais e crises econômicas nos países vizinhos. A entrada no país de milhões de imigrantes e de deslocados sem que o Estado esteja devidamente preparado para recebê-los pode pressionar as contas públicas nacionais e a qualidade de vida da população.

A implementação de uma política de migração no país poderá ser uma medida de mitigação, promovendo o desenvolvimento inclusivo, a coesão social e a prosperidade sustentável a medida que os migrantes contribuem para o crescimento econômico preenchendo lacunas no mercado de trabalho, trazendo habilidades, conhecimentos específicos, e impulsionando sectores-chave da economia, podem ainda otimizar o processo de interiorização dos migrantes, evitando a penalização dos países fronteiriços e fortalecendo a cooperação internacional.

201. Salienta-se que os riscos seleccionados não são específicos para cada sector, e tendem a alcançar todos os eixos e desafios. O tratamento de riscos mais específicos devem ser abordados nos planos sectoriais, territoriais e nos outros instrumentos de planificação de curto prazo.

X. METODOLOGIA RESUMIDA DA REVISÃO DA ENDE

Figura 2 : Metodologia de elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento



Fonte:MEF 2024

XI. MATRIZ DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL (2025-2044)**10.1 MATRIZ DO PILAR I TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DA ECONOMIA**

PILAR I: TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DA ECONOMIA					
INDICADOR	Base	Metas Quinquenais			
		2024-2028	2029-2033	2034-2038	2039-2043
Taxa média de crescimento do PIB real (%), incluindo GNL	5.0	9.0	9.3	9.3	9.2
Taxa média de crescimento do PIB real (%), excluindo GNL	5.0	5.7	8.1	9.2	10.5
Crescimento médio anual do PIB per capita, incluindo GNL (em USD)	605.9	1,053.9	1,676.1	2,270.7	3,309.3
Crescimento médio anual do PIB per capita, excluindo GNL (em USD)	605.9	948.6	1324.8	1,870.0	2,925.0
Taxa de Desemprego (%)	18.4	14.7	11.8	9.4	7.5
Taxa de Inflação média anual (%)	7.1	9.2	6.4	4.5	3.1
Receita do Estado (em % do PIB)	24.9	26.1	27.5	28.8	30.3
Despesa do Estado (em % do PIB)	33.0	38.0	40.8	42.8	45.0
Stock da Dívida Pública (em % do PIB)	73.8	77.5	81.4	57.0	39.9
Saldo Primario (em % do PIB)	0.3	0.8	1.2	3.7	5.0
Investimento Directo Estrangeiro (IDE), (em % do PIB)	10.7	20.3	38.6	42.1	45.9
Exportação Total (em % do PIB)	33.6	38.6	44.4	51.1	58.7
Exportação excluindo GNL (em % do PIB)	8.2	10.7	17.1	27.4	37.0
Importação Total (em % do PIB)	60.1	72.1	86.5	74.4	55.8
Importação excluindo GNL (em % do PIB)	31.1	40.4	48.5	43.7	34.9
Balança comercial (em % do PIB)	(26.5)	(33.5)	(42.1)	(23.3)	2.9
Balança comercial excluindo GNL (em % do PIB)	(22.9)	(29.7)	(31.4)	(16.2)	2.1
Contribuição sectorial para a taxa de crescimento do PIB					
- Primário	2.3	6.7	6.3	3.9	4.5
- Secundário	0.2	0.4	0.7	1.3	2.0
- Terciário	1.9	1.9	2.2	2.4	2.6
Peso sectorial na economia em % do PIB					
- Primário	36.8	44.5	50.8	52.5	53.5
- Secundário	12.4	10.6	9.5	9.9	10.9
- Terciário	50.8	44.8	39.7	37.6	35.5
Produtividade Laboral Média por sector da economia (USD)	3,126.3	3,545.6	4,830.9	6,732.3	8,189.3
- Primário	803.7	1,044.8	1,358.2	1,765.7	2,295.4
- Secundário	4,586.5	4,632.4	5,095.6	8,000.1	12,560.2
- Terciário	3,275.9	3,701.8	4,183.0	4,726.8	5,341.3
Índice Global de Competitividade (pontos 0 à 100)	38.1	40.0	42.0	46.2	53.1
Despesas em inovação, pesquisa e desenvolvimento (em % do PIB)	0.3	0.4	0.6	1.7	1.8

10.2: PILAR II TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E DEMOGRÁFICA

INDICADOR	Base	Metas Quinquenais			
		2024-2028	2029-2033	2034-2035	2039-2043
Índice de Desenvolvimento Humano % (IDH)	0.446	0.480	0.554	0.640	0.738
Taxa de crescimento da população	2.5	2.3	2.1	1.9	1.8
Índice de Desigualdade (GINI)	0.5	0.5	0.4	0.4	0.3
Proporção da população que vive abaixo da linha da pobreza nacional (%)	68.2	62.2	51.3	37.8	27.9
Incidência da Pobreza Multidimensional %	53.0	43.6	35.8	29.5	24.2
Esperança de vida à nascença (anos)	55.7	58.5	61.4	64.5	67.7
Percentagem de crianças menores de 5 anos com desnutrição crónica (%)	37.0	35.5	29.8	20.3	18.7
Percentagem de crianças menores de 5 anos com desnutrição aguda (%)	4.0	3.6	3.0	2.4	2.0
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	39.0	34.9	27.6	21.8	17.2
Prevalência de HIV de 15 aos 49 anos (%)	12.6	11.3	10.1	9.0	8.0
Prevalência da Malária em crianças de 6-59 meses (%)	32.0	28.8	24.4	20.7	17.5
Percentagem de uso de métodos modernos entre as mulheres de 15-49 anos de idade	25.4	31.5	39.0	48.3	59.8
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais	38.3	33.9	28.1	23.3	19.3
Percentagem da população de 5 anos de idade ou mais com nível de ensino Frequentado	23.9	27.1	34.4	43.6	55.3
Média de anos de escolaridade	3.6	3.9	4.4	4.8	5.4
Paridade entre a província com o maior e menor desempenho em rácio alunos por professor, ensino primário público	0.6	0.8	1.2	1.9	2.8
Percentagem de agregados familiares cobertos por programas de protecção social básica	15.3	19.0	25.8	33.5	43.6
Despesa do governo em programas de Protecção social	61.6	64.7	67.9	71.3	74.9
Percentagem de crianças vítimas de uniões prematuras	41.1	36.2	31.8	26.7	21.4
Percentagem de vítimas de violência que acederam aos serviços de atendimento integrado	21.0	25.2	30.2	39.3	51.1

INDICADOR	Base	Metas Quinquenais			
		2024-2028	2029-2033	2034-2035	2039-2043
Taxa de empregabilidade dos graduados da educação profissional (%)	47.0	49.4	51.8	54.4	57.1
Taxa de participação em programas de educação e treinamento para jovens	35.3	38.8	42.7	47.0	51.7
Índice de desenvolvimento do Género (IDG)	0.922	0.931	0.941	0.950	0.959
Índice de Desigualdade de Género	0.523	0.554	0.588	0.623	0.660
Esperança de vida a nascença	-				
Homens	52.90	57.1	61.7	66.6	72.0
Mulheres	58.22	63.5	68.5	74.0	79.9
Anos Médios de Escolaridade	-				
Homens	4.50	5.0	5.4	5.7	6.0
Mulheres	2.60	2.81	3.26	3.91	4.85
Taxa de participação na força de trabalho (PEA)	-				
Homens	87.1	88.8	90.6	92.4	94.3
Mulheres	83.1	85.6	88.2	90.8	93.5
Percentagem de assento ocupados pelas mulheres no parlamento	42.20	43.04	46.49	50.21	54.22

10.3: PILAR III INFRAESTRUTURAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

INDICADOR	Base	Metas Quinquenais			
		2024-2028	2029-2033	2034-2038	2039-2043
Capacidade de armazenamento de água (Mil Milhões de m3)	10,047,610	11,052,371	12,157,608	13,373,369	14,710,706
Trafego de Mercadorias em Tonelada por Km	15,716	18,859	22,631	31,683	44,357
Manuseamento portuário em Toneladas métricas	48,227	57,872	69,447	83,336	100,004
Capacidade instalada (GWh) para a geração de energia	19,286	27,000	37,801	52,921	73,000
Percentagem da população que fez uso dos serviços de saúde	67.1	69.8	72.6	75.5	78.5
Percentagem da população satisfeita em relação aos cuidados de saúde prestados	59.6	63.2	70.8	79.2	88.8
Taxa líquida de escolarização ensino primário	112.8	115.5	119.7	124.0	128.4
Taxa líquida de escolarização ensino secundário	43.4	44.7	47.4	51.6	57.8
Taxa bruta de escolarização do ensino técnico e profissional	1.5	1.9	2.8	4.2	6.3
Taxa bruta de Escolarização no Ensino Superior	6.0	7.5	11.3	16.9	25.3
Rácio aluno por professor ensino primário	58.4	54.9	50.0	44.0	38.7
Rácio aluno por turma ensino secundário	62.4	58.7	53.4	48.6	44.2
Transporte de passageiros em PKm	54,402	59,842	65,826	72,409	79,650
Percentagem da população que consome água proveniente de fonte segura	53.6	57.4	61.4	65.7	70.3
Percentagem da população que usa o saneamento seguro	31.7	37.1	43.4	50.8	59.4
Percentagem da população com acesso a energia da rede pública	39.0	50.7	63.4	79.2	100
Percentagem da população que vive em habitações construídas com blocos de cimento	37.3	44.4	52.8	62.9	74.8
Percentagem da população que vive em habitações cobertas por laje de betão	1.6	3.7	8.5	26.0	46.7
Percentagem da população que vive em habitações cobertas por chapas de Zinco	44.2	46.3	48.5	50.8	53.2
Percentagem da população que usa a lenha como fonte de energia ou combustível para co	71.9	70.2	63.7	49.0	42.2
Taxa de cobertura do registo de nascimento	41.8	46.0	52.9	60.8	69.9
Rácio Juiz por 100 mil Habitantes	1.7	1.9	1.9	2.2	2.2

10.4: MATRIZ DO PILAR IV GOVERNAÇÃO, PAZ E SEGURANÇA

INDICADOR	Base	Metas Quinquenais			
		2025-2029	2030-2034	2035-2039	2040-2044
Estabilidade Política e ausência de violência / terrorismo, (pontos 0 à 100)	11.3	24.2	33.3	46.0	63.4
Voz e Responsabilização,(pontos 0 à 100)	31.4	41.2	47.6	55.0	63.5
Eficácia do governo, (pontos 0 à 100)	22.6	31.2	40.1	47.8	56.9
Estado de direito, (pontos 0 à 100)	15.9	21.6	29.4	40.0	54.5
Qualidade de regulação, (pontos 0 à 100)	24.5	32.5	39.5	48.1	58.6
Controle da Corrupção	15.9	19.9	24.8	32.3	42.0
Índice geral de Facilidade para Fazer Negócios	55.0	57.8	60.6	63.7	66.9
Taxa de Resolução de processos judiciais	60.4	69.5	79.9	91.9	100.0
Tempo Médio de resolução de litígio (meses)	8	7	5	4	3
Porcentagem de casos de corrupção acusados por total de casos entrados	78.0	79.6	81.2	82.8	84.4
População abrangida por serviços de comunicação social (%)	22.0	26.4	30.4	34.9	40.2
Grau de satisfação dos utentes com a qualidade de serviços prestados pela Administração Pública (escala de 0 a 10)	2.9	3.2	3.7	4.4	5.3

10.5: PILAR V SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ECONOMIA CIRCULAR

INDICADOR	Base	Metas Quinquenais			
		2025-2029	2030-2034	2035-2039	2040-2044
Estabilidade Política e ausência de violência / terrorismo, (pontos 0 à 100)	11.3	24.2	33.3	46.0	63.4
Voz e Responsabilização,(pontos 0 à 100)	31.4	41.2	47.6	55.0	63.5
Eficácia do governo, (pontos 0 à 100)	22.6	31.2	40.1	47.8	56.9
Estado de direito, (pontos 0 à 100)	15.9	21.6	29.4	40.0	54.5
Qualidade de regulação, (pontos 0 à 100)	24.5	32.5	39.5	48.1	58.6
Controle da Corrupção	15.9	19.9	24.8	32.3	42.0
Índice geral de Facilidade para Fazer Negócios	55.0	57.8	60.6	63.7	66.9
Taxa de Resolução de processos judiciais	60.4	69.5	79.9	91.9	100.0
Tempo Médio de resolução de litígio (meses)	8	7	5	4	3
Porcentagem de casos de corrupção acusados por total de casos entrados	78.0	79.6	81.2	82.8	84.4
População abrangida por serviços de comunicação social (%)	22.0	26.4	30.4	34.9	40.2
Grau de satisfação dos utentes com a qualidade de serviços prestados pela Administração Pública (escala de 0 a 10)	2.9	3.2	3.7	4.4	5.3

GLOSSÁRIO

Auto-emprego- É a forma de trabalho ou de sobrevivência que um indivíduo encontra sem ter algum tipo de vínculo formal com uma organização, ou seja, trabalha por conta própria.

Coefficiente de GINI-É um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

Desnutrição crónica- É uma manifestação física de uma desnutrição a longo termo que retarda o crescimento e desenvolvimento.

Dividendo Demográfico-É o benefício económico resultante de um aumento significativo no rácio de adultos em idade activa em relação aos dependentes jovens que é possível graças ao rápido declínio da fecundidade e da mortalidade, se essa mudança for acompanhada por investimentos sustentados nas áreas de educação, desenvolvimento de competências, saúde e criação de emprego.

Empreendedorismo- É a capacidade de identificar oportunidades e transformá-las em um negócio viável e lucrativo, por meio da criação, organização e gestão de uma empresa ou empreendimento.

Emprego-É uma actividade realizada com o objectivo de suprir as necessidades financeiras, ou seja, é produzir algo em troca de uma remuneração.

Expectativa de vida- É o número de anos que viveria uma criança recém-nascida se os padrões de mortalidade prevalentes no tempo do seu nascimento se mantivessem os mesmos ao longo de sua vida.

Índice de Desenvolvimento do Género (IDG)- É um índice projectado para medir a igualdade de género.

Índice Desenvolvimento Humano (IDH) - É um índice desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e integra uma média simples de três indicadores: a longevidade, medida pela esperança de vida à nascença; nível educacional, medido por combinação de alfabetização adulta (ponderação em dois terços) com a taxa de escolaridade conjunta do primário, secundário e superior (ponderação em um terço); e nível de vida, medido pelo Produto Interno Bruto real per capita. O índice é calculado dividindo a soma dos três indicadores por três.

População Economicamente Activa (PEA) - É o conjunto de pessoas de 15 anos ou mais que constituem a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços. Compreende as pessoas que trabalham e as que procuram activamente um emprego.

Pobreza Multidimensional- Refere-se a um conjunto de privações sofridas pelos indivíduos ou famílias como por exemplo não ter acesso à água potável, a uma habitação condigna, à educação, aos cuidados de saúde, saneamento adequado e bens duráveis.

Política de População- É o conjunto de medidas e acções realizadas pelo governo para influenciar (directa ou indirectamente) as variáveis demográficas, nomeadamente a fecundidade, mortalidade e migração, bem como outros aspectos da dinâmica da população, tais como: crescimento, distribuição, composição, tamanho e estrutura da população. As

políticas de população são geralmente adoptadas e implementadas como parte integrante das estratégias de desenvolvimento dos Países.

Produto Interno Bruto- O total de bens e serviços para consumo final de uma economia, produzido por residentes e não-residentes, independentemente da sua afectação a factores produtivos nacionais ou estrangeiros. Não inclui deduções para depreciação do capital físico ou esgotamento e degradação dos recursos naturais.

Taxa de crescimento populacional- É a taxa segundo a qual a população aumenta ou diminui num dado ano, como resultado do excedente ou défice de nascimento relativamente aos óbitos

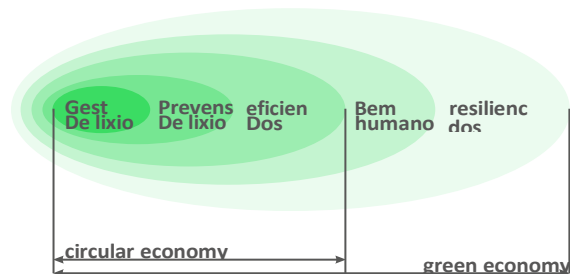
Taxa de Mortalidade Infantil- Número anual de óbitos de crianças menores de um ano por cada 1000 nados-vivos. Ou seja, a probabilidade de morrer entre o nascimento e um ano exacto de idade, vezes 1000.

Sector agrário: este sector compreende a agricultura, pecuária, sicultura e pescas.

Capital Humano: O Capital Humano diz respeito aos factores que directamente influenciam na capacidade do Homem ter uma vida de qualidade, ser saudável, ser instruído e participar activamente na vida da comunidade. O Capital Humano refere-se aos elementos fundamentais para o desenvolvimento humano que são a educação, a saúde e as outras condições básicas de vida.

Competitivo: é a capacidade do País participar nos mercados internacionais com sucesso e ao mesmo tempo aumentar o nível de vida dos seus cidadãos ou seja, ser capaz de suportar a concorrência imposta pela oferta de outros Países no mercado internacional, vender os seus produtos e serviços de forma rentável e atrair investimento estrangeiro para o País, resultando num maior crescimento económico com potenciais benefícios para os cidadãos, sobretudo, através de aumento de oportunidades de emprego e da geração de rendimento.

Economia Circular - A Economia Circular é um modelo que gira principalmente em torno do processo produtivo e do individuo. Através do desenvolvimento tecnológico e da inovação, torna-se eficiente a utilização dos recursos disponíveis e promove-se a reutilização dos produtos finais através da sua reciclagem. Dessa forma, o objectivo é reduzir o desperdício.



Economia Verde - olha para o desenvolvimento de forma sustentável, incluindo na sua lógica o ambiente, o bem-estar social e a capacidade do ecossistema de ser resiliente ao stress causado pela intervenção humana.

Eficácia do Governo - Grau de satisfação dos utentes pelos serviços prestados pela administração pública.

Inclusivo: significa que o País, continuará a desenvolver medidas para integração de pessoas e regiões excluídas, vulneráveis e marginalizadas na sociedade, garantindo os seus direitos e oferecer oportunidades iguais.

Índice de Capital Humano: o ICH propõe uma estimativa da produtividade futura se as condições atuais persistirem. o ICH varia de 0 a 1.

Próspero: significa melhorar o nível e a qualidade de vida através de ganhos económicos, do progresso no desenvolvimento humano e social e da utilização sustentável da riqueza gerada pelo aproveitamento económico dos recursos naturais.

Seguro: significa que no País os episódios de violência, conflitos armados e crises políticas devem ser resolvidos e ultrapassados de modo que seja possível, em todo território nacional, viver-se em tranquilidade, mas também é fundamental para a economia porque somente um País seguro atrai turistas e investidores.

Sustentável: significa utilizar o capital natural que o País dispõe de forma racional e consciente, sem comprometer a sua disponibilidade para as gerações futuras, isto é, proteger e preservar o meio ambiente de modo a: (i) utilizar os recursos naturais com responsabilidade, e (ii) garantir a regeneração natural dos sistemas naturais que fornecem os principais serviços para a manutenção da vida.

Cenário Fiscal de Médio Prazo – identifica as projecções de crescimento económico, a receita fiscal, o nível de fiscalidade, a despesa pública, os riscos fiscais e medidas de mitigação para a materialização do Programa Quinquenal.

Estrutura Demográfica – é a classificação da população em grupos determinados e segundo certos critérios, tais como etnia, idade e sexo e ocupação profissional.

Objectivos de desenvolvimento sustentável – são um apelo global a acção para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam disfrutar de paz e prosperidade.

Política fiscal – é o uso que o Governo faz dos seus gastos e receitas para influenciar a demanda doméstica e, portanto, o crescimento económico. A demanda agregada de uma economia é composta por: consumo das famílias, investimento, exportações líquidas (exportações menos importações) e pelos gastos do Governo.

Produtividade laboral – refere-se a produtividade do próprio trabalhador, pode ser definido como o volume de tarefas que um trabalhador pode realizar num determinado horário (numa hora ou num dia, por exemplo).

Índice de Desenvolvimento Humano – compara indicadores de Países nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças.

Índice de performance ambiental – é o método para quantificar e classificar numericamente o desempenho ambiental das políticas de um País.

Transição demográfica - É um processo caracterizado pela mudança nos padrões de crescimento de uma população e influenciado especialmente pela natalidade e mortalidade.

Commodities – são produtos de origem agro-pecuária ou de extracção mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados pela oferta e procura internacional da mercadoria.

Infra-estruturas resilientes – são aquelas capazes de resistir, absorver, acomodar ou se recuperar de impactos como desastres naturais de maneira rápida e eficiente, inclusive pela preservação e restauração de suas estruturas e funções básicas essenciais.

Parcerias Públicos Privados – São contratos que determinam um vínculo entre o poder público e a iniciativa privada. Seu objectivo é implementar, total ou parcialmente, serviços, obras e actividades de interesse da população.